

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E  
SOCIEDADE – PÓS CULTURA  
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**“AQUI É TRANQUILO, MAS MEU SONHO É LÁ FORA!”  
PERTENCIMENTO E IDENTIDADES: O IMAGINÁRIO DOS JOVENS DO  
ASSENTAMENTO ANA ROSA - POJUCA / BAHIA.**

**DAVI SILVA DA COSTA**

**ORIENTADORA: PROF<sup>A</sup>. DR<sup>A</sup>. LIDIA MARIA PIRES SOARES CARDEL**

**SALVADOR - BAHIA  
2009**

**“AQUI É TRANQUILO, MAS MEU SONHO É LÁ FORA!”**

**PERTENCIMENTO E IDENTIDADES: O IMAGINÁRIO DOS JOVENS DO  
ASSENTAMENTO ANA ROSA - POJUCA / BAHIA.**

**DAVI SILVA DA COSTA**

Bacharel em Engenharia Agrônômica  
Universidade Federal da Bahia, 2005.

Especialista em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo  
Universidade Federal da Paraíba, 2007.

Dissertação submetida à Câmara de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Cultura e Sociedade. Linha de Pesquisa: Cultura e Identidade.

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Lidia Maria Pires Soares Cardel**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE  
SALVADOR – BAHIA – 2009**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE**

**COMISSÃO EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DO ALUNO  
DAVI SILVA DA COSTA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Lidia Maria Soares Pires Cardel  
Programa de Pós Graduação em Cultura e Sociedade (UFBA)  
(Orientadora)

---

Prof<sup>o</sup>. Dr. Alexandre Américo Almassy Junior  
Centro de Ciências Agrárias e Ambientais (UFRB)

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Ely de Souza Estrela  
Departamento de Ciências Humanas, Campus V (UNEB)  
Programa de Pós Graduação em História Regional e Cultura, Memória e  
Desenvolvimento Regional (UNEB)

Dissertação homologada pelo Programa de Pós Graduação em Cultura e Sociedade  
em .....  
Conferindo o Grau de Mestre em Cultura e Sociedade em.....

*Dedico ao sublime sabor da compreensão de que a luta é algo inerente à existência. A busca de crescimento é mais que um labor biológico, é transcendental. Dedico à minha família mais este passo dado, foi uma luta.*

## AGRADECIMENTOS

Agradecer torna o mundo articulado, dependente da relação de ajuda, da mútua sensação de rede, de sentido. Nada mais natural que agradecer seja algo inicial, não formal e sentimental. Sendo assim, o primeiro agradecimento é para a minha mainha, que me ensinou que estudar é se libertar de ser refém daqueles que dizem que o futuro não existe, aqui estou eu realizando nosso sonho. Em segundo e logo após os outros, sem grau de importância, pois são verdadeiramente relevantes para a minha trajetória: tio Nilton (*in memoriam*) que dedicou anos de sua vida para que eu me mantivesse com meu sonho, aos meus queridos irmãos Soraia e Diogo, pela sensação de continuidade, exemplo e carinho que sempre me dispuseram. À minha cunhadíssima Lana, pelas palavras de eterno incentivo. Aos meus amados sobrinhos João Vitor e Pedro Henrique, por serem agora os meus objetivos de futuro.

Em especial à Heron, geógrafo dos melhores, meu grande alicerce para pensar e agir, sem ele não seria quem hoje sou. Aos amigos amados Valda, Fau Negona, Joelma Lagostim, Jane, turminha da UNEB (Claudinha, Ramon Migow, Jully e Kim) pelos ensinamentos de juventude e alegria. A Selma, Meiral, Rosemary Chefitcha, Dorismar Baby, amigas de sonhos e de sangue. À Lícia, Denise, Ana Patrícia, Renata, Lula, Andréa Cunha, Andréa Iridan e Ivani por me ajudarem a ser o profissional que hoje sou como colegas no curso de engenharia agrônômica da UFBA.

Aos jovens e às jovens do Assentamento que curtiram a reflexão coletiva, à minha linda orientadora Dra. Lidia Cardel, pela gentileza em me propiciar ter pés e acreditar em vencer a “individualidade” dos meus medos. Ao meu amigo sempre presente Dr. Alexandre Almassy, à queridíssima Dra. Ely Estrela, à Dra. Guiomar Germani, Dra. Mary Castro, Dr. Paulo Miguez, Dr. Paulo César, Dra. Alda Motta, Dra. Anamaria Palácios e Dr. Fernando Conceição e aos colegas Ubiraneila, Marcio, Angélica, Rejane, Greice e Diana, pelas gratas experiências que me enriqueceram no NUCLEAR. À Ada, Ivan, Sara Jane, Andréia e Ednei, colegas do Pós Cultura.

**"Todos nós temos nossas máquinas de tempo. Algumas nos levam de volta, elas são chamadas recordações. Algumas nos levam adiante, elas são chamadas sonhos." (Jeremy Irons)**

**"Sonhar é acordar-se para dentro." (Mario Quintana)**

## RESUMO

A presente dissertação visa identificar elementos identitários a partir da oralidade dos jovens do Assentamento Ana Rosa, situado em Pojuca, estado da Bahia. Elementos como pertencimento, território e territorialidade, conflitos intergeracionais, agregam-se à reforma agrária como elementos (des) agregadores destes jovens. Através de entrevistas e uma oficina, as representações do território do Assentamento, do cotidiano dos jovens, de elementos simbólicos que se relacionam à família, à produção agrícola, aos recursos naturais, aos sonhos. Foi possível analisar então, como as identidades (sociais, culturais, territoriais, geracionais) demonstram as (in) certezas destes jovens no que tange a sua permanência nos lotes, a educação e o lazer, ou seja, como os conflitos multi-identitários transferem as referências do futuro para fora do Assentamento. Neste sentido, pensar um novo modelo de inserção destes jovens, que privilegie aspectos subjetivos ligados à lógica camponesa, significa privilegiar a sustentabilidade dos Assentamentos.

**Palavras - chave:** Identidade, campesinato, Reforma Agrária, Territorialidade, Pertencimento.

## ABSTRACT

The present dissertation aims to identify identity elements through the orality from the youths at the “Assentamento” Ana Rosa, located in Pojuca, Bahia State. Elements such as: belongingness, territory and territoriality, inter-generation conflicts aggregate to the agrarian reform as elements in disaggregation of the youths. Through the reports and a workshop , the representations from the territory in the Assentamento, from the youths everyday, from the symbolic elements which relates to the family, to the agricultural production, to the natural resources, and the dreams. It was possible to analyze how the identities (social, cultural, territorial, generational) demonstrate the (in) certainties coming from the youths according to their permanence in the land, the education and leisure, that is, how the multi-identity conflicts transfer the future references to outside the “Assentamento”. In this way, to think a new model for including these youths, on privileging subjective aspects related to the logic from the camp, it signifies to privilege the sustainability from the “Assentamentos”.

**Key words:** Identity, campesinato, Peasant, Agrarian Reformation, Territoriality, Belonging.



## LISTA DE FIGURAS E QUADROS

	<b>Página</b>
<b>Figura 1:</b> Entrada nas margens da rodovia BA 093 ao caminho para o acesso ao PA Ana Rosa, Pojuca / BA.	15
<b>Figura 2:</b> Porteira de entrada à Fazenda A Partilha e ao PA Ana Rosa, Pojuca / BA.	16
<b>Figura 3:</b> Representação do PA Ana Rosa nos dias atuais.	110
<b>Figura 4:</b> Representação do PA Ana Rosa no futuro, segundo os jovens do Assentamento.	111
<b>Figura 5:</b> Desenho representando o PA Ana Rosa, no futuro.	112

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>FETAG</b>	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>PA</b>	Projeto de Assentamento
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
<b>PRONERA</b>	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
<b>UFBA</b>	Universidade Federal da Bahia
<b>UFPB</b>	Universidade Federal da Paraíba

## SUMÁRIO

	Página
<b>Aspectos Iniciais</b>	<b>12</b>
<b>PARTE 1 – O MEIO RURAL E O CAMPONÊS SOB A PERSPECTIVA DA RECONFIGURAÇÃO NA RURALIDADE</b>	<b>23</b>
<b>1. Campesinato, Camponês, <i>Rurbano</i>: Notas sobre a busca de um conceito do rural</b>	<b>25</b>
1.1. Campesinato e camponês: conceitos em (des) construção	27
1.1.1. O <i>ethos</i> e a campesinidade: um olhar para além do assentamento rural	29
1.2. Ruralidade: de onde vem?	32
<b>2. O que há de novo no rural: os assentamentos, os camponeses e suas contradições</b>	<b>41</b>
<b>PARTE 2 – IDENTIDADE DA JUVENTUDE DO ASSENTAMENTO ANA ROSA: (DES) CAMINHOS DA TERRITORIALIDADE E DO PERTENCIMENTO</b>	<b>47</b>
<b>3. Identidade, cultura e meio rural: caminhos à guisa de um novo paradigma</b>	<b>48</b>
3.1. Identidade ou identidades? Notas sobre identidade e representação no contexto da ruralidade	53
3.2. Identidade e juventude: o território como <i>lócus</i> da construção	61
<b>4. Territorialidade (s) e identidade (s) a partir da categoria juventude</b>	<b>65</b>
4.1. Juventude e gerações: categorias em questão	65
4.2. Juventude, construções simbólicas e o meio em que vivem: a juventude rural em pauta	70
4.2.1. O papel da juventude rural: vulnerabilidades e representações simbólicas	74
4.3. Territorialidades e juventudes: uma análise dos jovens e suas múltiplas territorialidades	78

4.4. Conceito de território e identidade: As relações sociais e a identidade enquanto representação	86
4.5. Territorialização e cotidiano como estrutura de uma identidade em construção	91
<b>5. A reforma agrária como lócus de um novo paradigma de ruralidade: o território simbólico e a construção de dilemas</b>	<b>103</b>
<b>Considerações Finais</b>	<b>124</b>
<b>Referências</b>	<b>133</b>
<b>Anexos</b>	<b>146</b>

## Aspectos Iniciais

Em uma busca por formação profissional, desde a graduação no curso de engenharia agrônoma da Universidade Federal da Bahia em Cruz das Almas, o contato com áreas de reforma agrária me pareceu ser instigante. Após viagens ao médio e baixo São Francisco, norte do estado e tantas outras no baixo sul da Bahia, a categoria juventude soava-me como conflituosa e apaixonante dentro deste universo chamado Assentamento Rural.

Enquanto a formação tecnicista da agronomia me cativava para uma formação voltada para a produtividade, o meu olhar treinava-se para observar as relações humanas, sociais, ou até mesmo, a dinâmica de interações, (in) congruências, correlações entre os saberes e os pacotes tecnológicos e todo o seu instrumental prescrito ao profissional das ciências agrárias. Este processo de (des) encantamento me levou a uma formação contra-hegemônica, de não pensar o rural como mero campo de reprodução de uma ordem do capital, muito menos como espaço degradado e de esvaziamento, mas pensar o meio rural como espaço de possibilidades, de vida e de conflitos, um lugar extremamente fascinante.

Sendo assim, o processo de percepção de análise da juventude no meio rural teve início no período da Residência Agrária, em um convênio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), com a Universidade Federal da Bahia e outras Universidades do Brasil, sendo este período, parte do processo de formação do Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo realizado através deste convênio na Universidade Federal da Paraíba, no Campus III.

Na Residência, morar no Assentamento permitiu aproximar os desejos do pesquisador-interventor com o olhar humano, do de “fora” que *estranha* o de “dentro”. O cotidiano era de fato mais complexo do que uma mera visita poderia propiciar. E foi no meio a estes períodos de estadia no PA Menino Jesus em Água Fria, no agreste da Bahia, que percebi que a juventude era afetada de forma peculiar

pelo processo de reforma agrária. Eram eles sujeitos de um processo de re-territorialização que não prioriza a ordem, a dignidade e o planejamento do futuro.

Ao final deste processo de dois anos, surgiu o fruto material, ou seja, a reflexão monográfica sobre a identidade dos jovens deste Assentamento. O fruto imaterial já faz parte de meu ser, como pesquisador; como ser humano, trago comigo as experiências permitidas pelos jovens, sua visão sobre o seu lugar, sua posição como atores e principalmente, seus anseios e conflitos. A juventude arrebatou-me para o que a ciência chama de “encantamento com a realidade”. Tomo aqui para meu discurso a idéia de DaMatta (1981),

[...] como será possível observar tranqüila e friamente (com a roupagem da neutralidade científica) certo panorama humano, se não nos relacionarmos intensamente com ele? Mas como é possível manter essa neutralidade ideal, que teoricamente nos permitiria “ver” todas as situações de todos os ângulos, se estamos tratando de fatos e de pessoas que acabam por nos envolver nos seus dramas, projetos e fantasias? Ou melhor: como poderei chegar a captar essa realidade social se não me coloco diante dela como semelhante aos que dela tiram a honradez, a dignidade e o sentido de existência? (p. 153).

Claro está que o fato de ainda ser jovem tem me propiciado aproximação, entendimento, diálogos sinceros e cumplicidades, mas não é apenas isso, esta realidade é fascinante. A troca que ocorre quando me coloco na pesquisa (no campo propriamente dito) se remete sempre a um ganho extraordinário de minha parte. Esta atual dissertação, que tratarei de seu percurso a partir de agora é mais um fruto de uma árvore plantada em solo fértil: estudar a dinâmica das gerações em áreas de reforma agrária, em outro Assentamento.

Ainda no período de especialização, ingressei no Programa Multidisciplinar de Pós Graduação em Cultura e Sociedade, sendo o primeiro engenheiro agrônomo, estudante regular. Meu anseio: estudar a construção de identidade (s) de jovens em assentamentos. Os subsídios teóricos me propiciaram remeter-me a ângulos que a análise anterior não tinha sido possível, como conflitos, noções de pertencimento, relações inter-geracionais. Sendo assim, com o arcabouço epistemológico ampliado, podia agora me propiciar observar e contextualizar novos detalhes desta teia.

Ao decidir-me sobre buscar o Assentamento Ana Rosa em Pojuca, resolvi utilizar estratégias antropológicas para chegar aos sujeitos de lá, primeiro, tentando perguntar aos cidadãos se conheciam o Ana Rosa, mas nem taxistas, moto taxistas, comerciantes haviam ouvido falar neste Assentamento. Através de um técnico agrícola da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Pojuca foi possível identificar a localização do Assentamento. Foi possível saber então que as pessoas conhecem o Assentamento por Riacho das Pedras, nome da Associação (uma delas) do Assentamento, ou ainda, conheciam por Fazenda A Partilha, que é uma fazenda vizinha ao Assentamento.

Este técnico apresentou-me a algumas lideranças do Ana Rosa que comercializam seus produtos na feira livre de Pojuca, aos sábados, o que me permitiu dialogar, me apresentar, apresentar a minha proposta de pesquisa e de intervenção<sup>1</sup>. Fui recebido com muito carinho e desconfiança, afinal, vinha com uma proposta sem vínculos com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura - FETAG (movimento que apóia o Assentamento) e nem com o poder público local.

Neste momento da feira livre já foi possível articular onde dormiria, visto que a proposta era permanecer lá sempre em períodos de dez dias, para localizar onde estavam os jovens, em que casas moravam, onde eu podia realizar as oficinas. Muitos jovens estudam, todos ou no Miranga, um distrito rural próximo ou na sede de Pojuca, em escolas Estaduais e Municipais, nos turnos da manhã ou noite. Para isso há um ônibus disponibilizado pela Prefeitura que permanece durante a madrugada no Assentamento depois de trazer os jovens do turno da noite e sai no turno da manhã para levar os alunos. No horário do almoço volta com os alunos e depois, parte no meio da tarde para levar os alunos da noite. Este ônibus faz um trajeto longo, que dura cerca de duas horas e vinte minutos. Ele percorre todo o Assentamento e diversas outras comunidades rurais. Era neste ônibus que às vezes chegava ou me retirava do Assentamento.

Algumas viagens foram feitas de ônibus comercial, que sai de Salvador em direção a Araçás, onde me deslocava a pé até o Assentamento, como na primeira

---

<sup>1</sup> Além da proposta de pesquisa, propus colaborar na criação de um grupo de jovens no Assentamento, o que foi possível, sobretudo pelo interesse e colaboração dos jovens e dos seus pais.

vez que fui visitar. Anda-se da rodovia BA - 093 até a porteira do Ana Rosa cerca de quarenta e cinco minutos, para as casas, mais uma hora. A seguir uma imagem da entrada às margens da rodovia, de acesso a Fazenda A Partilha e ao PA Ana Rosa. Trata-se de chão de barro, cercado por vegetação densa, com alguns agricultores familiares autônomos nas duas margens. Muitos são pecuaristas de gado, alguns criam caprinos e aves de quintal, outros plantam olerícolas (sobretudo quiabo) e hortaliças, dada a facilidade de água nos arredores. Estas atividades são encontradas entre os assentados, que também plantam feijão, milho, mandioca, plantas ornamentais e coco.

**Figura 1:** Entrada nas margens da rodovia BA 093 ao caminho para o acesso ao PA Ana Rosa, Pojuca / BA.



**Elaboração:** Davi Silva da Costa, 12.07.2009.

Após a caminhada de quarenta e cinco minutos, tem-se a porteira ou como eles dizem, o 'mata-burro', que dá acesso ao PA Ana Rosa. Nesta porteira, a frente situa-se a Fazenda A Partilha, que pertence a uma ONG Italiana, que se ocupa em retirar jovens usuários das drogas, oferecendo-lhes moradia e alimentação, e, como contrapartida, a participação desses jovens em atividades de plantio de coco, criação de ovelhas e criação de peixes.



Mais a frente, aproximadamente dois quilômetros, encontram-se as primeiras casas dos assentados: a primeira ocupação ocorrida do PA. Eles chamam de agrovila, e cerca de trinta famílias moram neste espaço, as mais antigas assentadas, cerca de dez anos, visto que o PA Ana Rosa foi criado em 1999. Outras moram em seus lotes individuais, dispersos por todo o território do assentamento. Estes decidiram construir suas casas em seus lotes, depois de uma assembléia geral ainda quando se tratava de uma associação, a Riacho das Pedras. Estes estão no Assentamento a menos tempo e moram e cultivam no mesmo espaço, diferente dos que moram na agrovila, que se deslocam para os seus lotes para as atividades cotidianas.

**Figura 2:** Porteira de entrada à Fazenda A Partilha e ao PA Ana Rosa, Pojuca / BA.



**Elaboração:** Davi Silva da Costa, 19.07.2009.

Esta divisão espacial do Assentamento pode ser um dos motivos da fusão de uma Associação em duas, uma cujos associados e lideranças moram na chamada Agrovila e outra associação com associados moradores da chamada parte de baixo, onde me hospedei e se encontram a maior parte dos jovens informantes. Estas associações divididas não inviabilizam a comercialização dos (as) assentados (as)

na feira livre de Pojuca. Estes se deslocam juntos para a feira e se distribuem de forma dispersa pela feira, em virtude dos produtos que comercializam: farinha de mandioca, hortaliças, frutas e aves.

Neste sentido, cabe contextualizar brevemente, o município de Pojuca, ao qual o Assentamento está inserido. Segundo Cavalcanti (2009), a palavra Pojuca, assim como o nome de muitas cidades do Brasil, é legado da cultura indígena. Em Tupi, “Yapo-Yuca” significa o riacho, o brejo. Segundo Teodoro Sampaio, o termo significa pântano, mas todas as denominações são, portanto, relacionadas ao rio.

Segundo Rêgo (1997), no início do século XVII, as terras pertenciam a Francisco de Sá, filho do terceiro Governador Geral do Brasil, Mem de Sá. Após a morte de Francisco, sua irmã, D. Filipa de Sá, vendeu e doou várias partes da propriedade, ocorrendo assim a fixação de pequenos proprietários nas margens do Rio Pojuca, atraídos pela fertilidade do solo, de 1602 a 1684. O local recebeu o nome de “passagem” por servir de apoio para tropas e boiadas. Aos sábados, formava-se uma feira, onde foi construída uma capela dedicada ao Bom Jesus da Passagem e o arraial foi se formando.

As primeiras famílias a se instalarem e produzirem cana-de-açúcar, principal sustento da economia colonial foram Ferreira Veloso, Freire de Carvalho, Sepúlveda, Vasconcelos e Saraiva, juntamente com outros proprietários. De acordo com Sant’Ana (1978), um dos primeiros migrantes que contribuiu para o crescimento do arraial de Pojuca foi Vicente Ferreira Sant’Ana. Dentre os seus 17 filhos, um se tornaria intendente do município: Raimundo Ferreira de Sant’Ana. Entre vários netos, um se revelaria como escritor: José Lemos de Sant’Ana – que retratou parte da história de Pojuca nos livros intitulados “Bambangas”.

Rêgo (1997) cita Durval de Aguiar, coronel da polícia baiana, que ao percorrer o interior da Bahia, em 1888, descreveu algumas características sócio-econômicas do Município de Catu, comparando-as com o arraial de Pojuca:

O importante Arraial de Pojuca, junto ao rio do mesmo nome, possui 4.197 habitantes, que é em tudo superior e mais aprazível do que a Vila, onde a exceção dos dias da insignificante feira vive-se em perfeito deserto; por falta de recursos não tem podido ajudar a Vila, nem elevá-la da

decadência física e moral em que se acha. O comércio é insignificante porque divide as forças com o aprazível Arraial de Pojuca, onde existe uma estação férrea e também serve de entroncamento à rede telegráfica terrestre desta província; pelo que estás em comunicação direta com a Corte, ficando acima do povoado na distância de 3 quilômetros e 11 a quem da Vila de Catu, a célebre Fábrica Central, açucareira pertencente a uma associação particular de abastados lavradores

O lento desenvolvimento de Pojuca, a falta de interesse e de verbas do Conselho Municipal de Catu para a manutenção das estradas que davam acesso a Pojuca, levou moradores a pensar em emancipação. Assim, tendo a frente o Coronel Carlos Pinto, forte comerciante e político influente, apoiado por outros cidadãos, a mobilização foi iniciada e recebeu reforço político quando o candidato ao Governo do Estado, Joaquim José Seabra, em passagem por Pojuca, no ano de 1909, prometeu conceder autonomia política ao município, se eleito. Seabra se elegeu e assinou o decreto de emancipação em 29 de julho de 1913. Em 07 de setembro do mesmo ano ocorreu a eleição do intendente Carlos Pinto e dos membros do Conselho Municipal, ratificando assim a emancipação de Pojuca.

Na divisão administrativa do Brasil, concernente a 1933, o município de Pojuca apresenta-se subdividido em dois distritos, o da sede e o do Miranga (onde está situado o PA Ana Rosa), mantendo-se essa formação distrital nas divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1937, como também no quadro anexo de decreto Lei N°10724 de 30 de março de 1939.

O Município está situado a 67 km da capital, na Região Metropolitana de Salvador (ver mapa a seguir), com aproximadamente 33 mil habitantes. Suas principais rodovias de acesso são: BA-093, BA-504 e BA-507. Limita-se o norte a Catu e Araçás, ao sul com Mata de São João, a leste com Itanagra e a oeste com São Sebastião do Passé. As atividades econômicas do município são: Agricultura, pecuária, extração de petróleo e gás natural, indústrias, comércios e serviços. Neste sentido, a atividade de extração de petróleo e gás natural, através de conversas informais com citadinos (as) e assentados (as), é a grande atividade econômica do município, atraindo pessoas de outras localidades.

Esta dinâmica econômica influencia no incentivo de políticas públicas de interesse da agricultura familiar, visto que a grande demanda se desloca para as

atividades do petróleo. Alguns jovens demonstraram em entrevistas o interesse em ingressar nesta atividade, o que será possível de ser visto posteriormente. E é neste contexto sócio-econômico e histórico que se propõe esta dissertação, cujos objetivos gerais são: (i) perceber aspectos identitários inerentes ao processo de territorialização dos jovens no assentamento; (ii) observar elementos subjetivos de identidade e pertencimento, sobretudo nos conflitos intergeracionais; (iii) analisar qual a representação dos jovens acerca do assentamento como espaço vivido e concebido. Os específicos são: (i) levantar através da oralidade, a percepção dos jovens sobre o seu cotidiano e sua territorialidade; (ii) identificar seus desejos de futuro e correlacionar com o assentamento; (iii) analisar a identidade construída com elementos de sociabilidade, de conflito e de reprodução da lógica camponesa.

Para tanto, a metodologia utilizada foi a de história oral, que segundo Meihy (2005), em uma definição bastante objetiva, afirma ser uma alternativa para estudar a sociedade por meio de uma documentação feita com o uso de depoimentos gravados em aparelhos eletrônicos e transformados em textos escritos. A história oral, para esta pesquisa, surge, ainda segundo o autor na perspectiva de que respeita as diferenças e facilita a compreensão das identidades e dos processos de suas construções narrativas.

Optar pela história oral como uma alternativa de estudo referente à vida social de pessoas, além de mexer no conceito de “personagem histórico”, trabalha, também, com a questão do cotidiano, evidenciando a trilha da história dos “cidadãos comuns” em uma rotina explicada na lógica da vida coletiva de gerações que vivem no presente.

Caracterizada como história do “tempo presente” é conhecida como história viva. O desafio de um trabalho como este, com fontes orais, está na possibilidade de apreender as tensões entre grupos sociais e os sujeitos individuais nos contextos em que elas são produzidas. As fontes orais fornecem potencialmente elementos que permitem de uma forma muito mais orgânica apreender as dinâmicas dos grupos e dos sujeitos em seus afazeres, valores, normas, comportamentos, etc. Apreender tudo isso, significa trabalhar com a complexidade da realidade social. Na História Oral é eminente a participação do pesquisador no diálogo. De acordo com Portelli (1997),

O respeito pelo valor e pela importância de cada indivíduo é, portanto, uma das primeiras lições de ética sobre a experiência com o trabalho de campo na História Oral. Não são exclusivamente santos, os heróis, os tiranos – ou as vítimas, os transgressores, os artistas – que produzem impacto. Cada pessoa é uma amálgama de grande número de histórias em potencial, de possibilidades imaginadas e não escolhidas, de perigos iminentes, contornados e por pouco evitados. Como historiadores orais, nossa arte de ouvir baseia-se na consciência de que praticamente todas as pessoas com quem conversamos enriquecem nossa experiência. (p. 17)

Este processo de reinterpretação das falas, de percepção dos elementos simbólicos e subjetivos, faz parte das reflexões, que estão para além das falas dos informantes, está também na observação. Foram entrevistados dez jovens, entre 14 e 24 anos, de ambos os sexos (seis meninos e cinco meninas), de forma individual, sem a presença de pais ou amigos. Este número simboliza, segundo informações das lideranças, a metade do total de jovens que moram no assentamento. Ocorreram ainda conversas informais com os pais destes jovens e ainda, foi realizada uma oficina com os onze jovens com o tema “o jovem rural e o futuro”, seguindo a concepção de grupo focal<sup>2</sup>, que segundo Morgan (1997) trata-se de uma técnica de pesquisa que coleta informações por meio das interações grupais ao se discutir um tópico especial sugerido pelo pesquisador. Como técnica, ocupa uma posição intermediária entre a observação participante e as entrevistas em profundidade. Pode ser caracterizado também como um recurso para compreender o processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos (VEIGA & GONDIM, 2001). Estes elementos além da observação são elementos da análise desta dissertação, onde o roteiro de entrevista semi-estruturada realizada encontra-se no apêndice desta dissertação. Para efeitos de proximidade entre o pesquisador e o informante e ainda, de não revelação do nome dos jovens, estes informaram apelidos, que serão utilizados para identificar os informantes.

Na estrutura desta dissertação, as falas dos informantes estarão destacadas em fonte do tipo itálico, seguidos por seus apelidos e idades. O título desta dissertação se refere à fala de um dos jovens, o que remete de forma contundente o conflito ao qual a juventude do assentamento passa. Dito isto, a estrutura desta

---

<sup>2</sup> Os elementos discutidos nesta oficina serão discutidos no Capítulo 5: A reforma agrária como locus de um novo paradigma de ruralidade.

dissertação divide-se em aspectos iniciais, cinco capítulos e os aspectos finais, alocados em duas partes. Na Primeira Parte, o capítulo 1, intitulado: *Campesinato, Camponês, Urbano: Notas sobre a busca de um conceito do rural*, trata-se do único capítulo estritamente teórico, objetivando contextualizar o debate sobre o campo, seus sujeitos e seus contextos, onde se pretende delimitar ao final, que pressupostos se utilizam para a compreensão da realidade dos jovens do Assentamento, a partir das questões: o campesinato é uma categoria da contemporaneidade? Como tem se construído o meio rural na contemporaneidade? O meio rural é um espaço de/para vida? No capítulo 2: *O que há de novo no rural: os assentamentos, os camponeses e suas contradições*, as noções de campesinato somam-se aos debates atuais sobre o papel da reforma agrária no desenvolvimento rural, mas, sobretudo, acerca das suas contradições, acerca sobretudo, das formas de acesso e da seu caráter político, antes de ser social.

Na Segunda Parte, o capítulo 3: *Identidade, cultura e meio rural: caminhos à guisa de um novo paradigma*, a partir da fala dos jovens, busca-se compreender as identidade (s) ali constituídas. A pergunta acerca de que juventude estamos falando, quais identidades se constroem naquele contexto, quais os conflitos entre identidades e a geração, objetivam responder a uma pergunta central: as identidades de grupo e territorial se relacionam com o Assentamento? No capítulo 4, *Territorialidade (s) e identidade (s) a partir da categoria juventude*, as noções de território, territorialidade, espaço, lugar e gerações, se somam para compreender, a partir das identidades percebidas e em processo de construção, como estas dialogam com a visão dos jovens sobre as gerações, sobre o que o assentamento representa para este grupo. Com a pergunta norteadora: a partir da interação sócio-territorial dos jovens, que aspectos simbólicos surgem a partir disso? Neste sentido, o que é ser jovem, o que pensam sobre seus pais e sobre o seu futuro, que elementos de conflito e contraste se manifestam, são discutidos neste capítulo.

No último capítulo, o de número 5, de título: *A reforma agrária como locus de um novo paradigma de ruralidade*, busca-se remeter à visão dos jovens sobre os seus conflitos de des-re-territorialização, sobre a família como estratégia de pertencimento e de reprodução, sobre a terra como elemento de manutenção do *ethos camponês*, sobre a visão aparentemente paradoxal da relação futuro e

transitoriedade do espaço do assentamento com os objetivos de vida, enfim, de como a reforma agrária tem se concretizado como espaço de conflito para os jovens. No final, os aspectos finais objetivam refletir sobre todos estes elementos.

## PARTE 1 – O MEIO RURAL E O CAMPONÊS SOB A PERSPECTIVA DA RECONFIGURAÇÃO NA RURALIDADE

### A terra é naturá

Esta terra é como o Só  
Que nace todos os dia  
Briando o grande, o menó  
E tudo que a terra cria.  
O só quilarêa os monte,  
Tombém as água das fonte,  
Com a sua luz amiga,  
Potrege, no mesmo instante,  
Do grandaião elefante  
A pequenina formiga.

Esta terra é como a chuva,  
Que vai da praia a campina,  
Móia a casada, a viúva,  
A véia, a moça, a menina.  
Quando sangra o nevuêro,  
Pra conquistá o aguacêro,  
Ninguém vai fazê fuxico,  
Pois a chuva tudo cobre,  
Móia a tapera do pobre  
E a grande casa do rico.

[...]

Esta terra é como o vento,  
O vento que, por capricho  
Assopra, às vez, um momento,  
Brando, fazendo cuchicho.  
Ôtras vez, vira o capêta,  
Vai fazendo piruêta,  
Roncando com desatino,  
Levando tudo de móio  
Jogando arguêro nos óio  
Do grande e do pequenino.

[...]

Pois o vento, o só, a lua,  
A chuva e a terra também,  
Tudo é coisa minha e sua,  
Seu dotô conhece bem.



Pra se sabê disso tudo  
Ninguém precisa de istudo;  
Eu, sem escrevê nem lê,  
Conheço desta verdade,  
Seu dotô, tenha bondade  
De uvi o que vô dizê.

[...]

Iscute o que tô dizendo,  
Seu dotô, seu coroné:  
De fome tão padecendo  
Meus fio e minha muié.  
Sem briga, questão nem guerra,  
Meça desta grande terra  
Umas tarefa pra eu!  
Tenha pena do agregado  
Não me dêxe deserdado  
Daquilo que Deus me deu.

*(Patativa do Assaré)*

## 1. Campesinato, Camponês, *Rurbano*: Notas sobre a busca de um conceito do rural

O *campesinato* foi interpretado a partir de diferentes perspectivas teóricas e políticas, sendo considerado sobre a perspectiva de ser um obstáculo para o desenvolvimento da sociedade (projeto de urbanização), em outro momento atribuído também sob a ótica ligada à sua condição de grupo social<sup>3</sup> e ainda, acerca das confabulações do seu desaparecimento com a intensificação das relações capitalistas (Fabrini *in* Paulino e Fabrini, 2008). Outras interpretações ainda apontaram para uma importante produção familiar, denominada *agricultura familiar*, mas que em certa medida, não deve ser classificada de camponesa em vista dos diferentes vínculos e relações engendradas no processo de produção em que está inserida.

É importante destacar ainda, que a construção do lugar social dos camponeses está relacionada às suas lutas e resistências, realizadas em diferentes espaços e movimentos históricos. É neste sentido, o de (re) construção do conceito e atribuição do campesinato, bem como acerca da pertinência do uso e de sua significância que se baseia o presente capítulo, seguindo a pergunta norteadora: O campesinato é uma categoria da contemporaneidade?

O debate sobre um dito destino do campesinato teve início no final do século XIX e ganhou novo impulso nos anos 1960 e 1970, com participação ativa de Teodor Shanin (Marques *in* Paulino e Fabrini, 2008). Destacam-se duas correntes nesse debate: a) a primeira, formada sob a influência dos populistas russos, que desenvolveram estudos detalhados sobre a organização da produção camponesa,

---

<sup>3</sup> Por camponês, Martins entende todo trabalhador não assalariado, que produz fundamentalmente para o consumo próprio e de membros da sua família, de cuja unidade de trabalho se vale para isso. Compreende diferentes categorias sociais, que vão desde pequenos proprietários e pequenos arrendatários até parceiros, colonos e posseiros, a maioria dos quais sem terra suficiente para trabalhar. Produto da expansão capitalista, o camponês está à margem dela. Só se conecta a ela via mercado, por meio do escoamento do excedente do trabalho, momento em que é extorquido e, logo, condenado à pobreza.

valorizava as qualidades do modo de vida e da economia camponesa e defendia a importância de sua contribuição para a construção de uma sociedade igualitária, com representação destacada de A. Chayanov; b) a segunda, concentrada na análise das mudanças desencadeadas pelo avanço das relações de mercado e de processos de modernização e industrialização relacionados ao desenvolvimento do capitalismo no campo e suas inevitáveis conseqüências de desagrarização e descampesinação<sup>4</sup>, que tinha em V. Lênin e K. Kautsky duas grandes referências.

Conforme Shanin (1979), o campesinato é ao mesmo tempo uma classe e um modo de vida e esta dualidade tem conduzido dificuldades conceituais. O autor afirma que o campesinato não é uma realidade estática, “como toda entidade social, o campesinato existe só como um processo, quer dizer, em sua mudança (SHANIN, 1979, p.13)”<sup>5</sup>. Assim, o equívoco de buscar na realidade um tipo tal e qual definido pelo processo de abstração, implica em algum tipo de redução da complexidade do social, visto que a análise têmporo - espacial encontra dificuldades, como visto em:

Sua relação com o solo mudou. Múltiplas ocupações, mantendo ao mesmo tempo residência rural e urbana, transbordando mercados de trabalho, os camponeses tornam-se uma problemática definição. Influências do Estado e do mercado têm permeado suas sociedades e natureza da família camponesa e da comunidade local tem se modificado. Em uma situação de mudanças constantes e rápidas, camponeses desaparecem e então reaparecem como se um por um passe de mágica. A direção da mudança confunde e seu ritmo provê pouco tempo para a análise sincrônica. Os processos de transição dos camponeses são mais complexos (BRYCESON, 2000, p. 30).

Assim, as diversas possibilidades de analisar o campesinato, calcam-se na percepção de suas múltiplas formas de expressão e ainda, na sua complexa articulação na contemporaneidade, seja nas diversas modalidades de atuação do poder público; nas expressões *pluri* identitárias (social, cultural, geracional, étnica) e de pertencimento<sup>6</sup>; na sua lógica com a terra e seus meios de inserção; nas suas

---

<sup>4</sup> O termo refere-se à destruição radical do velho campesinato, fazendo surgir novas formas de população rural – burgueses e proletários do campo. Dois caminhos são possíveis para a *descampesinação* e surgimento do trabalho remunerado: a partir do “Junker”, antiga economia dos proprietários da terra se transformando lentamente para capitalistas, ou a forma mais violenta, via “Farmer”, com uma revolução na propriedade da terra e da pequena fazenda camponesa que irá se decompondo com o desenvolvimento capitalista.

<sup>5</sup> “Como toda entidad social el campesinado existe sólo como un proceso, es decir en su cambio (SHANIN, 1979, p.13)”.

<sup>6</sup> A afetividade que aflora nos conceitos de participação e pertencimento adquire nos anos de 1980 um caráter subjetivo se compondo conjuntamente com a objetividade a superação da dicotomia razão

atividades econômicas (agrícolas e / ou não agrícolas). Trata-se o campesinato de uma categoria multireferencial.

Nesse sentido, alguns pesquisadores se destacam nessa introdução dos estudos rurais no Brasil, como, por exemplo, Octavio Velho (1972), Giralda Seyferth (1974), Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976), Margarida Maria Moura (1978), José Tavares dos Santos (1978), Beatriz Heredia (1979), Luiz Eduardo Soares (1981), Afrânio Garcia (1983), Klaas Woortmann (1988), Ellen F. Woortmann (1995), Antonio Candido (1987) <sup>7</sup>, entre outros, re-elaborando através da realidade o conceito de campesinato e campesinidade.

### **1.1. Campesinato e camponês: conceitos em (des) construção**

Marques (2008) afirma que o conceito de camponês permite apreender a complexidade do sujeito histórico que designa, diferentemente do que ocorrem com outros conceitos como os de *pequena produção* e *agricultura familiar*. Segue dizendo que se trata de um conceito que possui uma história significativa no interior das ciências sociais e que tem se relacionado às disputas políticas e teóricas travadas em torno da interpretação da questão agrária brasileira e das direções tomadas pelo desenvolvimento capitalista no campo.

Em contraste com o forte enraizamento territorial que caracteriza o camponês europeu, a trajetória do nosso campesinato é marcada por uma forte mobilidade espacial. A recorrência de políticas de posse precária da terra tem resultado em uma condição de instabilidade estrutural, que faz da constante busca por novas terras

---

e emoção entre o público e privado e o reducionismo estrutural. Assim, a questão que vem permeando inúmeros cientistas sociais ao incorporar a subjetividade na análise e no planejamento da participação é a utilização dessas vertentes como ponto central nas análises sociais se contrapondo com as correntes da lógica dominante (SAWAIA, 2001).

<sup>7</sup> Antonio Candido em sua obra "Os parceiros do Rio Bonito" estuda as diversas características por ele identificadas do mundo caipira no intuito de compreender esta cultura. Diversas circunstâncias levaram muitos caipiras a se modernizarem, assumindo formas de apresentação e valores externos à sua cultura e a si. Antonio Candido cria uma tipologia para classificar as diferentes reações adaptativas do caipira: a que se dá primeiro pela aceitação dos traços impostos e dos propostos; segundo pela aceitação dos traços propostos; e terceiro pela rejeição de ambos. O segundo caso é o que mais interessa ao seu trabalho: são os que "procuram ajustar-se ao que se poderia chamar de mínimo inevitável de civilização" que aceitam para não comprometer a sua sobrevivência, apegando-se a um mínimo de fórmulas da modernidade de forma a "preservar o máximo possível das formas tradicionais de equilíbrio" (CÂNDIDO, 1987, p.218).

uma importante estratégia de reprodução social. Assim, conforme lembra Wanderley (1996), é o seu modo de vida, mais do que a terra, o patrimônio que tem sido de fato transmitido entre gerações.

A luta pela terra hoje existente no país constitui, de um modo geral, mais um capítulo da história do campesinato brasileiro, inicialmente com as “Ligas Camponesas” na década de 1950, movido, sobretudo pelo conflito entre a territorialidade capitalista e a territorialidade camponesa inaugurado com a criação do mercado de terras no Brasil na segunda metade do século XIX. Mas as novidades dessa luta na atualidade são muitas, Marques (2008) denomina de processo de *recampesinização* da família sem-terra, o que se dá com o assentamento destas.

O camponês brasileiro é um migrante e sua expropriação não tem representado uma ruptura total de seus vínculos com a terra. A maioria deles mantém alguma relação com o campo, seja ela mais próxima ou mais distante (relação direta de trabalho, vínculos familiares, relação de origem), o que explica, em parte, a permanência entre eles de um conjunto de símbolos e valores que remetem a uma ordem moral ou lógica tradicional e a possibilidade de o acesso à terra se apresentar como uma alternativa para pobres do campo e da cidade que buscam assegurar a sua sobrevivência mantendo a dignidade de trabalhador.

Porém, o processo de “recampesinização” que se verifica a partir de seu retorno à terra possibilitado por sua luta como sem-terra é marcado por conflitos, ambiguidades e contradições, que traduzem a difícil passagem do projeto de vida para a prática, onde, a existência do camponês assentado não nega de todo a lógica do capital, que, em sua reprodução ampliada, continua subordinando o campesinato, mas

ao mesmo tempo em que o camponês está subordinado à lógica do capital, ele também descobriu caminhos para o rompimento dessa submissão, fazendo escolhas para viver em sociedade, de acordo com seus valores (SIMONETTI, 1999, p.56).

A contínua reafirmação de um conjunto de valores específicos demonstra a importância fundamental da consideração da dimensão cultural para compreendermos o significado do movimento de luta pela terra existente hoje no

Brasil e a forma como os assentados organizam a vida e o espaço nos assentamentos. Os assentamentos rurais têm se constituído como o “lugar<sup>8</sup>” onde se dá um complexo e sofisticado processo de (re) construção do “território camponês”.

O assentamento é a expressão concreta da territorialização do movimento (de luta pela terra). Não é somente o lugar da produção, mas também o lugar da realização da vida. (...) E a vida, para esses camponeses, como se verifica em seus relatos, não é somente ter comida, ter casa, mas uma vida plena, uma vida cheia de significados, na qual aquilo que eles crêem tem possibilidade de continuar sendo respeitado e existindo: sua cultura, sua autonomia, sua visão de mundo, sua capacidade de crescer a partir de suas próprias potencialidades, enfim seu universo simbólico (SIMONETTI, 1999, p. 70-71).

No entanto, a campesinidade é recriada em novas condições no contexto dos assentamentos, com base em novas experiências adquiridas por estes trabalhadores em sua passagem pela cidade, na vivência da luta, bem como, em certos casos, na vivência de novas experiências de organização da produção promovidas por movimentos sociais ou organizações não-governamentais, etc. Porém estas experiências parecem não invisibilizar características de um campesinato histórico, sobretudo, no que se refere ao *ethos* camponês.

### **1.1.1. O *ethos* e a campesinidade: um olhar para além do assentamento rural**

A morada tem uma importância exponencial para o agricultor por representar o lócus do encontro das categorias terra, trabalho e família, categorias estas constituidoras daquilo que Woortmann (1990: 23) denomina *campesinidade*. Para este autor, estas categorias são reconhecidas como fundamentais para a explicação

---

<sup>8</sup> Um aspecto curioso dessa abordagem está no reconhecimento de que o sentido de lugar não está limitado ao nível pragmático da ação e da percepção e que sua experiência (direta ou simbólica) se constitui em diversas escalas: atualmente ela formaria um contínuo que inclui o lar, como provedor primário de significados; a localidade ou bairro, como campo de sociabilidade; a cidade; as regiões; o Estado-nação e até mesmo o próprio planeta. Entretanto, como afirma Holzer (1999), é preciso admitir que, tanto para o indivíduo como para o grupo, o aumento da abrangência impossibilita, progressivamente, um relacionamento espacial direto, remetendo-nos a uma visão cada vez mais fragmentária dos lugares, a uma “visão em arquipélago”.

do campesinato enquanto ordem moral, diferentemente do empreendimento que se justifica somente por objetivos meramente econômicos. Tedesco (1999), por sua vez, entende que elas determinam a consolidação do *ethos* de colono. O autor aproxima sua noção de *ethos* com a idéia de campesinidade, fazendo o seguinte esclarecimento:

Ao se tematizar o **ethos**, então, tem-se presentes as noções de incorporação, de sistemas que caracterizam formas de vida, estilos de ação, disposições (morais, estéticas e culturais), quadros de referência e condutas; todas elas em dinamismo/confronto com processos sociais e visões de mundo (Id. Ibid.: 20, grifo meu).

Em outras palavras, as categorias terra, trabalho e família estão intimamente imbricadas na cultura camponesa, por que são constituidoras de uma 'estrutura'. Não se pensa na vida camponesa, na terra sem pensar a família e o trabalho. A esta tríade acrescenta-se a comunidade de famílias camponesas, como o prolongamento da família.

Este parece ser o ponto central a ser considerado na discussão sobre o papel dos assentamentos. O agricultor não vê no assentamento apenas a terra. Ele visualiza, também a morada, a família e a comunidade. Ele não pensa a terra apenas como um meio de produção, ele a tem como patrimônio a ser preservado e passado às gerações futuras por herança, onde valores como responsabilidades, reciprocidades, solidariedades e respeito são garantidores, tanto da preservação da instituição família em bases relativamente tradicionais, quanto da perpetuação de fortes vínculos sociais com sua comunidade. Obviamente que, nas famílias onde a reprodução social está ameaçada por falta de herdeiros-sucessores e naquelas em que já se haviam formado vínculos profissionais com o mundo urbano, isto tende a se enfraquecer.

Como foi aventado a pouco, um aspecto atinente à questão do enraizamento diz respeito a importância da terra para o agricultor. Entretanto, em muitos casos, ela deixa de ter importância, enquanto morada para se tornar um meio para a especulação fundiária. Neste caso, a terra passa a representar para o *titular* ou proprietário unicamente a possibilidade da obtenção da renda fundiária<sup>9</sup>, neste

---

<sup>9</sup> Segundo Martins (1981), para que haja a produção de capital é necessário que se possa explorar, não o trabalho assalariado, através de produção tipicamente capitalistas que poderão gerar a

sentido surge a importância da compreensão desta ética camponesa, sobretudo na dimensão do imaginário da família acerca de sua propriedade. Além disso, os jovens possuem papel decisivo nesta construção acerca da reprodução da terra, as noções de *pertencimento* e *identidade* surgem como elementos relevantes na reprodução do *ethos*.

Primordialmente, para a compreensão do papel dos jovens para a consolidação desta ética em assentamentos rurais, importante trazer o embate situado no uso que se faz dos termos “agricultura familiar” e “camponês”. O primeiro termo faz referência a uma abordagem economicista da pequena produção, onde há uma preocupação em abranger sua integração com capital, não dando conta, portanto, de entender o camponês subordinado a universos mais amplos, sobretudo à sucessão hereditária das famílias ligadas à reciprocidade e pertencimento.

Esta concepção de como funciona e se organiza a família camponesa certamente tem uma grande contribuição para a temática agrária. Woortmann (1990) chama a atenção de forma bastante oportuna ao afirmar que, dentro desta perspectiva “chayanoviana” a família camponesa é um tanto quanto economicizada. Propõe que o campesinato seja analisado a partir de outras óticas e não só a econômica como muitos estudos assim o fazem. Isso porque, não pode se perder de vista que ao se pensar o assentamento parte-se da idéia de que ele é produto e condição da sociedade, não estático e a ele são agregados diversos valores. Portanto, o camponês aparece como sujeito histórico e social.

Partindo da perspectiva de Klass Woortmann, em que a análise do camponês não deve ser feita privilegiando somente o econômico, surge uma nova modalidade de se enxergar a terra. Não ela mais sendo somente o objeto do trabalho, mas sendo também objeto onde a família agrega valor. Não valor de uso, nem de troca, mas como valor de patrimônio, valores sociais, valor-família, enquanto o lócus onde se cria sua moralidade.

“É possível localizar elementos de permanência, de continuidade, de unidade de um modo de ser que exige e merece das ciências sociais uma caracterização

---

reprodução do capital, mas que possa explorar a a renda da terra através de relações não tipicamente capitalistas. ç



própria, que não a que se apóie apenas em suas diferenças com relação a outras categorias sociais” (ABRAMOVAY, 1992, p. 54). Será este o sentido atribuído ao emprego da palavra “camponês”, utilizado em uma abordagem mais profunda da lógica camponesa, expressando um posicionamento político-ideológico de resistência frente à tendência de avanço devastador do capital.

Esses valores que Teodor Shanin (1983), afirmou que se os camponeses continuam existindo nos dias de hoje é provável que continuem a existir por muito tempo. Assim, a visão marxista nos remete para a contradição do capital. Pois os motivos que lhes permitem a reprodução são maiores do que as quais os levam a extinção. Nesse sentido, Moura (1988), aponta que se pode falar em recriação, redefinição e até diversificação do campesinato do que de extinção, e nesta perspectiva se agrega a noção de ruralidade.

## **1.2. Ruralidade: de onde vem?**

“O rural, a ruralidade e agricultura requereriam análise apropriada, isso porque há um aparente divórcio entre ruralidade e agricultura, já que o que se chama hoje de agricultura são principalmente conjuntos de processos industriais, locados fisicamente a céu aberto, mais do que sob um teto, embora se sublinhe que há diferenças qualitativas e quantitativas entre agricultura e *agribusiness*”.

(Friedland, 2002)

A idéia de rural, ou de ruralidade, é similar a tantas outras que só existem em relação direta com seu par oposto, onde para pensar os termos da relação entre os dois pólos, a primeira dificuldade que se impõe é justamente sua própria delimitação (FAVARETO, 2006).

Quando a questão acerca do rural é aprofundada, verifica-se que inexistente uma definição única e consensual para a mesma. Diante deste impasse podem-se identificar formas diferenciadas de abordar o tema, onde a primeira e mais geral, segundo Blume (2004), coloca-se a abordagem do rural pelo senso comum. Nesta, o

rural assume feições e traços que o ligam a imagens vivenciadas, sendo estas incorporadas pelo cotidiano ou repassadas por algum meio de comunicação.

Na segunda abordagem, tem-se a discussão do meio acadêmico e também de instituições governamentais, onde o debate se direciona para as questões analíticas e normativas do rural. Em instituições de pesquisa, este tende a ser vinculado, geralmente, à discussão empírico-normativa. Já nas instituições governamentais, o rural é apresentado e definido, invariavelmente, como um espaço físico, fonte de enumeradores demográficos e base para as ações político-administrativas dos governos.

O rural do senso comum, ao longo do processo histórico brasileiro, sempre tendeu a sofrer forte imposição de uma ideologia que lhe era contrária, a ideologia urbana. Esta se explicita no momento em que se busca associar o rural a uma imagem que o liga à tradição, ao que é passado, sinônimo de atraso cultural, econômico e social. É desta forma que surgem as imagens pejorativas, como as do “jeca-tatu” e de tantos outros personagens difundidos pela mídia, que remontam no seu modo de agir situações geralmente jocosas que procuram expô-lo como “atrasado”, à luz de um conjunto de idéias e valores considerados como “modernos” ou típicos da “cidade grande”. Conseqüentemente este conjunto de idéias e valores, segundo Martins (1986), têm-se difundido na tentativa de impor através da dominação, a transição da sociedade tradicional (rural) para a sociedade moderna (urbana), urbanizando o campo para superar o “atraso” do rural. E esta concepção perpassa o senso comum e torna-se tema da ciência onde estas representações passam a ser investigadas.

Na terceira, o rural bucólico é tratado por Raymond Williams, em sua obra clássica *O campo e a cidade*, a qual traz um retrato da dicotomia que permeia a relação entre campo e cidade em vários momentos e períodos da história e da literatura inglesa – ao analisar o meio rural inglês afirma que, “os relatos historiográficos mais detalhados indicam que em toda a parte muitas formas, práticas e sensibilidades antigas sobreviveram em períodos nos quais o sentido geral das novas tendências já era claro e decisivo.” (WILLIAMS, 1990, p. 56).

Por outro lado, para a grande parte dos seres humanos, a metrópole, ou melhor, a megalópole acabou sendo considerada um símbolo da modernidade e de novos tempos marcados pela tecnologia, associada a serviço do homem contemporâneo, o qual, por sua vez, tem o “dever” de buscar a expressão de suas habilidades dentro deste sistema mecanizado e tecnocrático urbano: “o elogio da produção, que antes abarcava o campo, agora se estende até a cidade.” (WILLIAMS, 1990, p. 200). Ele afirma páginas depois que

Voltaire via a atividade industrial e a busca dos prazeres refinados como as marcas características da cidade e, portanto, da própria civilização. A idade do ouro, e o Jardim do Éden (referências ao meio rural), por não conhecerem nem a indústria nem o prazer, não eram virtuosos e sim ignorantes: a cidade, Londres em particular, era o símbolo do progresso e das luzes; sua mobilidade social era a escola da civilização e da liberdade. (WILLIAMS, 1990, p. 202).

E, apesar de as cidades apresentarem um quadro de miséria e de desigualdades sociais impressionantes, a idéia de progresso passou a estar associada, no século XIX, ao urbano e aos tempos modernos:

As grandes acusações dirigidas ao capitalismo e o extenso catálogo de misérias por ele criadas nas fábricas e nas cidades sempre coexistiram, dentro de uma certa visão histórica, com essa utilização repetitiva do termo “progressista” para designar esses mesmos eventos. (WILLIAMS, 1990, p. 58).

Dentro desta visão, o homem do campo era o ser conservador, atrelado ao passado, bem diferente do homem de negócios urbano, atualizado e dinâmico. Mas, antes de as sociedades dividirem-se entre estes dois mundos separados: um marcado pela urbanização, divisão do trabalho, industrialização, atrelado ao futuro e à modernidade – a cidade -, outro marcado pela agricultura, exploração da natureza, atrelado ao passado e ao tradicional – campo -, figuraram muitas outras relações entre eles, pois, “o campo e a cidade são realidades históricas em transformação tanto em si próprias quanto em suas inter-relações” (WILLIAMS, 1990, p. 387).

Assim, a visão sobre o campo e a cidade sempre foi permeada por momentos históricos, ideologias e interesses, tanto é assim que em sua análise sobre as transformações ocorridas na Inglaterra após a Guerra Civil e o acordo constitucional de 1688, outra visão estava surgindo sobre o meio rural, conforme relata Williams (1990, p. 80): “nos poemas sobre o refúgio no campo, há uma nítida transição do

ideal de contemplação para o ideal de simples virtude produtiva, e depois para formas mais complexas desta”, como veremos em Thompson, a qual irá representar a época dos melhoramentos. Já na Inglaterra do século XVIII, “os poemas sobre arrendatários felizes, o eu idealizado e independente da tradição bucólica reflexiva, são sucedidos por poemas sobre perda, mudança, pesar: aquela estrutura de sentimento simultaneamente comovente e meditativa...” (WILLIANS, 1990, p. 97).

No Brasil, ainda segundo Blume (2004), a retomada do tema do rural, surge associada a correntes distintas de pensamento, sendo que mais recentemente um novo posicionamento analítico também passa a despontar como uma alternativa aos estudos do rural. Como uma vertente, pode ser citado o debate promovido por Graziano da Silva sobre “o novo rural brasileiro”. Este autor faz a leitura do rural baseado na perspectiva do *continuum*<sup>10</sup> e sustenta que a urbanização do campo é iminente e irreversível. Como vertente oposta, pode-se destacar estudos sobre a nova ruralidade, como os de Maria de Nazareth Baudel Wanderley e Maria José Carneiro, onde temas de pesquisa que refletem dinâmicas sociais como a pluriatividade, re-emergência de sociabilidades e identidades passam a questionar a idéia de subversão do rural às pressões do universo urbano. A terceira, e mais recente leitura, tem no enfoque territorial uma referência privilegiada para discutir os problemas do rural e da ruralidade. O estudo do rural pela abordagem territorial é proposto por José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay. As discussões promovidas por estas vertentes sintetizam o que pode ser considerado como “o debate sobre a ruralidade brasileira”, pois estas posições buscam manter a atualidade e a pertinência da discussão sobre o rural no Brasil.

Segundo a opinião de Graziano da Silva, o rural tende a cada vez mais se distanciar de uma concepção setorial assentada unicamente nas atividades agrícolas, pois “já não se pode caracterizar o meio rural brasileiro somente como agrário” (1999, p.28). Assim, através de estudos embasados em evidências empíricas, o autor possibilita averiguar como estão ocorrendo os fenômenos que

---

<sup>10</sup> A noção de *continuum* rural-urbano estabelece uma série de traços da sociedade urbana e a sociedade rural que se supõem funcional e causalmente conectados, e que separam a sociedade rural da urbana. Essas diferenças são apresentadas por Sorokin e Zimmerman como extremos de uma escala polar de muitas gradações. Entre o meio rural e o meio urbano existe uma gradação infinita. Em outras palavras, existe um contínuo. “Desde a habitação rural isolada e até a grande cidade, existem inúmeros escalões intermediários que vão criando uma transição insensível entre o meio rural propriamente dito e o meio urbano” (SOLARI, 1973, p.12).

tanto influenciam na concepção de um entendimento do que é o rural na contemporaneidade.

Neste sentido, como sinalizado anteriormente, Graziano propõe que o rural, “só pode ser entendido como um *continuum* do urbano” (1999, p. 1). Tal constatação apresentada pelo autor é decorrente de observações empíricas nas quais foi presenciado que o meio rural brasileiro nas últimas décadas vem sofrendo um processo de urbanização acelerada. Este processo é decorrente de um real e expressivo incremento das atividades industriais na agricultura que se integrou ao restante da economia, a ponto de não poderem mais ser diferenciados os setores de fornecimento de insumos ou de compra de produtos. Assim, sob a forte influência das atividades urbanas que se adentram ao rural, este espaço vem sofrendo expressivas transformações. Estas, segundo o autor, são denominadas como a “urbanização do campo”. Ele acrescenta que:

(...) o rural não mais pode ser pensado apenas como lugar produtor de mercadorias agrárias e ofertador de mão-de-obra. Além de ele poder oferecer ar, água, turismo, lazer, bens de saúde, possibilitando a gestão multi-propósito do espaço rural, oferece a possibilidade de, no espaço local-regional, combinar postos de trabalho com pequenas e médias empresas (GRAZIANO, 1999, p. 28).

Ao conjunto de atividades diferenciadas que surgem no meio rural, Graziano da Silva denomina de “o novo rural brasileiro”. Portanto, o rural, que para Graziano pode ser explicado e apreendido pela perspectiva do *continuum*, é o rural concebido como “rurbano”. Nesta tipologia, as características que demarcam a dicotomia encontram-se dispersas pelo avanço da urbanização, sendo assim uma questão de tempo para que o rural seja superado pelo “(...) transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural”, segundo Graziano (1999). Assim, na perspectiva da *rurbanização*, torna-se uma questão de tempo para que ocorra uma transformação total no rural. E, diante da inegável urbanização, o tradicional cede lugar ao “novo”, sendo este um reflexo do mundo urbano. Em oposição a esta postura teórica, se destacam as posições defendidas pela abordagem de Maria José Carneiro.

Os trabalhos de Maria José Carneiro partem da observação das transformações que se têm destacado para o estudo da ruralidade, no rural

brasileiro. Segundo Carneiro (1998 a), é possível citar duas evidências importantes que vêm evocando a investigação no meio rural: a primeira está relacionada com a tendência da expansão das ocupações não-agrícolas por populações que habitam áreas entendidas como rurais, e também a uma associação entre atividades agrícolas com outras fontes de rendimento, a pluriatividade. A segunda tem como referência os novos meios alternativos de vida e lazer que passam a integrar o espaço rural. Este conjunto relaciona-se com a revalorização do espaço rural, aproveitando-se da forte conotação idílica que ainda cerca o ambiente rural.

Nos estudos de Carneiro, ressaltam-se como uma modificação importante para o rural as novas dinâmicas que passaram a se estabelecer neste espaço. No entanto, entre os autores há uma nítida discordância para com o resultado das análises. Para Carneiro, as transformações que vêm ocorrendo não necessariamente conduzem à urbanização fatalística do campo, como defende Graziano. Segundo Carneiro,

ainda que os efeitos da expansão da racionalidade urbana sobre o campo, provocada pela generalização da lógica do processo de trabalho e da produção capitalista intensificados pelos mecanismos da globalização, não possam de forma alguma, ser tratados com negligência, é precipitado concluir que tal processo resultaria na dissolução do agrário, e na tendência a transformação uniformizadora das condições da vida no campo (1998 a, p. 54).

Na defesa da autora, não há como negar que atualmente existe uma maior aproximação entre os dois ambientes culturais. Porém, esta integração não causa necessariamente uma mudança generalizada da identidade local dos habitantes rurais. Um maior contato, como o que ocorre atualmente, pode até proporcionar um efeito contrário. Assim, ao invés de uma homogeneização que descaracterizaria as identidades sócio-culturais dos indivíduos, a aproximação realçaria as especificidades do rural, no sentido de uma reestruturação das identidades e um fortalecimento da ruralidade. Por este motivo é que Carneiro pede cautela ao se trabalhar com os aparentes resultados que apontam para uma reestruturação das identidades rurais, de modo a serem atribuídos a estes, valores e padrões concebidos como urbanos. E nesse sentido:

Mesmo permanecendo na posição de subordinação e de complementaridade ao urbano (como por exemplo, na ênfase aos serviços prestados aos cidadãos pelos agricultores e demais

segmentos de zonas rurais na manutenção de áreas de lazer e de preservação ambiental), o mundo rural não representaria mais uma ruptura com o urbano e as transformações que lhes são atribuídas na atualidade não resultariam na sua necessária descaracterização, mas em uma possível **reemergência** de sociabilidades e de identidades tidas como rurais (Chamboredon *apud* Carneiro, 2001, p. 4, grifo meu).

A aceção da localidade, ressaltada pela autora, não reduz o espaço a uma noção de estática. Esta é útil como uma referência para um conjunto de relações sociais diversificadas que podem estar diluídas tanto no ambiente rural como no urbano, reduzindo, desta forma, a necessidade de distinção entre os ambientes. Assim, diante desta diversidade, os valores culturais são incorporados por novos hábitos e técnicas, tornando-se difícil determinar a unicidade no sentido das modificações, e, tampouco, uma preponderância determinada de certos valores culturais considerados como hegemônicos.

É nesse sentido que Carneiro (2001) apoiando-se na perspectiva de Bourdieu propõe para o rural, a leitura deste, como uma categoria social realizada. Esta proposta possibilitaria observar as relações sociais com base na escala local, podendo-se agregar ao rural, categorias simbólicas construídas a partir de diferentes universos culturais. Estas categoriais tendem a orientar o sentido das análises para os agentes do processo e não exclusivamente para o espaço. Nesses termos, são os indivíduos que irão expressar o seu vínculo com o local através de suas práticas, independentemente de estarem ou não fisicamente no local definido como o de origem. Contudo cabe averiguar se, ao centrar os estudos nos aspectos simbólicos do rural, tendo como foco o local como escala analítica, esta opção não estaria limitando a abordagem diante as outras escalas de análise que influenciam na escala local.

Portanto, os estudos de Carneiro orientam para uma leitura diferenciada do rural, sendo oposta à condição fatalística preconizada pela concepção do *continuum*. Neste sentido, mais do que precisar as fronteiras entre o rural e o urbano ou relevar as diferenças culturais nas representações sociais, a autora sugere verificar a qualidade das relações que as práticas sociais estabelecem sobre o espaço, sobre o local de análise, sendo que as práticas podem até mesmo ampliar a rede de relações sociais, sem, no entanto proporcionar uma homogeneidade social. Mas,

para que isto ocorra, as identidades devem estar ancoradas ao sentimento de pertencimento a uma determinada localidade, e assim criar “uma consciência de si na relação com o outro” (Ibid, p. 13).

A proposta de se abordar o rural, afirma Blume (2004), a partir de uma abordagem territorial é inovadora no contexto brasileiro. Esta abordagem é sugerida por José Eli da Veiga. Para este, o território pode substituir com vantagens as ambigüidades oriundas das perspectivas dicotômicas ou a do *continuum*, pois remete o debate a questões mais importantes do que precisar as características determinantes de um ou outro espaço. Logo, acredita-se que a abordagem territorial para o rural pode proporcionar uma valorização de importantes dimensões analíticas como os fundamentos ecológicos e econômicos que se encontram cingidos neste espaço. Em sua opinião,

é errado abordar as relações entre cidade e campo nos termos em que se desenrola o debate sociológico, de “dicotomia *versus* continuum”. O aumento da densidade demográfica nas zonas cinzentas – que deixam de ser propriamente rurais e que não chegam a ser propriamente urbanas – não significa que esteja desaparecendo a contradição material e histórica entre o fenômeno urbano e o fenômeno rural. Em termos econômicos e ecológicos, aprofundam-se, em vez de diluírem-se, as diferenças entre esses dois modos de relacionamento da sociedade com a natureza (VEIGA, 1999, p. 1316).

Nesses termos, os questionamentos de Veiga centram-se sobre os efeitos que a tendência da diferenciação espacial proporciona para a questão do desenvolvimento, pois é corrente atrelar o desenvolvimento à urbanização. Para o autor isto não ocorre em todos os casos, pois é possível que uma área rural se desenvolva sem que necessariamente se torne não-rural. Assim, haveria um rompimento com a tendência preconizada pela perspectiva do *continuum* no sentido único da urbanização do campo, questionando a tese que o rural desaparecerá ao irreversível avanço da urbanização.

Decorrente deste contexto sustenta o autor, que os estudos devem incorporar novas perspectivas de análise, sendo que para estas, valorizar a questão do espaço é de destacada importância para os estudos. Desta forma, a abordagem territorial por ter um enfoque que valoriza as dimensões espaciais consiste em uma forma diferenciada para análise do rural e da ruralidade brasileira,



as vantagens das palavras espaço e território são evidentes: não se restringem ao fenômeno local, regional, nacional ou mesmo continental, podendo exprimir simultaneamente todas estas dimensões (VEIGA, 2002, p. 286).

Assim, ao se sugerir o território para a discussão do rural e da ruralidade, o debate assume um rumo diferenciado, pois este se distancia das vertentes tradicionais das ciências sociais, configurando um novo momento para as reflexões. Ao abordar o espaço rural, cabe resgatar a contribuição de Teixeira e Lages (1997, apud Kayser 1990; 1992; 1994a, p. 12), que o definem por

[...] um modo particular de utilização do espaço e de vida social, caracterizado por uma densidade relativamente baixa da população, por usos econômicos de dominância agro-silvo-pastoris, por um modo de vida particularmente marcado pelas relações com o espaço e uma identidade e representações específicas, fortemente conotadas pela cultura camponesa ou ligadas às atividades agrícolas.

Estas características que tornam o espaço rural dotado de cultura e identidade próprias começam a conhecer um rápido processo de transformação pautado na aproximação da atividade agrícola com a indústria que promoveu um acelerado processo de modernização agrícola seja nos meios técnicos de produção como também nas diferentes formas de comercialização e de relações de trabalho e sociais, representadas, por exemplo, pelos assentamentos de reforma agrária no Brasil. Assim, os caminhos percorridos nas trajetórias dos jovens, não necessariamente alcançam este modelo industrialista, mas coloca-se como uma possibilidade. Por isso, ao falarmos de alternativa, de permanência, falamos e valorização social e também de possibilidades de escolha, onde a reforma agrária surge como uma realidade aventada para seus pais, onde os jovens se sentem pertencentes ou não desta realidade.

## **2. O que há de novo no rural: os assentamentos, os camponeses e suas contradições**

Na perspectiva desta nova ruralidade e do que atualmente se concebe sobre o meio rural e sua dimensão, no que concerne principalmente aos sujeitos do campo, é que surge a dimensão dos camponeses. O referencial teórico marxista doutrinário imputou ao estudo do campesinato o sentido da divisão da sociedade em classes e o conflito existente entre elas. Nesta concepção marxista, o camponês foi teorizado pelo seu fim, ou seja, não havia lugar para ele na sociedade capitalista (nem na socialista). O camponês foi considerado de fora do modo de produção capitalista, ou seja, um resquício que iria desaparecer com a intensificação do capitalismo.

O fundamento da compreensão de Marx sobre a sociedade capitalista é elaborado a partir dos economistas clássicos. Os economistas clássicos se constituíram no horizonte teórico de Marx, estabelecido na produção, reprodução e circulação do capital. São ilustrativas as palavras de Malagodi (1993, p. 63): “Em outras palavras, as obras de Smith e Ricardo passaram a definir não apenas a pauta de investigações de Marx, mas o universo de problemas no qual, por longas décadas, se moveria seu pensamento”.

A referência ao campo e, conseqüentemente, aos camponeses, é feita a partir da teoria do valor e a interpretação da questão agrária entendida no interior da renda fundiária. Neste universo de interpretação não cabia o camponês. Foi uma interpretação teórica baseada na crítica da economia política e desenvolvimento do capitalismo industrial/urbano.

A teoria da economia política clássica era a teorização da uniformidade do mundo, o mundo da mercadoria. As relações capitalistas seriam “puras”, possuidoras de uma força massacrante de outras relações sociais de produção. As situações irregulares seriam parte do passado que estaria presente, mas como

resíduos que cedo ou tarde seriam descartados. A teoria da racionalidade da mercadoria denuncia a irracionalidade do campesinato. Foi um entendimento de que no império do capitalismo mercantil/industrial não caberiam relações não tipicamente capitalistas (camponeses).

Portanto, o campesinato era um estranho ao mundo da mercadoria. É importante observar que esta é uma compreensão do desenvolvimento assentada, principalmente, no livro I de O Capital (1882) de Marx e refere-se à uniformidade<sup>11</sup> das relações de produção capitalistas.

O entendimento é de que no processo de produção camponesa se forma uma consciência corporativa e de aversão às atividades coletivas, diferentemente do que ocorre com a produção capitalista nas indústrias. A coletivização da terra, trabalho, instrumentos, gestão da produção, sintetizadas numa cooperativa, seria uma condição para a superação da consciência camponesa e, conseqüentemente, construção da consciência coletiva. Assim, a “base” material em que os camponeses estavam inseridos não permitia que eles se construíssem enquanto sujeitos políticos. A capacidade dos camponeses de se erguerem contra a subordinação imposta pelo modo de produção capitalista e para destruírem sistemas opressores não é entendida nos esquemas teóricos que não reconhecem o conteúdo

---

<sup>11</sup> O ressurgimento das rebeliões camponesas (1858-1862), o início da "emancipação" dos servos (1861) e, principalmente, a insurreição nacional polonesa (1863), acentuaram o interesse de Marx e Engels pelas condições sócio-históricas do império dos Czares, sem deixar de lado sua influência e peso diplomático-militar nos assuntos europeus. Por um momento, Marx e Engels acreditaram que a insurreição polonesa pudesse desencadear uma nova "primavera dos povos" como a de 1848. Como Rousseau, Marx também via na emancipação nacional da Polônia um anteparo essencial para impedir o avanço do "barbarismo asiático sob a liderança moscovita" contra o Ocidente. Alguns anos depois, numa breve carta (após três esboços) enviada a Vera Zasulich em 1881, em um momento de aproximação com uma facção dos *narodnik*, Marx expõe com maior clareza uma proposição anteriormente apenas sugerida, estabelecendo a diferença fundamental entre Ocidente e Oriente eslavo: no primeiro caso tratou-se da transformação de uma forma de propriedade privada (fundada no trabalho pessoal) em outra (a propriedade privada capitalista), enquanto que no segundo caso trata-se da transformação da propriedade comum em propriedade privada. A questão russa é dotada, portanto, de uma particularidade que a análise feita em 'O capital, não pode dar conta. Mas Marx confessa-se convencido que a comuna agrária "é o ponto de apoio para a regeneração social da Rússia". Chama atenção, porém para os "influências deletérias" que a assolam e que deveriam ser eliminadas a fim de "assegurar-lhe as condições normais de um desenvolvimento espontâneo". No primeiro esboço dessa correspondência, Marx indica que um desenvolvimento ulterior da comuna seria possível caso essa se constituísse em elemento de produção coletiva em escala nacional e incorporasse o conhecimento técnico-científico da produção capitalista do Ocidente. Mas "certamente se deveria começar colocando a comuna em estado normal sobre sua base atual", sendo necessário para isso derrubar a monarquia dos czares, cujos domínios estatais e dos grandes proprietários de terra ameaçam a existência da comuna, por meio do fisco e da utilização da força de trabalho dos camponeses impedidos pela necessidade de fugir à miséria (ROIO, 2009).

contraditório das relações capitalistas como capacidade de contribuir na construção do novo modelo de sociedade socialista. Os camponeses teriam grande poder de destruição de sistemas que os subordinam, mas quando se trata de contribuir na construção do socialismo, por exemplo, estes seriam incapazes, pois o contexto social e de produção em que estão inseridos não permite tais ações. É ilustrativo o entendimento das lutas nos assentamentos.

Entende que os camponeses não possuem “consciência coletiva” por causa da forma como estão inseridos no processo produtivo. A necessidade de superação das relações camponesas dos assentados é verificada no documento “O que levar em conta para a organização do assentamento” elaborado em 2001. Neste documento:

Os camponeses por serem produtores autônomos de mercadorias não visualizam de forma clara o seu explorador (não há patrão). Por não compreender o seu processo de exploração, tende sempre a dirigir sua contestação ao Governo, reivindicando sempre melhores condições de preço. Por não entenderem a sua posição e situação de classe, desenvolve uma consciência corporativa e economicista. Estes camponeses por organizar o seu processo produtivo de forma familiar (sem divisão técnica do trabalho) e com base na propriedade privada tende a construir uma visão de mundo subjetivista e oportunista (CONCRAB, 2001, p.07).

A eliminação das características camponesas entre assentados seria uma necessidade para o desenvolvimento econômico, social, político. A própria expansão das lutas dependeria da superação das características camponesas dos assentados. Mas, o campo brasileiro é marcado pela ruptura e contra-ordem e não pela evolução. “No campo, porém, na nossa tradição camponesa, as grandes mudanças não estão associadas a nenhum evolucionismo e sim a rupturas, socialmente concebidas como inversão de ordem” (MARTINS, 1989).

Importante estudo do campesinato no interior do processo de contradição é apresentado por Almeida *apud* Fabrini (2004) que se refere ao caráter ambíguo da existência camponesa ao remeter a discussão à consciência de classe em si e classe para si. Os camponeses, no seu entendimento são considerados como classe social, ou seja, a classe camponesa, apresentando-a como “nova” classe da sociedade capitalista. Na sua compreensão ainda, o camponês revela-se como uma

classe ambígua, pois ao mesmo tempo em que é um trabalhador, age como proprietário de terra e dos instrumentos de trabalho.

A situação conflitiva vivenciada pelos camponeses na busca do retorno a terra é uma luta pela (re) criação de sua condição de classe *sui generis*, uma classe cuja natureza econômica e social encontra-se alicerçada na contradição: é formada por sujeitos que são, ao mesmo tempo, proprietários de terra (e dos meios de produção) e trabalhadores; porém, um trabalhador diferente do operário porque não se defronta cotidianamente com a exploração de seu trabalho e com os mecanismos de ocultamento/alienação próprios desta condição.

É neste processo de condição contraditória de trabalhador e proprietário, apontado por Almeida *apud* Fabrini (2004), que o camponês constrói sua existência e o seu lugar social. O que está colocado na discussão sobre o campesinato é a sua participação enquanto sujeitos sociais na construção de sua autonomia e libertação da subordinação ao sistema capitalista de produção.

Dessa forma o território surge como o germe dessas possibilidades e como elemento agregador entre diferentes necessidades pessoais (entenda como familiares) e uma única, objetiva e coletiva necessidade: a de superação da premissa do auto-consumo. Nessa perspectiva que Heredia *et al* (2004) afirmam que a criação dos assentamentos tornou possível a essa população centrar suas estratégias de reprodução familiar e de sustento econômico no próprio lote, lançando mão de outras fontes de trabalho e de renda fora dele, muitas delas também relacionadas com a existência do assentamento. Completam ainda que a experiência de luta pela terra e a existência do assentamento enquanto espaço de referência para políticas públicas, entre outros fatores, fazem com que os assentamentos tornem-se ponto de partida de demandas, levando à afirmação de novas identidades e interesses, ao surgimento de formas organizativas internas (e também mais amplas) e à busca de lugares onde se façam ouvir.

Com isso, os assentamentos acabam trazendo mudanças na cena política local, com a presença dos assentados nos espaços públicos e mesmo nas disputas eleitorais. Eles provocam mudanças nas relações entre os trabalhadores que nele vivem e as autoridades locais, ora impondo a estas novas formas de atuação, ora

reforçando mecanismos tradicionais de clientela, ora constituindo novas lideranças que passam a disputar espaços públicos.

Atrelado a esse movimento de re-inserção dos sujeitos no processo dinâmico dessa nova localidade em que se inserem os assentamentos, surge a necessidade de se compreender de que forma a juventude se contextualiza nesse processo, visto que eles são o elo que permite a reprodução dessas manifestações engendradas pelo processo político-cultural de luta pela terra e pelo prosseguimento dessas formas organizativas.

Segundo Falkembach (2006), os sujeitos sociais agregam-se a partir da condição de deserdados, da recusa a esta condição e da absorção e elaboração de expectativas utópicas de construção de projetos emancipatórios para si e para o social. Os projetos desses sujeitos sociais têm passado pelo resgate de uma identidade, ou seja, de *memórias* do passado; do *desejo* de viver em conjunto; da perpetuação de uma *herança* (Hall, 1998, p. 58), mas esta última reconstruída na busca de identificação de seus iguais.

No decorrer deste processo, o espaço rural ganhou novos atores delineando formas de desenvolvimento que nem sempre estão ligadas atividades agrícolas justificadas pela deficiência do setor público. As antigas premissas do processo produtivo baseada na terra, capital, trabalho abre espaço para uma nova reorganização do espaço rural para atuação de novas atividades e ocupações.

Veiga (2005) argumenta que o novo rural engendra uma ruralidade que valoriza espaço local com novas alternativas de renda ligadas à mobilidade de deslocamentos da população “curtos ou longos, reais ou virtuais” ou em formas de lazer que reportam as sensações de liberdade em espaços de beleza do meio ambiente ligadas diretamente a uma melhor qualidade de vida e valoração da natureza, como visto em Williams (1990).

O novo espaço rural abre caminhos heterogêneos para diversidade produtiva, através de fontes de rendas alternativas que são impulsionadas principalmente pela não sustentação econômica da agricultura familiar no moldes tradicionais. Esta reorganização espacial agrícola oportuniza novas possibilidades de desenvolvimento

rural através de fontes de rendas alternativas como venda da mão-de-obra melhor qualificada e novos postos de trabalho em atividades agrícolas e não agrícolas através de pluriatividades que incrementam a renda familiar.

A ruralidade constitui-se atualmente como uma visualização de um espaço onde existem formas alternativas de organização social. Segundo as novas concepções de espaço rural, a ruralidade é hoje vista como um conceito que representa a modernidade. Em suma, a ruralidade tem sofrido alterações que são coincidentes com os processos de transformação que ocorreram na sociedade, e cada vez mais a ruralidade faz parte do processo de modernização, pois a manutenção da sociedade rural constitui um elo fundamental do desenvolvimento da sociedade em geral.

Segundo Fernandes (2000) o campo brasileiro tem sido marcado há séculos pelo intenso processo de territorialização do campesinato, que se dá por meio das lutas travadas em diversos períodos da história brasileira. Neste sentido, perceber como a juventude se coloca frente a este contexto é perceber os caminhos da construção desta ruralidade ainda em reconfiguração, delimitada nesta dissertação no assentamento de reforma agrária, composto como território da reconfiguração do campesinato e/ou como lócus de reprodução do campesinato, visto sobre a perspectiva de que a trajetória histórica do campesinato é nestas áreas reconfiguradas, reinseridas no processo de pertencimento com a terra, e é sob esta égide que se destaca a segunda parte desta dissertação, perguntando-se como a juventude rural e o campesinato se confrontam e dialogam? Há uma identidade camponesa em construção nos jovens? E, o assentamento configura-se como território de reprodução deste campesinato a partir do pertencimento e identidade percebidos?

**PARTE 2 – IDENTIDADE DA JUVENTUDE DO  
ASSENTAMENTO ANA ROSA: (DES) CAMINHOS DA  
TERRITORIALIDADE E DO PERTENCIMENTO**

**Não sei...**

Não sei... se a vida é curta...

Não sei...

Não sei...

se a vida é curta  
ou longa demais para nós.

Mas sei que nada do que vivemos  
tem sentido,  
se não tocarmos o coração das pessoas.

Muitas vezes basta ser:  
colo que acolhe,  
braço que envolve,  
palavra que conforta,  
silêncio que respeita,  
alegria que contagia,  
lágrima que corre,  
olhar que sacia,  
amor que promove.

E isso não é coisa de outro mundo:  
é o que dá sentido à vida.

É o que faz com que ela  
não seja nem curta,  
nem longa demais,  
mas que seja intensa,  
verdadeira e pura...  
enquanto durar.

*(Cora Coralina)*



### **3. Identidade, cultura e meio rural: caminhos à guisa de um novo paradigma**

“A identidade é algo formado ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento”. (Stuart Hall, 2005).

Em linhas gerais, as comunidades rurais tradicionais são enfocadas a partir do espaço e da cultura, ao passo que as frentes pioneiras ou de expansão, as áreas de conflito agrário, os acampamentos e assentamentos da reforma agrária são estudados a partir do tempo e da história.

São estes os camponeses que hoje estão nos assentamentos que constituem comunidades simbólicas, o que pode explicar esta construção do sentimento de pertencimento na busca de novas raízes, na busca de sua re-territorialização. Criar uma identidade em um espaço desconhecido, onde cada dia é um novo conhecer, exige destes sujeitos um esforço que perpassa sua condição de camponês. Uma nova territorialidade vai sendo construída. Muitos abandonam, desistem, vão para outros lugares, mas há aqueles que ficam, resistem e começam a construir um território no qual as marcas de sua história vão sendo reificadas como marcos de sua identidade.

Nesse processo de ‘desenraizamento’ e de busca de enraizamento, estes agricultores assentados, na condição de migrantes, vêem suas múltiplas raízes se partirem ao perderem sua paisagem natal, a roça, as águas, as matas, a casa, os vizinhos, as festas, a sua maneira de vestir (BOSI, 1983). Segundo Cavalcanti (2002), o desenraizamento configura-se como o desencontro do ser naquilo que lhe é dado tradicionalmente como substancial para pertencer a um grupo social. Segundo Cardel (2008), a questão do desenraizamento atrelado ao processo migratório e afirma que “o ato de migrar, apesar de envolver sempre o grupo social, é para o indivíduo algo único, uma mudança de rumo, de norte, uma desconstrução em direção a uma reconstrução infindável frente ao novo, ao porvir” (p. 49).

Por outro lado, o enraizamento, considerado como uma das mais difíceis necessidades do ser humano a ser definida, é ao mesmo tempo a mais importante e a mais desconhecida. Cada “indivíduo tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro” (WEIL, 1979, p. 137). Mas, além disso, os indivíduos encontram também dentro de sua própria cultura, espaços diferenciados aos quais se articulam, constroem e reconstróem referências de uma forma permanente tanto para si como para o outro. Conforme Cardel:

[...] a hipótese central que permeia esta análise é de que o processo migratório é um momento ímpar de tensão entre o indivíduo e o todo social que o circunda. Mesmo sendo a expressão de movimentos sociais, este processo estabelece para o indivíduo uma intensa e extensa vivência liminar de desconstrução e reconstrução identitária: o migrante, enquanto um ser construído pela mobilidade convive de forma ampla com os espaços objetivos e subjetivos que o reificam enquanto um ser de mobilidade (CARDEL, 2008, p. 50, grifo da autora)

O encontro com uma nova realidade certamente provocará uma desterritorialização dos processos simbólicos, quebrando muitas vezes as coleções organizadas pelos sistemas culturais com novas ressignificações e redimensionamento dos objetos, coisas e comportamentos e isso tudo, certamente, imbricado de conflitos. Ao partir, este agricultor sem a sua terra saiu de um universo e agora vai se confrontar com este novo momento. O que ocorre aqui é um duplo processo inserido neste ato de sair e de chegar, pois, ao mesmo tempo em que expressa as ilusões daqueles que saem, expressa também o sofrimento daqueles que atravessam a fronteira do desconhecido.

Assim, uma nova necessidade se impõe, dando espaço para o surgimento de novos valores que lhe orientarão e lhe permitirão organizar-se no novo ambiente. O viver em grupo lhes permitirá um enraizamento e, assim, a construção da sua identidade com o novo. Os Jovens do Assentamento Ana Rosa, assim descreverem o processo de ruptura:

*“Quando chegamos aqui, que conquistamos a terra, foi muito feliz, morávamos em barraco, aí depois fizemos esta casa. Lá em São Miguel tínhamos nosso canto, mas depois teve que se desfazer, por isso viemos arriscar aqui.”* (Juba, 14 anos).

*“Meu pai disse que a gente ia ter mais terra aqui do que tínhamos lá... Lá tinha casa, aqui no início não tínhamos não, agora tem, eu fiquei triste quando a gente chegou aqui” (Tai, 13 anos).*

*“Vim quase forçado, foi difícil aceitar vir para cá, uma coisa incerta sabe? Mas temos que seguir nossos pais, hoje tudo melhorou, consegui fazer amizades e hoje a gente não se sente só, os pessoal aqui passa tudo igual a gente” (Chori, 16 anos).*

E não há regras para a geração deste novo pertencimento. As peculiaridades de cada assentamento são construídas pela sua maneira de organizar ou reorganizar aquele espaço. As famílias oriundas de diferentes lugares passam a enxergar e vivenciar seu pedaço de terra e aos poucos vão traçando formas a este lugar. Uma das características mais imediatas é de organizar o processo produtivo desta nova área de terra produzindo geralmente para seu sustento até a chegada de crédito para o plantio das culturas. Cada assentamento cria situações para organizar a questão do lazer, o encontro das famílias, as trocas de produtos que cada um cultiva, ou o fazer de forma coletiva. Observando esta realidade é difícil encontrar assentamentos iguais, mas enxergam-se traços que simbolizam o que significa ser um assentamento e que estes demarcam a ocupação deste território. No Assentamento Ana Rosa, há uma divisão entre famílias que moram na agrovila e famílias que moram nos lotes, esta diversidade na organização espacial é percebida pelos jovens:

*“Meu melhor momento aqui foi quando viemos morar no lote, quando a gente morava lá no assentamento (agrovila) eu tinha que vir praqui todo dia pra construir a casa e plantar... era difícil” (Junior, 16 anos).*

*“Eu prefiro aqui na agrovila, todo mundo perto, vizinhos, me lembra a cidade... Isolado é ruim, dá tristeza...” (Tripa, 17 anos).*

Apesar de esta divisão espacial, mais do que isso, há um sentimento de grupo. A questão da proximidade da área de plantio é significativa para famílias com vocação para a agricultura. Para outras famílias, o sentimento de vizinhança é mais importante. O que se destaca neste aparente paradoxo, leva ao aprendizado com a terra e com o assentamento, que passa muitas vezes a estabelecer relações que anteriormente nunca haviam realizado como a experiência de fazer reuniões, coordenar, respeitar a decisão e opinião dos outros, fazer cumprir as decisões tomadas no grupo, o convívio social. Estas situações forçam as pessoas a pensarem sobre o que faziam antes e como deverá ser a vida no assentamento. Os jovens

abaixo demonstram entender este processo de reformulação de relações e novos parâmetros de sociabilidades, afirmando que,

*“aqui às vezes é legal, todo mundo ajuda um ao outro aqui na agrovila, ta todo mundo junto, vivendo a mesma coisa. Eu ajudo meu pai a plantar, mas a gente quer fazer outra coisa, tipo artesanato, aqui não dá, vender pra quem, a gente precisar melhorar o assentamento, mas aqui é bonito, moro aqui de frente pra isso que você está vendo (um lago) e gosto!” (Chori, 16 anos).*

*“a gente mora aqui no lote, mas nem sempre estamos isolados, meu pai vai lá ajudar o pessoal, freqüenta as reuniões, estamos sempre lá, somos um assentamento só” (Teta, 18 anos).*

O espaço demarcado é apropriado, qualificado, sinalizado. O território é a ocupação do lugar, do espaço. É uma necessidade da sociedade para estabelecer suas relações. A territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades. Os sujeitos “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas (RAFFESTIN, 1993: 158). Claval (1999) refere-se à cultura, e aqui se complementa esta visão com a de Raffestin, de ocupação e território vivido, como “um elemento que tem uma influência muito grande na constituição do espaço”. As relações que os indivíduos estabelecem com o espaço vão demarcando seus lugares e suas culturas.

Aos poucos o território do assentamento vai produzindo os seus próprios símbolos, identidades; cria significações da luta e do jeito cultural de cada um. Os significados e as estratégias existentes multiplicam-se em conjunto de ações. Pode ser dito que a territorialidade que aparece em um assentamento está composta de relações simétricas, estabelecendo as trocas necessárias, os ganhos e os custos se equilibram revelando a multiplicidade do espaço vivido. Os jovens não são uníssonos quando falam sobre o assentamento como um espaço de vida, mas as palavras da informante abaixo parecem sinalizar o que mais a frente destacaremos, em relação ao pertencimento:

*“eu acho aqui diferente porque temos terra, temos que tocar e temos nossa vida tranqüila, aqui eu trabalho na agricultura, trabalho na casa de farinha, o bom é que aqui a gente tem bastante terra, o ruim é o transporte... minha vida melhorou. Eu sinto vontade de morar aqui,*

*quando minha vida estiver estruturada... quando eu realizar todos os meus sonhos..."* (Juba, 14 anos).

O território de um assentamento é constituído por um grupo de pessoas que passaram a viver neste espaço não por se identificarem com aquele ambiente, mas porque se engajaram em uma organização cuja identidade é ser assentado, é buscar a terra. Castells (1999) ressalta que a identidade é um processo de construção de significados baseados em atributos culturais ou em um conjunto de atributos culturais inter-relacionados que vão prevalecer sobre outras fontes de significados, estas, são construídas no território, no assentamento neste caso.

Para Santos (2002), o território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence; é a base do trabalho, da moradia, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Dessa forma, quando se fala em território deve-se entender logo que se fala de território usado, utilizado por uma dada população na condição de assentado ou a sua relação com a terra, sofre um processo de desterritorialização. Na medida em que vai se constituir um novo território este camponês passará por um novo processo de organização, mas que ainda manifestará os seus jeitos, as práticas, as suas experiências acumuladas em sua história de vida, pois como Claval (1999) destaca, o peso da cultura é decisivo em todos os domínios, político, econômico, social e cultural.

A cultura é o conjunto de representações sobre as quais repousa a transmissão, de uma geração a outra ou entre parceiros da mesma idade, das sensibilidades, idéias e normas. Inclui a imagem do meio ambiente próximo e os conhecimentos, práticas e ferramentas que permitem tirar partido dele. Comporta um arsenal de métodos para se orientar (CLAVAL, 1999), os jovens manifestam-se acerca deste conjunto de relações, sobretudo acerca do que seja ser jovem e suas relações com o processo de transmissão na convivência inter-geracional:

*"jovem é ser aprendiz... isso que eu acho... tudo o que meus pais sabem, com o tempo a gente vai aprendendo, eles acham que a gente tem que seguir, aprender com eles, eu acho isso bom, a gente não sabe da vida ainda né?"* (Junior, 16 anos).

*"um jovem está aí pra aprender, aprende com o pai, o vizinho e um amigo... Na cidade é igual o estudo e o trabalho, no assentamento também tem jovens que fazem isso. Eu não tinha a cultura do grupo,*

*do coletivo como dizem aqui, agora eu me amarro, acho que as coisas caminham melhor” (Cristiano, 22 anos).*

Estas falas demonstram que em um assentamento de reforma agrária os grupos são heterogêneos, é uma encruzilhada social entre as pessoas e famílias diferentes com rotinas de vida diferentes, com vivências diferentes, mas com um objetivo único, ou seja, de construir sua identidade com o novo espaço, com a nova realidade. Precisam juntas equacionar os problemas do cotidiano<sup>12</sup> que não são mais os mesmos, é uma nova realidade na qual deverão re-construir suas vidas (MEDEIROS, 2006). Pode-se então afirmar que se trata para os jovens um momento de extrema importância, ao que se refere a construção de novas sociabilidades e experiências implicadas pelo processo de enraizamento no assentamento, onde os pais, os vizinhos, os amigos de mesma idade têm papel de fomentador destas novas experiências. Estas experiências sugerem aos jovens que se defrontem com a geração de novas identidades, aliadas, sobretudo ao processo de conflitos de identidades dos outros sujeitos sociais, e é nesta interação que se constrói a noção de pertencimento e de representação.

### **3.1. Identidade ou identidades? Notas sobre identidade e representação no contexto da ruralidade**

A referência explícita a uma identidade que se pretende rural e as novas exigências a respeito da cidadania rural trazem à ordem do dia a preocupação com o desenvolvimento rural e impõem a reflexão sobre o que vem a ser o “rural” na atualidade brasileira, e quem é (ou se identifica como) rural no Brasil de hoje (WANDERLEY, 2004, p. 83).

A permanência no meio rural, sendo assim, implica, freqüentemente, em escolhas que envolvem os projetos familiares e as relações que se estabelecem entre a sociedade mais ampla e a vida local e que traduzem as expectativas geradas

---

<sup>12</sup> O conceito está apropriado a partir das contribuições de Heller (1977), entendido como as atividades voltadas para a reprodução dos indivíduos e, através deles, da sociedade, não podendo ser entendido como sinônimo de dia-a-dia. Portanto, em toda sociedade há uma vida cotidiana e todo sujeito tem uma vida cotidiana, pois já nascemos inseridos na cotidianidade.

e as possibilidades efetivas de emprego, de educação para os filhos, de acesso aos bens e serviços básicos, por exemplo. A população que vive no meio rural é responsável por um duplo movimento da sociedade, que, por um lado, dinamiza a vida local – na medida mesma em que é a fonte da configuração da paisagem, do uso e da preservação dos recursos naturais e sociais e da intensidade da vida social local – e, por outro lado, estabelece as formas de relacionamento com a cidade e com a vida pública, para além do espaço local (WANDERLEY, 2004, p. 83), onde muitas vezes, a exemplo dos jovens residentes nas áreas de reforma agrária, o choque entre o desejo dos pais e seus desejos se configura como a chave de conflitos:

*“A história de meus pais foi bastante sofrido, lá não era sofrido! Minha mãe assim doente agora... chegamos em uma casa de taipa, caindo... mainha entrou em depressão”* (Junior, 16 anos).

*“eu me sinto realizada, porque meus pais sempre quis ter a terra deles, eles sempre tiveram terra, mas tiveram que se desfazer por causa de problemas de minha mãe, agora temos nossa terra mesmo... admiro muito meus pais, pela persistência, porque para estar aqui no campo, só querendo um bem maior”* (Juba, 14 anos).

*“os pais da gente pensam que a gente não quer nada, na verdade não queremos o que eles querem, queremos outras coisas... Nós não queremos passar dificuldades, ficar isolado, a gente quer viver, eles não entendem isso”* (Aline, 14 anos).

*“rapaz, só estou aqui por causa de meu pai, ele vendeu o que a gente tinha, acreditou aqui. Isso é bom pra ele, então estamos aqui, pra ajudar ele”* (Chori, 16 anos).

O processo de resistência e de conflito geracional reside entre a história de vida dos pais, as dificuldades destes pais em criar os filhos e a percepção dos filhos sobre o seu papel na família. Importante refletir nesta perspectiva, sobre a identidade que se constrói neste processo. Surge então a discussão de processos identitários abordando aspectos conceituais e contextuais implica, primeiramente, na concepção da identidade, enquanto categoria de análise, como uma construção social, marcada por polissemias que devem ser entendidas circunscritas ao contexto que lhe conferem sentido.

Inúmeras questões estão associadas à identidade. Historicamente, o termo tem sido empregado para significar o que hoje se entende por identidade, anteriormente concebido como personalidade, privilegiando não só a perspectiva

individualista, mas também uma visão em que os princípios da ciência médica sustentavam toda proposta de compreensão. Nesse contexto, os debates versavam sobre o “normal” e o “patológico”, o “natural” e o “inerente”.

A priorização do ser biológico e individual sustentados por uma estrutura psíquica, invariante enquanto processo normativo institui uma dicotomia entre o indivíduo e o grupo, entre o homem e sociedade. O conceito de personalidade oferecia um conjunto de princípios que previamente classificavam os indivíduos em categorias, confirmando uma concepção de sujeito em que pese a diversidade dos ambientes sociais, neste caso dos jovens, estes vistos como sujeitos sociais, vêm se entre a relação familiar, de reciprocidade sobremaneira e individual, dos seus anseios, para além do âmbito familiar.

Consonante nesta perspectiva, e preocupados em considerar o homem enquanto sujeito social, inserido num contexto sócio-histórico, os psicólogos sociais adotaram o termo identidade. De acordo com Ciampa (1984), é comum, em nosso cotidiano, a seguinte pergunta: quem é você? Tal questionamento invariavelmente remete à identidade. O emprego popular de tal termo apresenta-se marcado por uma intensa diversidade conceitual, sugerindo que a ostentação de um nome tão definitivo, continua sujeito a inúmeras variações (JACQUES, 1998). Essa imprecisão conceitual não se restringe ao universo da vida cotidiana, mas reflete a dificuldade nos mais variados campos do conhecimento que têm se dedicado a essa temática, como a Antropologia, Filosofia, Sociologia e Psicologia.

As dificuldades apontadas nesse percurso, que respondiam por uma excessiva ênfase, ora no individual, ora no social, são também encontradas na atualidade sob formas diferentes, embora na “essência” ainda carreguem o problema de origem, referente à demarcação do território limítrofe do social e do individual. Tal afirmação pode ser ilustrada pelo uso de predicativos diversos para qualificar os diferentes sistemas identificatórios que constituem a identidade. Lane (1983) refere-se a “identidade do eu” que se constitui com base na “identidade natural” e na “identidade de papel” a partir da integração dessas através da igualdade com os outros e da diferença em relação aos outros. Com base no pressuposto inter-relacional entre as instâncias individual e social, a expressão “identidade social” vem sendo empregada.



Instala-se, então, uma dicotomia em que “a identidade passa a ser qualificada como identidade pessoal (atributos específicos do indivíduo) e/ou identidade social (atributos que assinalam a pertença a grupos ou categorias)” (JACQUES, 1998).

Diante dessa diversidade de qualificações e predicativos atribuídos à identidade, destaca-se o termo identidade social, uma vez que os elementos que o compõem parecem apontar, de forma mais evidente, as duas instâncias - individual e social - em jogo na discussão da problemática conceitual, que trata da origem individual ou coletiva da identidade. Com isso é possível fazer algumas reflexões sobre a concepção de homem subjacente à interpretação do termo, a fim de superar a falsa dicotomia (individual e social), bem como mostrar que é na articulação destas que é tecida a identidade.

Os termos identidade e social sugerem, respectivamente, um conceito que "explique, por exemplo, o sentimento pessoal e a consciência da posse de um eu..." (Brandão, 1990, p.37) privilegiando, de um lado, o indivíduo, e de outro lado, a coletividade, resultando em uma configuração na qual se capta o homem inserido na sociedade, bem como à dinâmica das relações sociais.

A cisão encontrada nos textos de diferentes autores pode levar a um entendimento dos sujeitos como sendo dois; coexistindo independentemente e/ou separadamente um "eu" e um homem que se relaciona com outros homens. A identidade é considerada uma categoria de análise, ou seja, constitui-se em um elemento que é utilizado como referencial para submeter um objeto a uma análise; um recurso teórico que vai subsidiar a compreensão de um dado fenômeno; mediação para a compreensão de um determinado objeto.

Logo, a identidade não é inata e pode ser entendida como uma forma sócio-histórica de individualidade. O contexto social fornece as condições para os mais variados modos e alternativas de identidade. O termo identidade pode, então, ser utilizado para expressar, de certa forma, uma singularidade construída na relação com outros sujeitos.

Os acontecimentos da vida de cada pessoa geram sobre ela a formação de uma lenta imagem de si mesmos, uma viva imagem que aos poucos se constrói ao

longo de experiências de trocas com outros: a mãe, os pais, a família, a parentela, os amigos de infância e as sucessivas ampliações de outros círculos de outros: outros sujeitos investidos de seus sentimentos, outras pessoas investidas de seus nomes, posições e regras sociais de atuação (BRANDÃO, 1990). Estas visões dos acontecimentos da vida remetem aos jovens analisar-se, entender-se enquanto sujeito e entender seu papel diante das possibilidades do cotidiano.

*“hum... eu não pretendo ficar, sabe? Quero ir pra Salvador, estou aqui há 5 anos, cansei. Só estou aqui porque ajudo meus pais, eles cobram pra que eu fique aqui. Aqui é tranquilo mas meu sonho é lá fora. Aqui não tem nada, minha vida não mudou nada aqui. Faço teatro, faço computação, tudo isso é lá fora...”* (Guegueu, 17anos).

*“rapaz, o futuro tem que ser bom, tem que se né?”* (Chori, 16 anos).

Para que a questão da identidade seja delimitada, torna-se necessário partir da análise de algumas especificidades que a constituem. Ciampa (1984) diz que os estudos acerca da identidade são norteados por uma concepção sócio-histórica do sujeito. Para ele, a compreensão da identidade exige que se tome como ponto de partida a representação de identidade como um produto, para então analisar seu próprio processo de construção. Por exemplo, a resposta à pergunta “quem sou eu?” seria insatisfatória para a configuração de uma concepção sobre identidade, uma vez que capta somente o aspecto representacional da noção de identidade (enquanto produto), deixando de lado seus aspectos constitutivos de produção.

A identidade é construída por elementos opostos, ela é diferença e igualdade; objetividade e subjetividade, ocultação e revelação, humanização e desumanização, e para compreendê-la, é necessário articular essas dimensões aparentemente contraditórias a fim de superar a dicotomia individual/social que constitui a problemática da identidade desde a origem do termo. Identidade é ao mesmo tempo diferença e igualdade. De acordo com Jacques (1998), a palavra identidade evoca tanto a qualidade do que é idêntico, igual, como a noção de um conjunto de caracteres que fazem reconhecer um indivíduo como diferente dos demais. Assim, a identidade implica tanto no reconhecimento de que um indivíduo é o próprio de quem se trata, como também pertence a um todo, confundindo-se com outros, seus iguais.

A questão da identidade é complexa, uma vez que é múltipla, dinâmica, em um constante devir. É uma intrincada rede de representações, em que cada personagem reflete tantos outros, todos constitutivos da identidade, ou melhor, dizendo, instituintes de um processo identitário, desaparecendo, assim, qualquer possibilidade de se estabelecer um fundamento originário para cada uma delas. O mesmo ocorre com a questão da relação homem-sociedade cuja complexidade é expressa por Allport *apud* Ciampa (1984) no seguinte questionamento:

A busca da auto-identificação seria uma forma de narcisismo ou uma maneira do homem resistir às pressões das instituições modernas? Talvez, esse dilema possa ser compreendido por meio da exposição de Giddens sobre a fenomenologia da modernidade, que caracteriza em:

Quatro estruturas de vivência dialeticamente relacionadas: deslocamento e reencaixe; intersecção de estranhamento e familiaridade. Intimidade e impessoalidade: intersecção de confiança pessoal e laços impessoais. Perícia e reapropriação: a intersecção de sintomas abstratos e cognoscibilidade cotidiana. Privatismo e engajamento: a intersecção entre aceitação pragmática e ativismo. (GIDDENS, 1991, p. 140).

Esse é o movimento que caracteriza a vida cotidiana, onde as oscilações e o direcionamento e redirecionamento respondem pela apreensão dos fenômenos psicossociais, ao mesmo tempo em que a ambigüidade se mostra como elemento constante. Do ponto de vista psicológico, é melhor compartilhar da visão de Giddens, pois vislumbra possibilidades no horizonte do mundo humano. Neste momento, vale lembrar a percepção de Morin (1973 p.108) acerca do ser humano histórico:

“É” um ser de uma afetividade intensa e instável, que sorri, chora, um ser ansioso e angustiado, um ser gozador, ébrio, extático, violento, furioso, amante, um ser invadido pelo imaginário, um ser que conhece a morte, mas que não pode acreditar nela, um ser que segrega o mito e a magia, um ser possuído pelos espíritos e pelos deuses, um ser que se alimenta de ilusões e de quimeras, um ser subjetivo cujas relações com o mundo objetivo são sempre incertas, um ser sujeito ao erro e à vagabundagem, um ser úbrico que produz desordem (MORIN, 1973, p.108).

Esse homem multifacetado e ambíguo, cuja flexibilidade é responsável pela capacidade de reorganização da vida cotidiana, é dono de uma plasticidade que sugere sempre novas expectativas, novos domínios, novos “vir-a-ser”.

O ceticismo de Santos (1999) deve ser visto como uma preocupação do homem moderno e não como constatação de imposição e amarras apenas. Desconsiderar as questões que apresenta do mundo globalizado seria assumir uma ignorância intencional, uma recusa prévia em perceber a realidade como complexa e contraditória. Quando afirma a prevalência da subjetividade individual e abstrata, o faz fundamentado nas situações da realidade social que configuram o homem na pós-modernidade. Mas, faz também uma proposição, denunciando os dilemas que deve ser objeto de preocupação de todos.

Assim, ao se tratar da subjetividade, deve-se ter em conta que a expressão do sujeito na vida em sociedade requer uma análise e um projeto político, de forma que a pessoa alcance projeção, garantindo seu espaço e reconhecimento social, entendendo essa projeção como direito e privilégio de todos os seres humanos. Não é possível compreender a subjetividade a não ser pela articulação entre sistema político (participação e representação), autonomia (conhecimento e reflexão crítica) e cidadania (igualdade de direitos e solidariedade).

O eu não é uma entidade passiva, determinada por influências externas; ao forjar suas auto-identidades, independente de quão locais sejam os contextos específicos da ação, os indivíduos contribuem para (e promovem diretamente) as influências sociais que são globais em suas conseqüências e implicações, Giddens (2002).

Segundo Alberoni (1981), superamos uma visão global e metafísica dos atores coletivos. Os movimentos não são personagens que se movem com a unidade de fins que lhes é atribuída pelos ideólogos. São sistemas de ações, redes complexas de relações entre níveis e significados diversos da ação social. A identidade coletiva não é um dado ou uma essência, mas um produto de trocas, negociações, decisões, conflitos entre atores. Processos de mobilização, formas organizativas, modelos de liderança, ideologias e formas de comunicação são níveis de análises significativas para reconstruir internamente o sistema de ação que constitui o ator coletivo. Mas, também, as relações com o exterior, com os concorrentes, aliados, adversários e, em particular, as respostas do sistema político e dos aparatos de controle social, definem um campo de oportunidades e de vínculos dentro do qual um ator coletivo se forma, se mantém ou se modifica no tempo.

O fatalismo e a descrença na capacidade de provocar mudanças por meio da ação coletiva presentes em alguns agentes, sobretudo aqueles com história de exclusão social e que permanecem marginalizados e com baixa capacidade para responder aos incentivos de mercado, encapsulando-se em bolsões de atraso e miséria, são obstáculos de difícil remoção. O bom senso recomenda que, nestes casos, se empreenda uma ação integrada de “empoderamento”, autocrítica, avaliação participativa, conhecimento, informação e mobilização do emocional coletivo visando a promoção da recuperação da auto-estima do indivíduo para então poder-se trabalhar a reativação das solidariedades apagadas e/ou desconsideradas dando tempo para que a educação formal e outras práticas de animação e revitalização atuem sobre ídolos essencialmente participativas (BAIARDI *et al*, 2003).

O dilema unificação *versus* fragmentação, como os outros a serem mencionados a seguir, tem suas patologias. De um lado, encontramos o tipo de pessoa que constrói sua identidade em torno de um conjunto de lealdades fixas, que atuam como filtros através dos quais interpreta diferentes ambientes sociais e reage a eles. Tal pessoa é uma tradicionalista rígida, em um sentido compulsivo, e recusa qualquer relativização do contexto. De outro lado, no caso de um eu que se evapora nos variados contextos da ação, encontramos a resposta adaptativa que Erich Fromm, 1960, caracterizou como “conformismo autoritário” (Giddens, 2002). Em suas próprias palavras:

O indivíduo deixa de ser ele mesmo; adota inteiramente o tipo de personalidade que lhe é oferecido pelos padrões culturais; e, portanto, torna-se exatamente igual a todos os outros e ao que os outros esperam que ele seja (p. 39).

Esse mecanismo pode ser comparado à coloração protetora que alguns animais assumem. Eles parecem tão semelhantes ao seu entorno que só podem ser distinguidos dele com grande dificuldade, Fromm (1960). Em psicologia social, o conceito de identidade social tem sido bastante utilizado na descrição e análise do comportamento intergrupais, nomeadamente dos comportamentos de discriminação entre grupos sociais. A teoria da identidade social (Tajfel, 1981; Tajfel e Turner, 1979), considerada como a teoria mais importante no quadro atual dos modelos sobre as relações intergrupais em psicologia social (Amâncio, 1993), parte da ligação entre três conceitos fundamentais: categorização social, identidade social e comparação social. A

categorização social é concebida como um instrumento que segmenta, classifica e ordena o ambiente social, servindo também como «Um sistema de orientação que ajuda a criar e definir o lugar do indivíduo na sociedade» (Tajfel, 1981, p. 291). Neste sentido, os grupos sociais contribuem para a construção da identidade social dos seus membros. A identidade social é, em larga medida, relacional e comparativa.

Na acepção de Tajfel, um indivíduo define-se a si próprio e define os outros em função do seu lugar num sistema de categorias sociais. Esta teoria estipula, ainda, que os indivíduos procuram construir uma identidade social positiva mediante comparações entre o seu grupo e o(s) grupo(s) dos outros, sendo estas comparações baseadas em dimensões associadas a valores sociais dominantes e conduzindo ao favoritismo pelo grupo de pertença — a tendência para favorecer o grupo de pertença relativamente ao grupo dos outros, Tajfel e Turner (1979).

Segundo a teoria da identidade social, quando os indivíduos se percebem como membros de um grupo, sendo essa pertença importante no contexto da relação com outro grupo, são levados a favorecer os membros do seu grupo, a fim de manter e reforçar a sua identidade social positiva.

### **3.2. Identidade e juventude: o território como *lócus* da construção**

Parece interessante articular a ênfase no presente com as características manifestas pelas pessoas mais jovens. A juventude é vista como o futuro da sociedade, segundo valores e critérios das gerações que a precederam, as quais viveram suas próprias juventudes em um tempo passado (o seu presente), que foi crucial para a definição de sua identidade. Para os jovens de agora, entretanto, é possível supor que esse passado - o "tempo" de seus pais e avós - pareça muito distante e se revista de pouco conteúdo valorativo e simbólico. Afinal, o sentimento de pertença, o enraizamento, que configura a participação em um destino comum, é distintamente vivenciado por diferentes gerações que compartilham acontecimentos e situações em um mesmo período de tempo. Os jovens do Assentamento Ana Rosa, percebem as dificuldades do futuro, sobretudo quando se vêem no contexto familiar, como se tem nas falas:

*“vejo um futuro bom para a minha família... Eles contam como chegaram aqui, eu acho bonito, eles estão batalhando porque eles querem, porque eles querem dar o melhor para a gente” (Juba, 14 anos).*

*“tem que ajudar, fazer mesmo... estudar pra ser alguém da vida, conseguir aquilo que eles não puderam, e dar valor a isso aqui, que é nosso, de todos os filhos e netos” (Junior, 16 anos).*

*“eu nasci na cidade, eu acho que a vida de meus pais melhorou... Não penso em seguir o caminho deles aqui” (Aline, 14 anos).*

Esta visão do jovem, colocando-se no contexto inter-geracional e indagando-se acerca do passado, presente e futuro, faz entender o seu papel, onde o comportamento juvenil do assentamento e da atualidade como um todo é, então, compreendido como a busca continuamente reiniciada pela vivência do presente - percebido como tempo de flexibilidade e de mobilidade, de ausência de compromisso, em que o lazer e a aventura têm um papel predominante e a possibilidade da emergência de perspectivas e dimensões novas, fundamentais para a existência é sempre valorizada diferente do que é (e foi) enfrentado pelos pais. Neste sentido, o lazer e a aventura surgem como elemento importante para os jovens, representando o novo, a liberdade. A avaliação desta mobilidade, entretanto, varia como visto:

*“Eu nunca vi ate hoje aqui os jovens terem oportunidade, aqui não tem lazer... a gente quer jogar bola tem que ir em outra comunidade, tem que ir pra Partilha, é ruim... Além de tudo, a gente quer liberdade, mas aqui parece que só tem roça às vezes, a gente não quer só isso, tem que ter algo pra gente fazer, que não seja coisa errada, coisa boa!” (Junior, 16 anos).*

*“não tem nada que seja para os jovens aqui, e os pessoal ainda fala que a gente não quer nada, mas a gente vai querer o que? A gente já ajuda a família, faz bastante coisa, mas a gente quer algo que seja pra gente, se divertir, fazer... Não é só plantar, a vida não é só isso.” (Teta, 18 anos).*

*“o que a gente pode fazer aqui? De vez enquanto vou com a galera caçar e correr no mato, isso é bom, mas a gente quer fazer outras coisas e não pode, eu penso como verei esta minha vida no futuro, se fui jovem mesmo, ou fui velho desde que era menino” (Guegueu, 17anos).*

É necessário lembrar que viver no presente pressupõe certo tipo de orientação para o futuro. Quando isso já não mais ocorre, quando o agora se transformou na única realidade temporal existente, fica difícil manter um sentido para a

vida, tanto quanto pensar e lutar por alternativas desejáveis para aquilo que está por vir. Nessas circunstâncias, vale a reflexão de Bauman a respeito:

[...] os homens e mulheres do presente distinguem-se de seus pais vivendo num presente "que quer esquecer o passado e não parece mais acreditar no futuro". Mas a memória do passado e a confiança no futuro foram, até aqui, os dois pilares em que se apoiavam as pontes culturais e morais entre a transitoriedade e a durabilidade, a mortalidade humana e a imortalidade das realizações humanas, e também entre assumir a responsabilidade e viver o momento, (BAUMAN, 2001, p. 76).

Da mesma forma, é interessante também refletir sobre a visão a partir dos pressupostos de Bourdieu (1998):

A capacidade de se projetar o futuro é condição indispensável de todas as condutas ditas racionais [...]. Paradoxalmente, [...] para conceber um projeto revolucionário, isto é, uma ambição raciocinada de transformar o presente por referência a um futuro projetado, é preciso ter um mínimo de domínio sobre o presente (p. 121-122).

Ambos deixam entender que a possibilidade de viver o próprio tempo de modo criativo está em íntima conexão com o apoio no tripé que compõe a experiência do tempo. Viver o presente, sim, mas sem desconsiderar que o que hoje ocorre tem seu fundamento no ontem e que a vida vivida no presente alicerça as possibilidades do amanhã. As dificuldades provocadas por um tempo em que o movimento constante e a impossibilidade de âncoras resistentes inviabilizam (ou obstam em grau máximo) a "segurança ontológica", considerada fundamento importante da identidade sócio-individual, onde Giddens (2002) restringe igualmente as possibilidades de identidades bem constituídas.

Paralelamente, fazem emergir questionamentos a respeito dessa temporalidade em que presente, passado e futuro parecem não mais compor as dimensões constitutivas do tempo. Este processo parece ser respondido pelos jovens, quando afirmam que suas vidas atuais não podem ser vividas de forma a extirpar seus anseios, alisando o que no futuro pensarão sobre o seu passado, por isso, o assentamento deve ser antes de tudo, um espaço de prosperidade, de possibilidades. Porém, o que se constata a partir das falas dos jovens é que o Assentamento Ana Rosa figura-se com um espaço transitório, de poucas possibilidades, onde a situação



de liminaridade<sup>13</sup>, onde desde já, e também a partir da projeção do futuro, estes não serão os herdeiros da terra. O processo de configuração da política de reforma agrária, que “estaciona” a família em um lote, não permitirá o acesso destes jovens à continuidade de suas relações com a terra da família, ou seja, o futuro sinaliza a sua saída.

Aqui cabe lembrar Abramovay (1998), que afirma que é urgente que o êxodo rural deixe de funcionar como o processo que ameaça fazer da reforma agrária um jogo de soma zero (ou negativa), onde os assentamentos realizados de um lado não equilibram de forma a compensar os “desassentamentos” sofridos dos outros, como “num tanque em que a força da torneira parece sempre menor que o poder de sucção do ralo” (p. 16). Esta afirmação é também permissível, quando atrelamos a noção de *desassentamento* à de saída dos jovens por impossibilidade da sucessão nos lotes de reforma agrária, dos lotes dos pais, pois lhes resta, segundo o autor, a “gestão de um patrimônio imobilizado em terras e em capital” (p. 18). Este ciclo, sempre empurrará os jovens, sobretudo os que desejam continuarem agricultores, para novos assentamentos, engrossando os movimentos sociais que lutam pela terra, portanto, pensar em como estes jovens se territorializam no Assentamento, é ter a dimensão de como o PA Ana Rosa figura-se como espaço de transição, de inadequação ao projeto de vida destes jovens.

---

<sup>13</sup> O conceito de liminaridade começou a ser estudado por Van Gennep em estudos de rituais. Segundo ele, “Entre o mundo sagrado e o mundo profano há incompatibilidade, a tal ponto que a passagem de um ao outro não pode ser feita sem um estado intermediário” (VAN GENNEP, 1978:25). Através do rito, a transposição entre esses dois domínios implicaria três fases: separação (de determinados valores), margem ou *limen* (onde as regras estruturais são suspensas) e agregação (quando se retorna aos valores iniciais ou se adquire novos). Os teóricos que se seguiram aplicaram esse processo aos ritos das sociedades e este estado intermediário, a margem, batizado de liminaridade, passou a ser visto como um momento potencialmente perigoso, pela ausência de regras bem definidas.

## 4. Territorialidade (s) e identidade (s) a partir da categoria juventude

Território é espaço apropriado, espaço feito coisa própria, enfim, o território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. Assim, há, sempre, território e territorialidade, ou seja, processos sociais e territorialização. Num mesmo território há, sempre, múltiplas territorialidades (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 5).

### 4.1. Juventude e gerações: categorias em questão

Atualmente, os estudos sobre juventude orientam-se menos pela visão do jovem como ator político e mais pela preocupação de situá-lo diante das diferentes dimensões da vida em sociedade, como o trabalho, a religião, a família, os valores, o lazer, tendo como referência as transformações do mundo globalizado e suas conseqüências para os indivíduos, Martins (2005).

Segundo Freitas e Papa (2006), a partir da segunda metade da década de 1990, o tema da juventude começou a ganhar projeção e complexidade no espaço público brasileiro. Ao mesmo tempo em que aumentava a proporção de jovens<sup>14</sup> no conjunto da população nacional, eles eram afetados de forma particularmente intensa pelo aprofundamento das desigualdades econômico-sociais, enfrentando dificuldades das mais diversas ordens.

---

<sup>14</sup> Utiliza-se aqui como informação primária a PNAD / IBGE, considerando como jovens a parcela da população situada na faixa etária entre 13 a 29 anos de idade. Estes foram divididos em três subgrupos: os de jovens de 13 a 17 anos (*jovem adolescente*), os de 18 a 24 anos (*jovem-jovem*); e os de 25 a 29 anos (*jovem adulto*). Tal divisão, que não passa de um arbitrário cultural, tem pautado as ações governamentais voltadas à juventude do país. Ainda que para fins de definição de política pública, legislação e pesquisa seja possível fixar um recorte etário para determinar quem são os jovens, deve-se ter em conta que “juventude” é uma categoria em permanente construção social e histórica, isto é, varia no tempo, de uma cultura para outra, e até mesmo no interior de uma mesma sociedade. No Brasil, a adoção do recorte etário de 15 a 29 anos no âmbito das políticas públicas é bastante recente. A praxe anterior tomava por “jovem” a população na faixa etária entre 15 e 24 anos. A ampliação desta faixa para os 29 anos não é uma singularidade brasileira, configurando-se, na verdade, em uma tendência geral dos países que buscam instituir políticas públicas de juventude. Duas são as principais justificativas da mudança: maior expectativa de vida para a população em geral, e maior dificuldade desta geração em ganhar autonomia em função das transformações no mundo do trabalho.

Gonçalves (2005) coloca que o interesse pela juventude desponta de tempos em tempos, mas parece contaminado sempre por esses motores. As crises e os excessos, os conflitos e as explosões que a eles se seguem, acompanham a história da preocupação social e acadêmica com a juventude. Em contextos gerais, porque existe uma “questão juvenil?” De onde vem esse interesse de estudar os jovens? A resposta, em termos de sociologia do conhecimento, é relativamente simples: porque os jovens são atores de conflitos. Esta é a razão principal pela qual nos interrogamos sobre a condição juvenil. O percurso é exemplar pelo modo de enfrentar o problema teórico dos movimentos sociais: da presença de uma ação coletiva passam a se interrogar sobre a condição social de uma categoria (nesse caso, os jovens) para deduzir daí às causas da ação, Melucci (2001).

Carneiro *apud* Abramo e Branco (2005), colabora ainda, dizendo que o interesse dos pesquisadores brasileiros sobre o universo social e cultural dos jovens rurais é recente, sendo a bibliografia disponível bastante limitada, o que não acontece no que se refere à população jovem dos grandes centros urbanos, que tem atraído atenção de um número muito mais amplo de estudiosos.

Mais do que uma tipologia abstrata das características desse momento, é preciso reconhecer como afirma Melucci (1997), que a juventude significa, no término da infância, o primeiro contato com os dilemas que constituem a vida adulta, sendo esta entrada traduzida por uma experiência carregada de maior intensidade do que aquela vivida em momentos posteriores. Por essas razões a construção das identidades se afigura como eixo relevante para a compreensão desse momento. Assim, a juventude é caracterizada a partir de um registro tríplice: o reconhecimento de que se trata de uma fase da vida, a constatação de sua existência como força social renovadora e a percepção de que vai muito além de uma etapa cronológica, para constituir um estilo próprio de existência e de realização do destino pessoal (Foracchi, 1965, pp. 302-304).

Como categoria social, a juventude é uma representação sociocultural, ao mesmo tempo em que é uma situação social. Apresenta-se como uma construção simbólica, uma representação social de grupos ou indivíduos, assim como pode ser descrita como situação comum a certos indivíduos. Sua importância é fundamental

para o entendimento das características das sociedades modernas, para o funcionamento destas sociedades, e de suas transformações. Por exemplo,

Acompanhar as metamorfoses dos significados e vivências sociais da juventude é um recurso iluminador para o entendimento das metamorfoses da própria modernidade em diversos aspectos, como a arte-cultura, o lazer, o mercado de consumo, as relações cotidianas, a política não-institucional, etc. (GROPPO, 2000).

Essa dificuldade de caracterização da classe juvenil, Bango *apud* Freitas e Papa (2006), exprime na indagação acerca da caracterização, por acaso, onde a geração juvenil atual se demonstra como sendo apática, descrente, sem ideologias, hedonista<sup>15</sup>, pragmática, entre outras coisas. Todos esses adjetivos que tendem, junto a outros fatores, a caracterizar os jovens como um problema, surge da comparação entre as formas de ser jovem das gerações atuais com as formas de ser jovem das gerações anteriores. E isso pode ser um grave erro, inclusive colaborando para reforçar a estigmatização e a percepção de que a juventude é um problema.

Abad (2002) propõe também uma distinção importante entre a condição (modo como uma sociedade constitui e significa esse momento do ciclo de vida) e a situação juvenil, que traduz os diferentes percursos experimentados pela condição juvenil a partir dos mais diversos recortes: classe, gênero, etnia, origem rural ou urbana. Em seu primeiro eixo – o conjunto de concepções sobre a juventude – estariam radicadas as orientações dominantes que alicerçam as práticas políticas. Segundo Velho (1996), embora seja possível considerar que as orientações e imagens socialmente construídas sobre a juventude refletem relações de poder estabelecidas – a partir de hierarquias econômicas, culturais e de idade – e tendem a negar a diversidade de situações, trata-se de um campo de disputa não só em torno das modalidades de ações, mas em torno dos significados atribuídos à condição juvenil.

Os jovens oscilam segundo Teixeira *et al apud* Abramo e Branco (2003), entre o projeto de construir vidas mais individualizadas, o que se expressa no desejo de “melhorarem o padrão de vida”, de “serem algo na vida”, e o compromisso com a

---

<sup>15</sup> Hedonismo: Doutrina segundo a qual o prazer individual e imediato é o único bem possível, princípio e fim da vida moral. Doutrina moral do cirenaísmo. *Hedonista*, **adj.**

família, que se confunde também com o sentimento de pertencimento à localidade de origem, já que a família é o espaço privilegiado de sociabilidade nas chamadas “sociedades tradicionais”. Dentro dessa ambigüidade está em curso a construção de uma nova identidade. Cultuam laços que os prendem ainda à cultura de origem e, ao mesmo tempo, vêem suas auto-imagens refletidas no espelho da cultura “urbana”, “moderna”, que lhes surge como uma referência para a construção de seus projetos para o futuro, geralmente orientados pelo desejo de inserção no mundo moderno. Essa inserção, no entanto, não implica a negação da cultura de origem, mas supõe uma convivência que resulta na ambigüidade de desejarem, ao mesmo tempo, diferentes e iguais aos da cidade e aos da localidade de origem.

Nascimento (1999), explica que atualmente, cresce o reconhecimento de que a juventude vai além da adolescência, tanto do ponto de vista etário quanto das questões que a caracterizam, e de que as ações e projetos a ela dirigidos exigem outras lógicas, além da proteção garantida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) às crianças e adolescentes. E também, pela ação dos próprios jovens, assim como de Organizações Não-Governamentais (ONG's) e outros segmentos, um amplo processo de afirmação da necessidade de reconhecê-los enquanto sujeitos de direitos começa a ganhar força e legitimidade.

É necessário contextualizar sobre qual juventude estamos nos referindo, "juventudes", no plural formulado por Spósito (1998). Remete-se que há diversos modos de ser jovem em nossa sociedade e, portanto, não há apenas uma categoria teórica que possa dar conta dessa diversidade de situações Spósito (1997).

Ao se olhar, diz Hopenhayn *apud* Silva (2002), os jovens, desde uma perspectiva estritamente estrutural, sem nenhuma dúvida, se pode falar de diferentes juventudes. A questão do diálogo e participação da juventude, assim como para outros segmentos, conta como outro desafio. A sociedade tem a tradição de alijamento da população do direito de participar. Segundo Novaes *apud* Kolling e Caldart (2004):

“Nós somos sempre os jovens ou os velhos de alguém”, lembra o sociólogo francês Pierre Bourdieu. Já é lugar-comum começar a falar de “juventude” lembrando que esse é um conceito construído histórica e culturalmente. As definições sobre “o que é ser jovem?”, “quem e até quando pode ser considerado jovem?”, têm mudado no

tempo e no espaço e refletem disputas no campo político, no campo econômico e também entre gerações.

Há diferenças entre regiões do país, entre campo e cidade, entre cidades grandes e pequenas que devem ser levadas em conta. Certamente, há especificidades locais que podem atenuar ou acentuar alguns dos vários vetores que produzem ou reproduzem desigualdades sociais. No entanto, o "local" (pensado como espaço de relações sociais) não é resultado do isolamento. Ao contrário, ele é fruto de relações assimétricas, históricas, econômicas, políticas e culturais entre diferentes espaços sociais do país.

Segundo Abramo (1997), a concepção de juventude na sociedade moderna define esta etapa do ciclo de vida como um momento de preparação para um exercício futuro da cidadania, dada pela condição de adulto, quando as pessoas podem e devem (em tese) assumir integralmente as funções sociais, inclusive as produtivas, como todos os deveres e direitos implicados na participação social.

Segundo Araújo (2001), se pensarmos na juventude associada ao caráter transitório que caracteriza esse período, podemos defini-la como um conjunto social derivado de uma determinada fase da vida, com enfoque e ênfase nos aspectos geracionais. Nesse sentido, várias podem ser as funções atribuídas à juventude, cujo significado diferencia-se em cada contexto sócio-histórico. Uma delas seria a de agente revitalizador: um recurso latente de energia e força a ser usado pela sociedade como um dinamismo criador que objetiva dar novas orientações à sociedade (MANNHEIM, 1970).

A juventude, como construção social, tem sido vista como uma "fase da vida". Fase esta marcada pela instabilidade e incertezas que são relacionadas a "problemas sociais", Pais (1993), freqüentemente associados aos jovens do universo urbano. Um dos desdobramentos dos assim denominados "problemas sociais" são as tensões que vão sendo gestadas em torno da vontade de permanecer por muito mais tempo longe das responsabilidades, tais como casamento e constituição de família, para dedicar-se a outros projetos (estudo, profissão, divertimentos, por exemplo) e um mercado de trabalho cada vez mais restrito aos jovens com ou sem experiência profissional.

O período de transição da juventude deve levar em consideração essa diversidade social, cultural, étnica, religiosa, pois várias são as formas de entrada no mundo adulto e não é possível exigir que haja apenas uma. Do ponto de vista da exigência da modernidade, ou seja, de ver a juventude sempre associada ao futuro, há algo que não podemos negar: o jovem, hoje em dia, antes de ter projetos futuros, precisa ter ações para o presente. E esses projetos de futuro e as ações para o presente estão intimamente ligados à enorme heterogeneidade dos segmentos juvenis existentes. O modo de se tornar adulto sofre as influências históricas por ter como base a ampla diversidade sociocultural na qual a juventude está inserida.

Ao usar a juventude ou os jovens como tema, Freitas e Papa (2006), elucidam que se deve ter em mente que se está efetuando um recorte analítico, já que na realidade, os jovens se constituem no espaço social em atores que se encontram envoltos em relações sociais entre eles mesmos, suas famílias, as gerações adultas e as instituições da sociedade.

#### **4.2. Juventude, construções simbólicas e o meio em que vivem: a juventude rural em pauta**

Referindo-se mais diretamente às vivências da juventude, Pais (2003) acentua o cruzamento das trajetórias de vida que a cidade proporciona, sucessivamente aproximando e afastando estranhos, tecendo cadeias de relações que ele chama de interconectividade típica da juventude. Mas se é verdade que o jovem experimenta, circula, troca de lugares e de afetos, é preciso reconhecer também que ele organiza essas trocas segundo a lógica própria com que persegue os sentidos na cidade. Como lembra Carrano:

Até mesmo nos grupos com forte identificação gregária, onde as trajetórias dos sujeitos se cruzam intensamente, existem processos que fazem com que os seus membros se distanciem por outras redes de significados, configurando as variadas possibilidades de vínculos sociais que podem ser tramados nas cidades (2001, p. 16).

O jovem é um ser em formação, cujo destino depende de um jogo incerto de fatores. Tanto quanto possível, a família coordena esse jogo, incubando, no presente, condições que só se configurarão no futuro. Por isso, suas expectativas,

no que concerne ao jovem, se intercalam entre esses dois amplos momentos de realização pessoal, sem deixar de inculcar uma filosofia prática de vida, cujo imperativo fundamental é: ser alguém. Percebe-se, assim, que as expectativas de retribuição, mesmo quando colocadas nesses termos, não são simplesmente deslocadas para o futuro. Apresentam, pelo contrário, a singularidade de redefinir-se nesses dois planos temporais, fazendo com que, progressivamente, um se resolva no outro (FORACCHI, 1982). Na fala dos jovens, este sentimento de valorização do que sua juventude lhe põe é visto como:

*“jovem é pensar o que quer fazer da vida, é achar seu caminho... achar que tá ruim e pode mudar, que pode ter seu jeito... jovem é ruim às vezes, porque cobram muito, na hora que a gente não quer, que quer fazer outras coisas, mas é bom porque a gente ainda tem a chance de fazer de outro jeito, de dar nossa cara, de ir pra outro lugar” (Tai, 13 anos)*

*“a gente precisa mudar isso aqui, fazer crescer, nós jovens né? Isso aqui será da gente, aliás, já é... A gente trabalha, a gente dá duro aqui, é da gente também!” (Teta, 18 anos).*

Como etapa que antecede a maturidade, fase dramática da revelação do *eu*, essencial para a formação da pessoa, a juventude corresponderia a um momento definitivo de descoberta da vida e da história. A mobilização dos recursos e das potencialidades que possui depende diretamente das alternativas abertas aos jovens por sua inserção social, pelas posições que ocupam, pelos caminhos oferecidos para sua trajetória.

Finalmente, para a autora, a juventude sintetizaria uma forma possível de pronunciar-se diante do processo histórico e de constituí-lo, configurando desse modo um estilo próprio de existência e de realização do destino pessoal. Citando Bettelheim (1962), lembra que a condição de jovem não se distingue das demais a não ser por sua capacidade singular de, ao longo da existência humana, recriar insatisfações vitais nunca definitivamente aplacadas. Trata-se, assim, de expressão da virtude que mantém viva as capacidades de resistência, de disputa e de renovação (cf. Foracchi, 1965, pp. 303-304).

Ainda segundo a fonte, anteriormente, a condição juvenil estava, sobretudo, mediada pelas relações de incorporação à vida adulta e à aquisição da experiência, caracterizando-se a juventude, em certas camadas sociais, como a etapa vital entre



a infância e a maturidade, determinada pela vinculação com as instituições de transição ao mundo adulto. Por outro lado, hoje dificilmente se pode negar que os jovens, inclusive os do meio rural, têm-se convertido em uma categoria social definida por uma condição específica que demarca interesses e necessidades próprias, desvinculadas da idéia de transição e suas instituições responsáveis.

É claro que isso não se produz sem conflito, basicamente pela diferença entre as expectativas e demandas dos jovens, e as respostas do mundo institucional adulto. Observa-se na fala dos jovens:

*“ser jovem é ter responsabilidades e aproveitar enquanto é novo... Ser jovem é até idade baixa, ter responsabilidade e conquistar seus sonhos e ainda dá pra pessoa velha correr atrás (risos), mas do jovem é obrigação”* (Juba, 14 anos).

*“é ajudar os pais, é ser livre! Eu sou jovem do campo assim!”* (Nina, 13 anos).

Esse reconhecimento dos jovens deve destacar a resistência de um autoritarismo patriarcal, de gerações e de classe, que mediante o uso da violência repressiva, pretendeu negar e eliminar os conflitos produzidos pelas desigualdades e diferenças, em lugar de seu reconhecimento e negociação racional, Melucci (1997). Desde esse ponto de vista, os conflitos de geração são também políticos e não apenas produtos de uma incerta “natureza rebelde” da juventude, como nestas falas:

*“Ser jovem é bom, é pra curtir a vida, namorar, ir para as festas, eu desejo que os jovens tenham uma vida digna”* (Aline, 14 anos).

*“ser jovem é ter oportunidades, é ter liberdade...”* (Guegueu, 17anos).

*“ser jovem, sei lá... Ser jovem, hum, deixa eu ver... ser jovem é desbravar, é gostar de coisa nova, diferente, de arriscar, eu sou jovem assim, acho que assim eu sou diferente de meu pai, que não curte muito, jovem é um adulto que sabe curtir a vida (risos)”* (Chori, 16 anos).

Os jovens (classes populares e classes favorecidas economicamente), ainda que estejam em uma situação diferente, em uma classe de idade diferente, segundo Bourdieu (1987), compartilham em termos de geração a mesma condição de “desinstitucionalização” da juventude, que se subjetiviza no tempo e espaço. Não por acaso no tempo e nos cenários “extras” (escolar, familiar, trabalhista), e em

relação com seus pares, em locais e percursos próprios, onde os jovens se sentem mais definitivamente jovens do que em nenhum outro momento, lugar e companhia.

Quando mudam as condições de reprodução dos grupos sociais e, portanto, as condições materiais e sociais de produção de novos membros, situação que equiparamos a essa nova configuração da juventude, são quando surgem diferenças de geração. “Uma classe ou uma fração de classe está em decadência e, por conseguinte, orientada ao passado, quando não está em condições de se reproduzir com todas as suas propriedades de condição. Neste caso, a transformação do modo de geração social dos agentes, determina o aparecimento de gerações diferentes, cujos conflitos (têm) por princípio a oposição entre os valores e os estilos de vida”, Bourdieu (1988).

Se, por outro lado, o jovem foi visto desde a perspectiva de sua participação – ainda que segmentada e assimétrica – num espaço global de símbolos e de circulação de orientações culturais, então se pode falar, sem dúvida, de “juventudes”. Mais ainda: pode-se falar em orientações ao consumo, de pautas estéticas promotoras de uma *juvenização* da sociedade que transcende do ponto de vista das gerações, os próprios jovens.

E ainda acentuando o conceito de ‘juventudes’, parte dessa imprecisão parece decorrer da superposição indevida entre fase de vida e sujeita concretos, aspectos que, por exemplo, para os estudiosos da infância não se superpõem, como afirma Attias-Donfut (1996). Infância e crianças são nações que exprimem status teóricos diferentes, operação ainda não delimitada claramente pelos estudiosos, profissionais e demais agentes sociais que tratam da juventude, pois superpõem jovens – sujeitos – e fase de vida – juventude – como categorias semelhantes, como uma categoria de fato, que atinja a uma representação social.

É importante recorrer a Durkheim (1970), quando este afirma que as representações sociais não são a simples soma das representações dos indivíduos. Mas o sentido dado à noção de representação apóia-se, sobretudo, em Lefebvre (1980), que recusa a dicotomia entre o que está fora e exterior (como coisa) e as representações que também vêm de dentro e são contemporâneas à constituição do sujeito, tanto na história de cada indivíduo quanto na gênese do individual na escala

social. Desse modo, as representações “não são nem falsas nem verdadeiras, mas ao mesmo tempo, falsas e verdadeiras: verdadeiras como respostas a problemas ‘reais’ e falsas na medida em que dissimulam objetivos ‘reais’”.

No Brasil, coexistem percepções que se situam em campos distintos e muitas vezes opostos. Esses campos de significados não podem ser concebidos apenas a partir do recorte etário, como se os jovens necessariamente construíssem percepções homogêneas sobre si mesmos, em antagonismo com o mundo adulto. Examinar a constituição de percepções requer um cuidadoso esforço analítico que evite naturalizar a condição juvenil e busque adentrar no universo jovem para compreender o que eles mesmos têm a dizer, a partir de sua diversidade, sobre a condição juvenil na sociedade e o modo como a vive (ABRAMO, 1997).

#### **4.2.1. O papel da juventude rural: vulnerabilidades e representações simbólicas**

A modernidade associa o jovem a uma idéia de futuro, Spósito (1999). No entanto, cabe lembrar que, por mais que a juventude possa ser entendida como permanente e, portanto, com características próprias, ela também é marcada por "rituais de passagem" que nos apontam para sua transitoriedade. Esses rituais existem e não há como negá-los. Pereira *apud* Silva (2002) mostra como as crianças vão deixando de brincar, marcando assim um ritual de passagem da infância para a adolescência. Assim, há mudanças que vão se operar com o jovem e que não voltarão a se repetir da mesma maneira no futuro. É importante observarmos que dentre as investigações que têm sido realizadas sobre a juventude/juventudes, as pesquisas de Marília Sposito (1999) têm demonstrado que:

(...) ocorrem formas diversas de ingresso no mundo adulto, desde aquelas marcadas pela antecipação de algumas práticas (sexualidade e trabalho para alguns grupos de jovens) como a desconexão entre elas (...) a (...) emergência de necessidades apontada pelos segmentos juvenis não só voltadas para projetos futuros, mas cada vez mais marcadas pela especificidade do momento presente. (p. 8)

Neste sentido, há uma quebra da "referência temporal" para o ingresso na vida adulta que varia conforme a "origem social, étnica, religiosa ou regional e as

relações de gênero (...)" (idem, ibid.), de tal maneira que, para as populações mais empobrecidas, há uma tendência, cada vez maior, à antecipação da vida adulta.

*"eu gostaria de ter uma parte pra mim plantar ou fazer outras coisas, mas ai tem que dividir esse né? Eu penso em plantar outras coisas que não só a mandioca, mas por enquanto tenho que ir ajudando nisso mesmo, eu gosto, acho legal..."* (Juba, 14 anos).

Ainda nessa perspectiva Bourdieu diz que "(...) as relações entre a idade social e a idade biológica são muito complexas", pois chama atenção para as "leis específicas" de cada grupo e o determinismo destes, conforme os seus interesses específicos; ou seja, "(...) mostra que a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; (...)" (1983, p. 113). Portanto, considerar a juventude como uma unidade social configura-se numa total manipulação.

Nas negociações entre jovens e adultos, dá-se um "processo de socialização" e "juvenização". Na passagem para a vida adulta, o "processo de socialização" tem papel importante, pois, segundo Machado Pais (1993), este é um processo de "influências sociais, orientado para a integração dos jovens num dado sistema de relações e valores sociais, (...)"; em contrapartida, este será alvo das "influências dos jovens sobre a sociedade, embora também seja possível falar de uma socialização da juvenização" (p. 60). E a juventude já se declara:

*"crescendo, desenvolvendo, dando continuidade junto com o meu pai, tem que melhorar né? Um futuro melhor em tudo! A gente tem que pensar assim pra mudar, pra ver isso aqui crescer, o povo ai já critica tanto a gente, a gente não pode fazer isso igual, tem que mudar, melhorar..."* (Junior, 16 anos).

Não obstante, é importante fazer ressalvas quanto à intensidade deste processo de "juvenização", na qual os jovens estão inseridos em um contexto em que coexistem o tradicional e o moderno. Sendo que ao primeiro reporta-se uma boa parcela da população adulta, sobretudo no que diz respeito às condutas e comportamentos desejados socialmente. Todavia, os jovens transitam entre o rural e o urbano, comunicando suas releituras desses dois universos, o que culmina num ideal de vida "rurbano".

(...) Abrir novas alternativas de trabalho no campo é um projeto que surge em função da perspectiva de estreitamento dos laços com a cidade, favorecido pelas facilidades dos meios de comunicação. É nesse contexto que os ideais da juventude rural apontam para uma

síntese, que definimos como projeto de vida rurbano. (Carneiro, 1998, p. 113)

Entretanto, este ideal "rurbano" também é relativizado, afinal, não se trata de uma realidade com novas perspectivas e alternativas de trabalho para os jovens do rural, mediatizadas por experiências com o urbano, tal como observou Carneiro (op. cit.); mas, sim, de uma realidade em que os jovens, ao transitarem entre o rural e o urbano, vão assimilando, portanto, valores de outras sociedades que serão reinterpretados a partir dos modelos tradicionais da sua sociedade local. Esta visão, entendida como o assentamento se demonstrando um espaço transitório é entendido pelos jovens da seguinte forma:

*“como eu disse, acho aqui bom. Mas tem uma coisa: aqui é sempre difícil. A gente fica isolado aqui, não tem muita ajuda. Telefone pega mal, a gente só tem a televisão pra saber das coisas. É ruim ficar assim, precisando de ajuda dos outros. Não é mole!” (Teta, 18 anos)*

*“aqui é longe, apesar de ser calmo, não dá pra fazer o que a gente quer. Se eu quero fazer alguma coisa tenho que ficar na casa de meu irmão em Pojuca, ou para ensaiar, ou para m divertir. Tenho namorada lá, não dá pra ficar aqui” (Guegueu, 17anos).*

*“com certeza fora daqui, aqui não dá futuro pra gente não, é muito difícil, a gente tem que correr por fora, procurar o nosso, por isso que eu vou pra escola, levo esse tempão pra chegar e chego tarde, mas é isso, tentando ver um melhor pra sair daqui” (Tripa, 17 anos).*

Este aparente rompimento com o assentamento parece coincidir, em parte quando Carneiro (op. cit.) diz que:

(...) a juventude rural salta aos olhos como a faixa demográfica que é afetada de maneira mais dramática por essa dinâmica de diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos, combinada com o agravamento da situação de falta de perspectivas para os que vivem da agricultura. (p. 97)

A juventude rural, conforme visto por Guaraná de Castro (2005) no Brasil é constantemente associada ao problema da “migração do campo para a cidade”. Contudo, “ficar” ou “sair” do meio rural envolve múltiplas questões, onde a categoria jovem é construída, e seus significados, disputados. A própria imagem de um jovem desinteressado pelo meio rural contribui para a invisibilidade da categoria como formadora de identidades sociais e, portanto, de demandas sociais.

A imagem de jovens desinteressados pelo campo e atraídos pela cidade não é nova, faz parte da literatura clássica sobre campesinato. Já no século XIX Pestalozzi chamou atenção sobre o “problema”. Mais recentemente autores como Bourdieu (1962), Arensberg e Kimball (1968), Moura (1978), Heredia (1984), Champagne (1979), Woortman (1995), Cardel (2008) entre outros, tratam a questão como intrínseca ao processo de reprodução social do campesinato, e como consequência da desvalorização do campo frente à cidade.

Apesar de bem menos expressivo, também “juventude rural”, ou “juventude camponesa”, é objeto de investigações passadas e recentes (Flitner, 1968, p. 57). A partir da década de 90, há um aumento significativo do número de trabalhos (além de ONG's, sites da internet, etc.), especialmente sobre o chamado Terceiro Mundo (ou os Países do Sul), que abordam “jovem camponês” ou “juventude rural” (Carneiro, 1998; Abramovay, 1998; Torrens, 2000; Jentsch & Burnett, 2000; Majerová, 2000; Stropasolas, 2004; dentre outros). Relacionando-os menos ao papel de “vanguarda” como nos trabalhos sobre “jovens urbanos”, os esforços se voltam para analisar “jovens rurais” associados ao problema da migração rural/urbano, e da herança e sucessão da pequena propriedade familiar.

“Ficar e sair” do campo é mais complexo que a leitura da atração pela cidade, e se remete à análise de juventude rural como uma categoria social chave pressionada pelas mudanças e crises da realidade no campo. A realidade cotidiana que atinge a pequena produção familiar recai fortemente sobre os “jovens rurais”. Pensar a inserção desse jovem no meio rural hoje implica enfrentar o esforço de analisar as construções identitárias da categoria e suas disputas, e as próprias relações de hierarquia reproduzidas nesses processos, onde jovem ocupa um papel privilegiado nos discursos, mas não nas práticas.

Neste sentido, perceber os processos que reforçam as relações sociais marcadas pela hierarquia e autoridade, que envolvem a posição de pai/adulto/chefe de família e “responsável” pela lote/posse/propriedade, em oposição a filho/jovem/solteiro. Podemos afirmar que jovem, como categoria, carrega o “peso” da transitoriedade e, portanto, é tratado como categoria social sobre a qual se deve atuar e não percebida através das formas em que se configura como ator social.

A “cobrança” da permanência e continuidade dos “jovens” no campo como valorização e possível reversão do quadro de esvaziamento do meio rural (recorrente em algumas pesquisas recentes sobre o tema e no âmbito das políticas públicas) devem problematizar esse olhar que percebe no jovem o ator heróico da transformação social. A mudança dessa realidade e da situação de desigualdade social que atinge “jovens” e “velhos” demanda ações coletivas e políticas públicas de longo alcance que gerem transformações mais profundas na realidade brasileira.

Pode-se afirmar que a realidade vivida pelos que se identificam e/ou são identificados como jovens rurais contribui para o debate sobre as percepções acerca de jovem como categoria social. E traz para a discussão sobre o tema juventude os processos de disputa de classificação e legitimidade como constitutivas da configuração de uma categoria social e das relações de hierarquia geradas e reproduzidas nesses processos. Observar esses jovens trouxe para o debate sobre a categoria social juventude as disputas, tensões e conflitos que marcam “ser jovem” homens e mulheres, nestes “novos” e “antigos” contextos rurais – esperando-se, assim, contribuir para um diálogo com outras realidades e experiências. O conceito de território e territorialidade soma-se a essa noção das fronteiras subjetivas aos quais os jovens se inserem.

#### **4.3. Territorialidades e juventudes: uma análise dos jovens e suas múltiplas territorialidades**

“Cada lugar é, à sua maneira, o mundo. Cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais”. (Milton Santos)

Em primeiro lugar torna-se necessário revisar-se a trajetória analítica do conceito de território pela disciplina geográfica. Considera-se apropriado abordar como o território se torna objeto de investigação empírica, recebendo o status de conceito explicativo na Geografia. Esta reflexão servirá de base para as discussões sobre a relação território *versus* rural/ruralidade.

Atualmente, a perspectiva política para o território destaca como tema de estudo as relações de dominação e apropriação do espaço em várias esferas de

análise, compreendendo desde as relações pessoais do cotidiano que se configuram nas relações locais, até as relações em escala global, bem como no intercâmbio entre estas escalas locais - globais. Assim, nesta perspectiva pode-se averiguar que o território passa a ser analisado e apreendido pelas relações de poder que ocorrem em todas as escalas de análise. Segundo Souza (1995), “o território é um espaço definido e delimitado **por e a partir de** relações de poder”.

A segunda perspectiva a tratar do território é a simbólica, que tem contribuído no sentido de valorizar a identidade territorial, o vivido. Aqui o território assume um papel diferenciado em que os grupos sociais se identificam e se relacionam com a experiência vivida, um passado afetivo mantido pelas representações culturais. Na opinião de Raffestin (1993), a dimensão simbólica para os estudos territoriais “(...) reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral”.

Embora estas duas concepções balizem as discussões que ocorrem em torno do conceito território, pode-se encontrar ainda na literatura uma variante de ambas, que é a terceira perspectiva. Esta opção é proposta por Haesbaert (2002), que procura operacionalizar uma fusão entre as duas concepções anteriores a partir da idéia de que,

(...) o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados (Ibid, p. 121).

Do ponto de vista teórico, Haesbaert apresenta uma idéia síntese das perspectivas anteriores, proporcionando maior versatilidade ao conceito de território. Por conseguinte, essa definição pode apreender diferentes contextos inerentes aos processos formadores do território como os econômicos, políticos, culturais e ambientais. Nesse sentido, por abarcar de forma mais completa as relações que configuram o território, esta perspectiva torna-se a mais apropriada e próxima das preocupações teóricas e conceituais que orientam este trabalho.

A territorialização pode ser compreendida através da maneira pela qual o espaço passa pela gênese da apropriação para se transformar em território, através



da ação. Sendo que, segundo Raffestin (1993), este processo pode ocorrer de duas formas, concretamente quando os limites são representados e efetivados, ou abstratamente quando estes são apenas idealizados. Neste sentido, a “apropriação” cria uma ligação entre o executante e o espaço, formalizando o domínio. Nas falas dos jovens, o Assentamento se demonstra como um espaço de vida e ao mesmo tempo, de transitoriedade, gerando uma territorialidade circunscrita para além dos limites do território, gerando para eles, seus próprios limites, quando perguntados se por acaso pudessem escolher, seriam assentado (as), responderam:

*“eu seria sim, ser assentado é ser da roça, é plantar e comer o que a gente planta. Acho bom catar o feijão aqui que a gente mesmo plantou... Já colhemos muitas coisas que plantamos aqui, então, porque não seria assentada? Dificuldades a gente tem, um bocadinho, mas o bom é que a gente tem saúde, come tudo fresquinho... Muito bom, aqui é lugar de morar e de trabalhar, e mesmo longe, a gente pode ir na cidade, de vez em quando...”* (Teta, 18 anos).

*“zona rural é melhor, não tem poluição... eles falam lá que a gente tem sorte de morar aqui, pois tem ar puro, sorte de plantar pra comer... eles não sabem o que nós passa, mas eu acho bom quando eles acham bonito a gente aqui”* (Junior, 16 anos).

*“Ser do campo é uma coisa boa, aqui é bom... Eu penso que o campo é trabalhar na roça, e trabalhar no dia-a-dia... É bom de se conviver. Mas lá as coisas é mais fácil, aqui é mais difícil, pra mim é!”* (Aline, 14 anos).

Segundo Heidrich, este ato de apropriação é significativo para se diferenciar o território do habitat:

O habitat ainda não é, por si mesmo, um território. Constitui o espaço então ocupado por uma coletividade, no qual se manifesta o domínio da natureza (e não do espaço), como condição essencial à reprodução de coletividades humanas. O território passará a existir tão somente quando definirem-se: (1) uma relação de apropriação, (mais que domínio) das condições naturais e físicas, por uma determinada coletividade e (2) uma organização das relações, de modo particularizar a coletividade humana como uma comunidade, por isso mesmo, diferenciada de outras e, pelo mesmo critério, a delimitação do acesso, do domínio e da posse ao interior da comunidade constituída. A constituição de **habitats** não é nada mais que a recriação da natureza como espaço humanizado. A constituição de territórios, como foi dito anteriormente, significa a instauração do domínio humano sobre o espaço (sobre a existência na medida do seu alcance)”, (1998, p. 12, grifo meu).

Neste sentido, a apropriação condiciona a territorialização, sendo esta configurada a partir das transformações determinadas pela comunidade, na tentativa

de generalizar sobre o espaço a sua permanência. Desse modo, o ato de efetivar a permanência deve visar além da reprodução sob determinado território, a sua posse. Assim, segue o autor, se ressalta na apropriação a capacidade de se transformar a natureza através do trabalho e o modo de se produzir riquezas de forma organizada.

Em um sentido mais amplo, pode-se afirmar que esta capacidade de transformação proporcionada pela ação do trabalho agrega a noção de valor material para o espaço. Por conseguinte, é a partir desta valorização que outras dimensões, além das naturais, passam a serem apreciadas. Este processo de valorização encontra-se fortemente arraigado no processo capitalista de produção, tornando-o fomentador e articulador do mesmo. Assim, a valorização capitalista do espaço, segundo o autor, se expressa pela separação entre produtor e consumidor e também pela valorização do solo como mercadoria. Desta forma, ao construir hierarquias pelas intervenções em diferentes escalas de análise e pelo estabelecimento das relações de poder, se modifica e condiciona o espaço propiciando a formação do território.

Seguindo a proposição de Raffestin (1993), no qual afirma que o território se apóia no espaço, mas, devido às características intrínsecas, diferencia-se deste, tem-se para a territorialização a mesma lógica. Esta se dá a partir do espaço, mas é realmente efetivada no momento que estabelece relações de pertencimento (posse material e simbólica) sobre o espaço.

Esta ação virá a se constituir nas impressões digitais de determinada comunidade, cristalizando-se com o transcorrer do tempo na sua história. Não obstante os apontamentos até aqui apresentados, Haesbaert propõe uma compreensão mais abrangente e atualizada da territorialização para a dialética da des-re-territorialização. Segundo o autor, esta pode ser compreendida de forma genérica como,

o conjunto das múltiplas formas de construção/apropriação (concreta e/ou simbólica) do espaço social, em sua interação com elementos como o poder (político/disciplinar), os interesses econômicos, as necessidades ecológicas e o desejo/a subjetividade (2002, p. 45).

A definição proporcionada pelo autor amplia o espectro de análise sugerindo a multiplicidade das dimensões. Nesta, também se verifica a indicação da

simultaneidade e a concomitância, onde novos elementos passam a fazer parte da valorização material do território, como as necessidades ecológicas.

Na verdade, estas novas proposições têm grande relevância para uma visão mais abrangente do processo, já que estas se desprendem da condição anterior que limitavam a territorialização, somente, a garantia da reprodução. Assim, se anteriormente se podia admitir que a racionalidade se calcava sob o modo de gerenciar o território visando unicamente à reprodução de bens de consumo, atualmente esta amplia o seu espectro analítico e se abre à diversidade. Nesse caso, novas formas de reprodução, que não as exclusivamente produtivistas, proporcionam a valorização do espaço rural, a territorialização de novos usos e apropriação, sem, no entanto perder a perspectiva da mercantilização.

Segundo Marsden (1989), no espaço rural surgem novos produtos mercantilizáveis para o consumo. São produtos diferenciados aos tradicionais *commodities* agrícolas, como os produtos ecologicamente diferenciados, sendo que também já se torna comum ofertar o próprio espaço natural como produto. Desta forma, bens que até então eram concebidos como meros componentes de uma paisagem mudaram de significado, adquirindo valor econômico. Este valor é evidenciado pela forma diferenciada de se apropriar do espaço, a forma simbólica. Em face dessas questões, o rural, na sua forma natural, das amenidades ecológicas, surge como um modo de produção necessário para satisfazer a necessidade de um maior contato com a natureza.

A partir destas novas perspectivas é que se diferenciam as atuais territorializações, pois é através de novas iniciativas visando à preservação ecológica, o lazer, a qualidade de vida, que está ocorrendo o domínio do espaço. Em parte, serão estas particularidades as formadoras de um conjunto de interesses, que assumirão um papel relevante na construção do território.

A desterritorialização se constitui em uma das mais perversas imposições geradas pelo resultado da globalização econômica. Conforme observa Castells (1999), devido à grande capacidade da economia capitalista em se ajustar em escala mundial, as grandes corporações transnacionais passaram a gerenciar melhor as condições de tempo e espaço e, com isso, tornaram-se hegemônicas na

produção e na distribuição de mercadorias. Assim, ao dominarem o meio técnico-científico-informacional mundial, condicionam ajustes para as escalas locais que acabam por desconstruir os territórios, tornando-os cada vez mais efêmeros ou fluídos. Tal condição é evidenciada geralmente pela perda das raízes, o “desenraizamento”, que implica no que Rolink *apud* Castells (1999) chama “de estrangeiro”. Nesta interpretação pode-se compreender como estrangeira a dinâmica “moderna” e atuante sobre as sociedades. Estas, além de não proporcionarem a desejada igualdade, se instalam no cotidiano, aviltando as tradições.

No campo econômico, a suposta idealização do espaço, devido ao resultado do intenso fluxo de capitais volatilizados em redes transnacionais, acaba por dirimirem-se questões referentes às diferenciações espaciais. Nesse contexto tende-se a condicionar as informações engendradas a uma homogeneidade e uniformidade. Entretanto, esta idéia de condições “igualitárias” de competição entre mercados se coloca como uma idealização, pois na realidade o processo globalizado de modo desterritorializante é mais complicado do que aparentemente se vislumbra.

A respeito das principais idéias difundidas sob desterritorialização, Haesbaert (2002) realiza uma síntese esclarecedora sobre o processo. O autor, em sua reflexão, coloca além da noção da unicidade da perspectiva econômica mais quatro linhas de pensamento, ressaltando nestas a perspectiva territorial que se encontra inerente ao debate<sup>16</sup>.

Para uma análise do rural, pode-se verificar que todas as perspectivas ligadas à desterritorialização, com variadas formas de intensidade, podem ser verificadas como atuantes na modificação do espaço e das ruralidades. Atualmente têm-se debatido em maior profusão a primeira (econômica), a quarta (política) e a quinta (cultural). Estas se têm evidenciado pelos estudos que apontam a penetração do mundo urbano no rural. Nesse sentido, a influência destacada do modo urbano-industrial no modo rural tem gerado pronunciamentos, como os do fim do rural ou a

---

<sup>16</sup> O autor nesta síntese reage contra a idéia da simples destruição do território pelo processo de desterritorialização. Este aponta que no cerne desta idéia a concepção do território se faz presente, alertando para a complexidade do processo. Extraímos para o trabalho somente parte do debate proporcionado pelo autor, adequando-a para a proposta.

urbanização do campo, conforme ressaltado no primeiro capítulo, pela perspectiva de Graziano. Esta imposição em escala territorial poderia ser lida como uma desterritorialização no rural. Este processo desterritorializante estaria ligado a um conjunto de transformações que têm passado a influenciar as lógicas rurais, trazendo como consequência a mudança de valores e hábitos.

A pluriatividade como noção que busca explicar a inserção de residentes do meio rural em atividades externas à propriedade rural pode ser considerada uma forma de desterritorialização.

*“ser jovem é manêro, a gente pode fazer um monte de coisas, não aqui, quando a gente ta fora, aqui a gente não pode fazer nada... queria ver ai fazer artesanato, com restos de coisas, ver qual dava, mas não temos apoio, parece que só pode plantar, eu não curto”* (Tripa, 17 anos).

*“aqui a gente não tem oportunidades, tipo, de fazer algo diferente. Agora que os pessoal aqui estão pensando nisso, em ver um projeto pra fazer pão ou artesanato, ai eu vou achar legal, porque se for esse negócio de plantar, ai não incentiva muito não”* (Chori, 16 anos).

Assim, ao proporcionar modificações na ocupação de mão-de-obra rural, inserindo trabalhadores em circuitos mercantis diferenciados aos dos tradicionais processos de produção agropecuários, são causadas transformações nas práticas territoriais tradicionais. Estas novas lógicas influenciam os hábitos e os valores dos trabalhadores, constituindo, assim, um exemplo de desterritorialização no rural<sup>17</sup>.

No entanto, o que pode ser lido com uma desterritorialização para o território em determinada escala, em outro contexto pode-se apresentar de forma diferenciada. Desta forma, o processo de desterritorialização não pode ser apreendido como estanque, na medida em que permite disjunções. Diante desta observação pode-se verificar uma variante à dinâmica desterritorializante, que rompe com a uniformidade do processo, sendo que esta, por vezes, leva a uma re-territorialização.

---

<sup>17</sup> Aqui, cabe a noção de pluriatividade, onde, segundo Carneiro (2009), se considerarmos que as dinâmicas atuais da ruralidade são informadas por valores e práticas urbano-industriais, é cada vez mais comum que indivíduos originários de famílias agrícolas, sobretudo os jovens, busquem inserções no mercado de trabalho (urbano ou rural) visando a obtenção de uma autonomia financeira ou mesmo uma complementação da renda familiar como têm observado Silvestro et alli. (2001), Carneiro (2005), Pereira (2004).

A re-territorialização na dinâmica territorial tem como indicativo analítico a construção de novos localismos. Estes podem ocorrer pela “reapropriação política ou simbólica do espaço”, Haesbaert (1997, p. 45). Neste sentido, observa-se que o processo além de promover o debate no sentido de reforçar certas práticas territoriais, também surge como uma resistência ao processo desterritorializante.

Outra prática que pode ser considerada no rural como uma re-territorialização é o resgate de técnicas convencionais pela agricultura alternativa. Esta supõe um rompimento com o padrão imposto pela modernização da agricultura e os pacotes tecnológicos oriundos da revolução verde. Segundo Almeida (1999), a agricultura alternativa e seus homônimos (agroecologia, agricultura ecológica, agricultura orgânica, entre outros) têm proporcionado uma relação diferenciada no espaço rural, onde se verifica uma relação mais estreita e equilibrada entre o ambiente criado pelo homem e o natural. Esta relação beneficia a ambos, pois proporciona a diversidade social, econômica, ecológica e cultural.

Desta maneira, ao se recuperar o agir local pelas antigas práticas da comunidade, seja através do patrimônio cultural ou pela incorporação diferenciada de antigas técnicas agrícolas nas práticas produtivas, se reterritorializam práticas pelo re-significação do vivido no lugar. Esta reterritorialização no rural ressalta e reestrutura a ruralidade, além de despertar a atenção das pessoas para a valorização do “seu” território, despertando a consciência territorial, como um território de valorização da sua existência, como percebido:

*“se eu pudesse escolher seria assentada, mas foi assim, um sim pensativo... na cidade é muita violência, na cidade pequena também tem, mas na cidade grande é demais!” (Juba, 14 anos).*

*“o campo é muito bom... meu dia-a-dia é aqui, eu trabalho aqui, tudo isso aqui é minha vida” (Cristiano, 22 anos).*

Portanto, para se atingir o objetivo da compreensão das questões territoriais, se faz necessário recorrer a recursos analíticos diferenciados na tentativa de apreender os processos oriundos das dinâmicas sociais. Neste item, optou-se apresentar as dinâmicas territoriais da dialética territorialização- desterritorialização- re-territorialização particularizando cada termo na seqüência T-D-R. Porém, esta seqüência não deve ser considerada como hermética, pois é admitida a ocorrência

em seqüências diferenciadas, sendo que até em certos casos de forma simultânea, dependendo da escala focalizada para a análise. A opção metodológica de apresentar os três conceitos separadamente não pressupõe sua dissociabilidade. Tais conceitos referem-se às dinâmicas territoriais que como afirma Haesbaert (2004), dão vida ao território, o cria e o recria, mas não evidencia seu fim. Desse modo, as dinâmicas sócio-territoriais desterritorializantes são por consequência de alguma forma reterritorializadas. É preciso compreender que as dinâmicas territoriais envolvem uma totalidade, constituindo-se de uma referência implícita a concepção das práticas sociais que se desenvolvem sob o território. Nesse sentido a sugestão analítica debatida pode proporcionar um enfoque territorial diferenciado para contribuir com os estudos do rural e da ruralidade.

Enfim, tomando-se o território e a ruralidade, respeitadas as diferenças e limites conceituais, pode-se afirmar que estes se complementam como referência para análise das dinâmicas sociais, culturais, ambientais e econômicas que se têm destacado nos territórios rurais. Conseqüentemente, se as práticas sociais se encontram em constante oscilação por incorporar novas técnicas, hábitos, valores simbólicos e culturais fazem-se necessário também aprimorar os métodos analíticos. Na tentativa de orientar o “olhar” para as novas dinâmicas espaciais é que o enfoque territorial se destaca, não somente como um modo de análise empírico-normativo, mas também como uma real possibilidade analítica ao centrar o foco de observação na ação dos atores e as suas práticas sociais.

#### **4.4. Conceito de território e identidade: As relações sociais e a identidade enquanto representação**

O território surge, portanto, como resultado de uma ação social que, de forma concreta e abstrata, se apropria de um espaço (tanto física como simbolicamente), por isso denominado um processo de construção social. Tizon (1996) destaca um sentido antropológico, onde território é o “ambiente de vida, de ação, e de pensamento de uma comunidade, associado aos processos de construção de identidade”. Em uma abordagem mais próxima da sociologia do desenvolvimento, Abramovay (1998) apresenta a idéia de que “um território representa uma trama de

relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico” (p. 32). Pecqueur (2000) considera importante a diferenciação entre dois tipos de territórios. O primeiro deles seria aquele estabelecido por decisão político-administrativa, em um processo “top-down” de decisão, cujos interesses, normalmente, são o estabelecimento de políticas de desenvolvimento da região pré-definida.

Nesse caso, o território seria chamado de “território dado”. Pecqueur (1987) apresenta ainda uma compreensão sobre territórios definidos sob uma perspectiva político-administrativa como sendo o espaço-lugar, que resulta como produtos das políticas de organização do território. A partir daí, Pecqueur diferencia outro tipo de território, o construído, ou espaço-território, que, segundo o autor, é formado a partir de “um encontro de atores sociais, em um espaço geográfico dado, que procura identificar e resolver um problema comum” (PECQUEUR, 2000). Nesse sentido, se percebe o território construído como um espaço de relações sociais, onde há o sentimento de pertencimento dos atores locais à identidade construída, e associada ao espaço de ação coletiva e de apropriação, onde são criados laços de solidariedade entre esses atores, Brunet *apud* Pecqueur (1987).

A construção da identidade, para o pensamento subjetivista, conforme Cucho (2002) é antecedida da construção da diferenciação, a partir de fronteiras que os grupos se determinam, chamadas de fronteiras sociais simbólicas. Na construção territorial, essa fronteira simbólica ganha limites territoriais, cujas identidades estão formadas com base em relações histórico-culturais. A essa abordagem da análise territorial, Haesbaert (1997) chama de culturalista. Essa abordagem está muito próxima de perspectivas baseadas na diferenciação identitária. Esta identidade no assentamento Ana Rosa, dentro desta perspectiva culturalista, configura-se, sobretudo no processo de outridade e de diferença, onde os jovens são vistos pelos cidadãos como pessoas relacionadas à sua visão do conflito agrário, da visão midiática sobre a reforma e agrária e os seus sujeitos. Sendo assim, o território é negativado pelos ‘urbanos’ como também pelo campesinato tradicional, gerando preconceitos, visões distorcidas. Os jovens, quando perguntados, falaram sobre a visão do de “fora” sobre os assentados:



*“eles brincam comigo, eu brinco com eles... a minha infância foi mais aqui, minha vida foi pouco na zona urbana... eu morei um pouco em Salvador, fui estudar... Voltei a morar com eles, agora vou continuar aqui, procurar o melhor pra gente, penso que nasci pra ficar no campo, na roça mesmo... A cidade grande me assusta um pouco, é muito perigoso, mas aqui podia ter oportunidades também né?” (Cristiano, 22 anos).*

*“eu não sou sem terra... Meus pais tem terra, eu tenho mais terra do que essas pessoas que me dizem” (Juba, 14 anos).*

*“Eu sou assentada... Eu digo a pessoa que não sou sem terra, eu tenho muita terra” (Aline, 14 anos)*

*“aqui só o povo do Guerreiro que tira onda de nossa cara, joga piada pra nós, que a gente invadiu a terra... Minha mãe conquistou isso aqui, não invadiu!” (Tai, 13 anos)*

*“Na rua já me chamaram de sem-terra, eu levei na brincadeira... (risos)” (Guegueu, 17anos).*

*“Chamam a gente de sem-terra, de gente da roça. É, da roça a gente é! Mas temos terra! Eu fico meio chateado, mas fazer o que, não posso brigar. O povo tem preconceito da gente e isso machuca” (Chori, 16 anos).*

*“a galera enche sim, mas eu acho que é por causa da televisão, eles acham que todo mundo é sem terra. Sem Terra é quem não tem terra e a gente tem, a dos nossos pais. A gente não anda ai pedindo terra e nem anda falando que é sem terra, a gente não é, mas o povo ai fora acha” (Tripa, 17 anos).*

Quando os jovens começam a ter os primeiros contatos com a cultura citadina, Rossato e Rossini (2006) afirmam que é comum terem vergonha de assumirem como rurais e negam sua identidade de camponeses colocando-se em uma posição inferior aos jovens urbanos.

Este conflito entre a visão do “de fora” e a cultura local se refere às relações sociais existentes em espaços delimitados e pequenos, onde se estabelecem formas específicas de representação, com códigos comuns segundo Featherstone *apud* Abramovay (2002). Para Albagli (2004, p. 28), “*sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico*” significa a caracterização de uma noção de territorialidade, onde as relações sociais e a localidade estão interligadas, fortalecendo o sentido de identidade, e refletindo um sentimento de pertencimento. Fortalece essa compreensão afirmando que a territorialidade é “condicionada por normas sociais e valores culturais”. Esse processo de construção

territorial, Santos (2000) denomina de re-territorialização, ou seja, a “redescoberta do sentido de lugar e da comunidade” perpassa também, entre outros aspectos, pela valorização e expressão de sua territorialidade, como visto:

*“Lá eu morava na zona rural, era mais perto, aqui é mais longe... mas eu penso que aqui é bom porque a gente planta e colhe, a gente vê depois a farinha pronta e pensa que a gente fez tudo desde o início, isso é muito bom... mas aqui tudo é com esforço, a gente não tem quase apoio, pra gente jovem assim é bom que a gente sente que pode crescer, só não sabe pra onde, quanto que a gente vai crescer, se não der sai!” (Junior, 16 anos).*

*“eu acho aqui bonito, tem bichos pra tudo que é lugar que a gente olhe. Tem muita natureza, bastante água. Agora que cada um está aqui em seu lote, é bom... A gente faz as coisas, cada um cuida de si, e ainda um ajuda o outro. O pessoal vem aqui pra casa de farinha, trabalha junto” (Teta, 18 anos).*

Essa redescoberta do sentimento de pertencimento ao lugar é reforçada por diversas proposições de diferentes autores que, contestando as teorias de aculturação que ocorreriam com o processo de modernização (ou de globalização), sugerem que as novas construções identitárias têm ocorrido com um reencontro com tradições culturais (Carneiro, 1998; Billaud, 1996; Jollivet, 1984; Jean, 1997). Ou seja, há uma interação entre as culturais externas com as culturas locais, cujo resultado se difere entre os diferentes territórios. Mas a presença da cultura local persiste importante na formação da identidade do território, dando-lhe contornos específicos. No entanto, essas mudanças promovem novas relações de poder de reagrupamento social, Jollivet (1984). Para esse autor, o local se manifesta permanentemente e é construído a partir da memória coletiva e das relações sociais que são formadas pelas interações locais e externas. Segundo Kuper *apud* Abramovay (2002), as diferentes culturas são convenções transmitidas socialmente, dinâmicas e mutáveis, e refletem conjuntos de idéias e valores.

Desse modo, pode-se entender a questão do processo de construção territorial como uma integração entre os condicionantes das sociedades e da natureza, ou seja, do conjunto e atributos existentes ao nível do território. Nesse sentido, Sabourin (2002, p. 37) afirma que “o enfoque territorial considera, sobretudo a valorização coletiva e negociada das potencialidades das localidades, das coletividades ou das regiões, chamadas de atributos locais ou de ativos específicos”. Por sua vez, a institucionalidade, enquanto conjunto de regras e normas que

regulam as ações dos atores locais, o poder estabelecido entre os diferentes grupos de atores, a confiança e a cooperação, é fator que determina a construção social de um território. Esses fatores determinam a capacidade de mobilização local para a construção social e a organização do território, Putnam (1993).

Essa mobilização está fortemente influenciada pela ação das chamadas coletividades territoriais. No mesmo sentido, Sabourin (2002) ressalta que a idéia de território deve estar sempre associada à idéia de poder, público ou de segmentos da sociedade, ou seja, é um espaço geográfico construído socialmente, marcado culturalmente e delimitado institucionalmente.

Segundo Albagli (2004), é possível se estabelecer formas de fortalecer as territorialidades, “estimulando laços de identidade e cooperação baseados no interesse comum de proteger, valorizar e capitalizar aquilo que um dado território tem de seu – suas especificidades culturais, tipicidades, natureza enquanto recurso e enquanto patrimônio ambiental, práticas produtivas e potencialidades econômicas”. No entanto, a autora alerta para a impossibilidade de se construir essas territorialidades a partir do externo, sem estar baseada no capital sociocultural do território. Esta afirmação é salutar para a juventude do assentamento, visto que inevitavelmente são observados como o futuro, os laços de valorização não parece atingi-los, como percebido:

*“aqui não tem, a gente busca fazer alguma coisa, mas é difícil, não estimula não, eles não acreditam que nós juventude pode fazer alguma coisa juntos” (Tripa, 17 anos).*

*“aqui não tem muito assim pra gente. Aqui tem muitas dificuldades para a pessoa ter projetos, uma certa dificuldades... O que me faz feliz é uma pessoa trabalhar na terra pra ver ela se desenvolvendo, nós jovens podemos ver isso... meu sonho aqui pra gente é ter lazer, lugar de educação... quando tem hora vaga eu gosto de ler, encontrar minhas colegas, a gente tem que se desenvolver” (Juba, 14 anos).*

*“às vezes aqui é chato, nem lugar pra jogar bola tem. É mais fácil conseguir dinheiro trabalhando lá fora, e a gente vê gente de nossa idade, que aqui tem pouco. É bom sair pra escola, é como ter liberdade” (Guegueu, 17anos).*

Então, todo este processo de valorização do território, de pertencimento ao grupo familiar territorial, de valorização da luta dos pais, de superação em certa

medida dos conflitos inter geracionais é referido pela falta de perspectivas. O jovem em seu cotidiano percebe cada vez mais, o assentamento como um lugar pouco valorizado e estimulante. Os pais, avós e demais parentes parecem ter papel crucial neste sentido, sobretudo de oportunidades e percepção dos anseios destes jovens, e, soma-se a isso, a importância de políticas públicas contextualizadas e efetivas para os jovens rurais, visto que o cenário histórico mostra que estes jovens, para acessar a terra, terão que, assim como os pais, lutar por seu lote de terra, tornando a reforma agrária, um degradante ciclo vicioso, sobretudo no processo de reprodução familiar da terra, na busca por novos assentamentos para a manutenção de sua história e da impossibilidade de divisão do lote e de permanência na terra.

#### **4.5. Territorialização e cotidiano como estrutura de uma identidade em construção**

Diversos trabalhos sobre populações camponesas no Brasil têm demonstrado a importância da relação entre território e parentesco. Nesta chave, o acesso à terra é garantido "pela via hereditária, isto quer dizer que alguém tem direito virtual de 'dono' sobre a terra não simplesmente porque é um indivíduo, mas porque o é enquanto filho e herdeiro. Na definição da herança igualitária, assim, está imbricada uma definição estrita das relações de parentesco, seguindo o critério prioritário da filiação", dito por Paoliello (1992), esta visão, naturalmente associada às comunidades chamadas 'tradicionais'.

Porém, no assentamento, parentesco e território, juntos, constituem identidade, na medida em que os indivíduos estão estruturalmente localizados a partir de sua pertença a grupos familiares que se relacionam a lugares dentro de um território maior. Se, por um lado, temos território constituindo identidade de uma forma bastante estrutural, apoiando-se em estruturas de parentesco, podemos ver que território também constitui identidade de uma forma bastante fluída, levando em conta a concepção de Barth *apud* Paoliello (1992) de flexibilidade dos grupos e, sobretudo, a idéia de que um grupo, confrontado por uma situação histórica peculiar, realça determinados traços culturais que julga relevantes em tal ocasião, como ocorre entre os assentados.

A trajetória dos pais, associadas direta ou indiretamente ao campo, unificada ao valor de luta e agregada ao processo de reforma agrária, gera a valorização da terra conquistada. Ainda que seja de forma “artificial”, a visão da terra como bem simbólico, na perspectiva do seu acesso, é remetida na família como um capital simbólico, como um bem familiar. Os jovens entendem os seus lotes como sendo:

*“aqui é da família toda, somos todos juntos. Mas a gente sabe que não pode dividir, que aqui é de todo mundo. A gente divide assim, tem um que planta ali, mas o lote mesmo é da gente, isso me faz pensar como será, assim, quando eu quiser ter o meu... Ou sempre ficaremos aqui juntos ou teremos que mudar, mas eu preferia mesmo era ficar aqui junto, fazer crescer este aqui nosso!”* (Teta, 18 anos).

*“aqui é de meu pai e de minha mãe, não é meu. Acho que um dia terei algo meu, mas será minha casa, não minha terra, não quero terra porque não quero plantar. Meus pais gostam disso, é bom pra eles. Mas minha irmã já mora em Salvador, eu quero ir com ela, estar lá. Ela só vem aqui pra ver a filha dela e ver a gente, assim é bom!”* (Guegueu, 17anos).

Percebemos que a situação para os/as jovens que são filhos de pequenos agricultores é ainda mais agravante, já que, a evasão do campo acontece tendo em vista que “o motivo é, sobretudo, a sobrevivência. O lote de seus pais já não poderá prover-lhes o sustento quando casam e constituem família” (MORISSAWUA, 2001, p. 213). Essas falas questionam acerca de uma identidade construída em um assentamento, sendo este um espaço novo e tão dinâmico. O processo de formação dos assentamentos, respondem, sem certa medida ao aparente como um paradoxo: luta por terra em contrapartida à divisão da terra familiar. A organização territorial, a construção de uma nova paisagem, a identificação dos camponeses com o novo espaço geográfico, a constituição da realidade a partir da territorialidade serão elementos a serem abordados na dimensão dos Assentamentos.

As características, os conceitos, as peculiaridades são os mais diversos sobre o que vem a ser um assentamento. No contexto mais universal significa ajustar, como diz Beledelli *et al* (2005), colocar no seu devido lugar o que está fora. Se olharmos por uma dimensão, ainda segundo a fonte, mais política, seria resolver o problema das pessoas que não tem moradia e foi assim que os governos iniciaram o uso desta palavra. Porém, para os assentados, significa a terra conquistada a partir de todo o processo de luta e organização, àquela onde já se pode produzir e morar

constituindo um novo espaço social. Vejamos, por exemplo, o conceito de assentamento do MST (Caderno de Cooperação Agrícola, 1998):

(...) precisamos avançar no entendimento de que os assentamentos não são apenas uma unidade de produção. Mas, acima de tudo, são um núcleo social aonde as pessoas convivem e desenvolvem um conjunto de atividades comunitárias na esfera da cultura, lazer, educação, religião, que precisamos estar atentos para que os assentamentos cumpram sua missão histórica para semear as mudanças no meio rural (p. 11).

Ao analisarmos o conceito do MST verificamos que assentamento deve ser visto como um processo histórico em construção, onde deve se considerar desde a formação do latifúndio até a sua instalação, considerando que ele foi destinado para fins de reforma agrária. Por essa razão este território sofre profundas transformações e passando por transições, este espaço local é olhado como algo que está sempre em movimento estabelecendo novas relações sociais, políticas, culturais e econômicas em decorrência daquilo que a realidade vai apresentando em seu contexto.

Os assentados na medida em que são des-re-territorializados, ou seja, são desenraizados de seus lugares onde mantinham historicamente suas atividades tradicionais, são obrigados a enfrentar novos desafios advindos da necessidade de readaptação no novo território, agora na condição de assentado. Assim, os assentados na busca de construir uma nova identidade, buscam um novo sentido para sua existência, e assim constituem um reforço aos processos políticos e culturais de afirmação de valores mais significativos e solidários.

*“Eu dou opinião nas coisas daqui, a gente trabalha muito, se for plantar em algum lugar eu acho que é outro, ele às vezes aceita, outras não, esse lote são de nós, aqui a gente divide as tarefas... eu tenho uma parte que eu planto o que eu quero, nesta parte eu planto mandioca e ainda faço minha própria farinha, depois junto com o de meu pai e a parte que vende, tenho a minha, é bom porque eu junto um dinheiro e tenho algo que é meu...” (Junior, 16 anos).*

Trazem consigo sua cultura anterior, passando agora pela construção de uma nova identidade, uma nova territorialidade a partir da organização do assentamento. Em seu estudo da Geografia Cultural, Claval (1999) destaca que a cultura tem uma influência muito grande na constituição do espaço. As relações que os indivíduos estabelecem com o espaço vão demarcando seus lugares e suas culturas. O espaço é demarcado, apropriado, institucionalizado, qualificado, sinalizado. Referindo-se

que o território é a ocupação do lugar do espaço, que este, trata-se da delimitação de fronteiras, dos lugares, das regiões, das nações, confrontando-se as culturas, onde jovens sintetizam como um processo de retomada do processo de re-elaboração de sua identidade, territorializando-se:

*“ser do campo é trabalhar no campo, é labuta... levar almoço... não dá pra comer... o cara que trabalha no campo sofre...”* (Junior, 16 anos).

*“a vida aqui tem dificuldade, mas dá pra meu pai trabalhar”* (Juba, 14 anos).

*“no campo o transporte é difícil, não tem muito... O trabalhador rural tem como expandir na terra, não aqui... Não tem muito, dividir para os filhos... Aqui tem ar puro, na cidade as pessoas têm muitas doenças... A pessoa ter sua vida no campo é fazer sua vida fora, estudar... Isso é ser jovem no campo”* (Juba, 14 anos).

Quanto à vida no assentamento de reforma agrária e de como o camponês trabalha a sua dimensão cultural, observamos que é muito forte o sentimento de possuir um pedaço de chão e de como trabalhar com ele. Ao pensar de como irá organizar o seu lote, o camponês busca conhecimentos acumulados em sua história de vida, colocando em prática a sua herança cultural, resgatando jeitos que muitas vezes já estavam esquecidos. Mas, também passa a adquirir novos conhecimentos quando se defronta com um espaço totalmente desconhecido. É então que aparece o desafio de juntar o aprendido com o que deverá aprender. Aprender é olhar para o espaço do seu mais novo território e observar nele o que ele oferece no aspecto da produção de alimentos, no lazer, nas atividades culturais, na organização política, nas relações comerciais e de troca de produtos, na distribuição dos lotes, no convívio das famílias assentadas neste lugar e com a comunidade em geral.

Esta é uma dimensão da cultura trazida pelas pessoas: o fazer as coisas pelo que já está automaticamente imbuído em seu ser. E isso se expressa quando os camponeses sem terra chegam ao assentamento e vão construindo suas casas, organizando o local da horta, plantando para subsistência para depois pensar no sentido de olhar o todo, de como construir todas as relações necessárias para a viabilização do assentamento. Edgar Morin ao estudar a cultura e o conhecimento interligados coloca que as manifestações e expressões do processo da construção da cultura se dão através das manifestações, representações coletivas, “consciência

coletiva”. “(...) Cultura e sociedade estão em relação geradora mútua; nessa relação, não podemos esquecer as interações entre indivíduos, eles próprios portadores / transmissores de cultura, que regeneram a sociedade, a qual regenera a cultura” (MORIN, 2001a, p.19).

Na medida em que se desencadeia a organização do assentamento e os desafios se apresentarem, os camponeses tomarão consciência da realidade existente e do construir de um novo espaço. Apreenderão certamente a organização da produção do assentamento, a comercialização dos produtos, o cuidado com a mãe terra, as relações sociais, a estrutura da sociedade, a dimensão das relações políticas, a construção coletiva do trabalho, o cuidado com as crianças, com os jovens, com os adultos, com os idosos, enfim com uma vida mais sustentável. Uma nova construção cultural se apresenta para o camponês, assim sendo aos poucos se estruturará uma nova identidade coletiva, a partir do novo espaço territorial do assentamento.

Esta identidade se vinculará a este lugar e espaço em movimento, e com o que existir nele. (...) “A identidade territorial, ou seja, um conjunto concatenado de representações sócio-espaciais que dão ou reconhecem certa homogeneidade em relação ao espaço ao qual se referem, atribuindo coesão e força (simbólica) ao grupo que ali vive e que com ele se identifica”, Haesbaert (1997). Os símbolos e imagens que materializam a identidade só adquirem valor quando incorporados a processos voluntários coletivos, a partir de uma perspectiva interna. Isso tende a se expressar numa tomada de consciência política que dá ao conceito de identidade um sentido territorial. No caso de um assentamento, o criar deste novo espaço perpassa uma construção de sua identidade quando na maioria das pessoas que moram neste local se identificam, por exemplo, com a organização política que é o movimento.

*“aqui é mais calmo, não tem tanta poluição sonora e do ambiente... a gente aprende muito, eu aprendo muito com meu sogro, mas é diferente da roça... Lá na roça, a gente pensa em comprar mais terras, em aumentar, faz parte do sonho, aqui não, não pode comprar, isso é difícil” (Cristiano, 22 anos).*

*“eu não planto, na verdade, não porque gosto, faço quando tem que fazer, quando minha mãe pede, eu gosto de fazer outras coisas, ela também eu acho, faz porque não tem outro jeito, aqui eu acho difícil*



*mesmo, a gente podia fazer outra coisa, mesmo estando aqui... sei lá, eu queria até gostar mais daqui, de estar aqui, mas como é que pode?" (Aline, 14 anos).*

Assim, passando a compreender como funciona a estrutura da organização sócio-política, suas atitudes irão revelar o sentido da vida do movimento. Também podemos identificar quando o coletivo pensa uma estratégia única de organização da produção do assentamento, a viabilização para cada família, como a renda será distribuída. Cria-se neste momento condições para que a coletividade partilhe os seus desejos e desafios, aumentando a cumplicidade do grupo e a identificação com algo. Neste caso podemos nos referendar nos estudos realizados por Haesbaert. "Identificar, no âmbito humano-social, é sempre identificar-se, um processo reflexivo, portanto, e identificar-se é sempre um processo de identificar-se com, ou seja, é sempre um processo relacional, dialógico, inserido numa relação social" (1997, p. 148).

Além disso, como não encaramos a identidade como algo dado, definido de forma clara, mas como um movimento, trata-se sempre de uma identificação em curso, e por estar sempre em processo / relação ela nunca é única, mas múltipla" (HAESBAERT, 1997, p.175). Este movimento em curso poderá acontecer nesta identificação dos sujeitos com suas próprias origens, tentando no grupo onde estão inseridos aqueles que são os seus iguais, quanto no grupo como um todo, construindo uma nova identidade diante do próprio coletivo, onde estas falas acerca da escolha do assentamento como um espaço de (con) vivência que seguem e são importantes para esta reflexão:

*"Seria, porque não? Não vejo nada diferente... o difícil é trabalhar e estudar, chegar uma hora da manhã e acordar cedo... é difícil, mas a gente sempre fez isso lá, meus pais também!" (Junior, 16 anos).*

*"eu escolheria ser assentada, aqui se começa... Aqui é mais calmo, aqui eu quero ser feliz" (Aline, 14 anos).*

*"não, se eu pudesse escolher eu não seria assentado, aqui não tem a ver com a gente, meu pai era jardineiro em Salvador, mas eu morava no asfalto, ele que ia pegar na terra, que nunca gostei..." (Guegueu, 17anos).*

*"Acho que sim, seria sim. Seria, mas talvez se eu não soubesse o que é. Quando viemos pra cá, a gente não sabia o que era, o que ia encontrar, mas tem coisas boas e coisas ruins, a gente tem que saber" (Chori, 16 anos).*

Neste caso existe uma identificação simbólica com suas raízes culturais, e com o concreto que são as novas relações com seu coletivo. Quando as raízes culturais são trazidas para os grupos das famílias assentadas, percebe-se a necessidade de estarem próximas. Na organização do espaço do assentamento, ali se encontram os que se identificam, e aos poucos o espaço torna-se de seu jeito, na casa, no lote, nas propostas trazidas para o conjunto do assentamento.

Outra dimensão que também podemos observar está relacionada à identidade com o território onde estão inseridos os sujeitos, como coloca Haesbaert, uma identidade sócio-territorial. (...) "Trata-se de uma identidade em que um dos aspectos fundamentais para sua estruturação está na alusão ou referência a um território, tanto no sentido simbólico quanto concreto. Assim, a identidade territorial quando o referente simbólico central para a construção desta identidade parte do ou transpassa o território" (HAESBAERT, 1997, p. 178). Talvez para os assentados, a identificação com o território passa a construir sua identidade territorial na medida em que sua luta foi intensa por este pedaço de chão.

*"minha vida era melhor antes, a gente ficava um pouco mais a vontade, tinha água encanada, facilidade pra transporte... aqui tudo é difícil, a gente fica pensando em melhorar, tem que melhorar, ainda mais que eu crio meus dois filhos aqui, neste lugar. Moro aqui com mainha e painho, mas daqui a pouco tenho que ter o nosso, criar eles com nosso suor, eu penso que vai melhorar... Eu sei é que tenho que dar continuidade aos meus pais, seguir o exemplo deles, eles lutaram pra isso aqui, pra ter isso aqui, pra gente ter isso aqui, a gente tem o dever então, temos que ter isso aqui como coisa que é nossa..." (Teta, 18 anos).*

Este chão passa a ser a sua simbologia e também o sonho transformado em algo concreto, a sua terra. Neste espaço concreto sócio-territorial que é o assentamento, a perspectiva e a esperança, estão em transformar aquele sujeito que não se considerava mais incluso na sociedade, em sujeito participativo e ativo na sua própria reconstrução, no coletivo ou grupo em que está inserido. Ao construir este espaço ele projetará este novo a partir do seu vivido, do seu contexto histórico e do imaginário social, daquilo que é mais forte em sua história. A sua identidade passa a ser o seu território com suas referências anteriores ou não. Pode então construir realmente o novo a partir da identidade de ser um assentado sem terra e da sua mais nova cidadania.

Branco (2003) afirma que para compreender a novidade desse lugar (aqui tido como o assentamento) e o que ele traz para a identidade dos jovens que nele atuam, devem-se traçar seus contornos dentro de uma espessura temporal da comunidade. A comunidade que se constrói não pode ser vista como uma consolidação cultural isolada, mas como parte de uma esfera cultural mais ampla nas quais inúmeras significações se entrecortam, produzindo formas específicas de apropriações grupais e individuais.

Para Andrade (1998, p.225) o “território constitui-se, em realidade, em um conceito subordinado a outro mais abrangente, o espaço, isto é, à organização espacial. O território é o espaço revestido da dimensão política, afetiva ou ambas. A territorialidade por sua vez, refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas”. Em uma perspectiva mais sociológica, R. B. Cara (1998, p. 19) considera que o território e a territorialidade estão mais ligados a um processo de tomada de consciência e ocupação sócio-espacial, “o território é uma objetivação multidimensional da apropriação social do espaço. A territorialidade, a qualidade subjetiva do grupo social ou do indivíduo que lhe permite, com base em imagens, representações e projetos, tomar consciência de seu espaço de vida”.

Nesta perspectiva, o Antropólogo Paul E. Little (2002, p.02) compreende “a territorialidade como esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território”.

A territorialidade seria a manifestação das formas de ocupação, uso, permanência e controle do território, relação essa construída historicamente (ou não), e por consequência engendrando dinâmicas sociais, econômicas, políticas, culturais singulares, manifestações existentes, preexistentes, ou até estranhas ao território. Tais territorialidades podem ter origem endógena (quando as potencialidades de determinada localidade são valorizadas e trabalhadas pelas pessoas, grupos étnicos e pela sociedade civil local), ou ter uma origem exógena (quando uma empresa ou multinacional se aloca espacialmente para se beneficiar de aspectos econômicos, sociais e naturais).

Nesse sentido a territorialidade é quem molda, constrói, controla, e usa territórios nos tempos atuais. Os atores sociais e agentes governamentais criam territorialidades, ou melhor, formas de ocupação, controle e uso espacial. E dependendo de qual interesse esse ator promova, contribui de certa maneira para “a expansão do território, ao mesmo tempo em que promove a ampliação da territorialidade, provoca a desterritorialidade nos grupos que se sentem prejudicados” (ANDRADE, 1998, p.214).

Assim, pensar nos jovens do Assentamento Ana Rosa, ressaltando noções como pertencimento e identidade, é constatar que, ao serem inseridos na dinâmica territorial imbricada pelo processo artificial da vida rural no assentamento, a noção de pertencimento está muito mais ligada ao vivido e concebido por seus pais, do que uma autêntica noção de pertencer àquele lugar. Isso em parte se deve, à observância dos jovens em relação ao que lhes espera. Parecem antever que pertencer ao Assentamento é entender que se trata de um território que impossibilita a reprodução social, onde sair para a manutenção da sobrevivência se demonstra como inevitável. Nesse sentido, pode-se falar nessa extensão assentamento-urbano como território vivido em um continuum, ou simplesmente território simbólico, para os jovens assentados.

Aqui, faz-se importante lembrar o que afirma Seyferth, que nos seus estudos avanta que a busca de empregos remunerados pelos jovens do meio rural, como assalariados, “é sempre “obrigação” ou “exclusão” (...) a exclusão da herança da terra, subdivisão da propriedade (...)”. “os filhos são encaminhados para uma profissão assalariada desde cedo, exatamente porque não existem condições objetivas de fazê-los colonos de tempo integral.” (Seyferth, 1993, p. 14). Assim, a representação dos jovens sobre a atividade agrícola, indicando a existência de barreiras concretas à inserção destes jovens na mesma, tais como a falta de acesso à terra (seja pela exclusão na herança da propriedade familiar, pela posse de uma área de tamanho insuficiente para sua reprodução ou pela inviabilidade de uma exploração agrícola familiar calcada em parceria ou arrendamento) e, como dizem alguns jovens, a falta de incentivos para a agricultura, surgem não como tangências ao problema, mas como o próprio problema, vistas nas falas já demonstradas pelos jovens.

Então, no território do Ana Rosa, um aparente paradoxo se afigura: que elementos nas falas dos jovens, que elementos o fazem afirmar, ser o assentamento um espaço de vivência e um espaço degradante? Porque em seu imaginário, a fuga para uma natureza, a tranqüilidade e a não violência, se contrapõem à distância, a falta de possibilidades? Porque o grupo (aqui, os jovens) sempre surge no intuito de mudança, de agregação e, a família, como estagnação, manutenção de uma lógica?

Trata-se de uma contradição que se afirma segundo um território simbólico instituído. Neste sentido, não se nega a identidade camponesa re-criada por seus pais, antes e agora, no processo de assentar-se. Identidade esta que é transmitida no discurso de luta pela terra, de valorização do lote pela luta, pelo conflito. Ao mesmo tempo, a identidade construída eminentemente pelos jovens é a geracional, de quase unicidade nos discursos, de valorização da mudança, de inconformismo, de busca por melhores condições sociais. Assim os jovens visibilizam-se, trazendo a compreensão da lógica do projeto político que é a reforma agrária, colocando-se como categoria afetada por este processo e emitindo soluções que permeiam, quando se trata de permanência no meio rural (buscar um novo lote) ou a saída (trabalhar na cidade). Não se trata, neste último caso, de uma simples rejeição ao rural, mas do urbano visto positivamente por constituir um centro de serviços e oferecer possibilidades de progresso e educação, como complemento necessário à vida no meio rural, como nesta fala:

*“o que eu acho ruim é que a gente não cresce na terra, não divide, fica tudo igual... uma hora a gente tem que se afastar da família, pra morar em outro lugar, só se der sorte de achar um lugar perto...”*  
(Cristiano, 22 anos).

Nesta fala, o jovem não transmite a noção de urbano, mas de que a saída é um fato. E nesta perspectiva, a possibilidade de permanência no meio rural tem sintonia com as possibilidades que à frente surgirão. Mas e quando não é possível a permanência no meio rural? No caso do Assentamento, nas áreas de reforma agrária em geral, a noção de que a sucessão geracional na agricultura familiar é de grande importância, não apenas para os membros da família diretamente envolvidos, mas também para a reprodução dessas unidades de produção ao longo do tempo, o tecido social e a aparência das áreas rurais, assim como a estrutura do setor agrícola, são arrefecidos pela *indivisão* do lote. Logo, o dilema se institui: como

o lote pode ser produtivo, se no futuro, apenas um dos membros da geração seguinte o acessará? E esta é a preocupação dos jovens: como poderei prosperar aqui?

Neste ponto, a necessidade de buscar estratégias familiares alternativas, que permitam a manutenção da propriedade e do estatuto de agricultor e a reprodução dos filhos; a determinação de quem será o sucessor e como se dará a transmissão da exploração, tendo em vista a indivisibilidade da propriedade, visto que a inviabilidade da permanência de todos os filhos na propriedade familiar, a transmissão do patrimônio certamente irá beneficiar apenas um dos herdeiros; para os demais, o único caminho possível é sua saída do meio rural (SEYFERTH, 1985; 1993).

Algumas pesquisas sobre comunidades rurais centenárias apontaram para o costume de privilegiar, com a herança da terra, o filho mais jovem, geralmente do sexo masculino, o qual, ao assumir a propriedade, responsabilizava-se pelo cuidado dos pais na velhice (Moura, 1978; Tavares dos Santos, 1978). Os filhos excluídos da herança da terra eram encaminhados para regiões de expansão da fronteira agrícola, para o seminário ou convento; as moças recebiam um dote simbólico que as tornavam aptas a casar com algum agricultor.

Mais recentemente, constata-se a mudança nos padrões sucessórios, devida em parte à significativa redução do número de filhos e em parte a mudanças nas relações familiares que possibilitam aos jovens buscar alternativas individualizadas. A mudança da noção de tempo, apontada por Leccardi (2005), também afeta os jovens rurais e suas expectativas de vida. Em muitos casos, os estabelecimentos ficam sem sucessores; em outros, algum filho, não necessariamente o mais velho ou o mais jovem, assume o estabelecimento após a aposentadoria ou a morte do pai; ou é a filha que se torna a herdeira da terra.

Viera (2004) chama a atenção para o fato de que os projetos dos jovens são vistos por eles mesmos como sem possibilidades de concretização. De acordo com a autora, Heilborn e outros, focalizando as classes populares, afirmam que “o estreito horizonte de oportunidades restringe a possibilidade de planejamentos futuros e de previsões a médio ou longo prazo”. Em decorrência disso, há uma

espécie de *presentificação* da vida e a idéia de projetos cede lugar à de sonhos (HEILBORN, 2002: p.29).

Estes sonhos, esta representação do futuro se explica pelo pertencimento através do *território simbólico*, que está além do território do assentamento, ele subscreve os anseios dos jovens e a sua não submissão a esta lógica, que ao mesmo tempo se confronta com a realidade. Este território e suas (im) possibilidades é foco do capítulo seguinte.

## **5. A reforma agrária como lócus de um novo paradigma de ruralidade: o território simbólico e a construção de dilemas**

(...) a luta pela terra empreendida pela classe camponesa não conhece apenas um formato. Deste modo, a ocupação da terra, o cortar da cerca, o acampamento não pode ser considerado o divisor de águas do campesinato. Na realidade, são habitus específicos a desenhar ações diferenciadas na busca do mesmo sonho: um pedaço de chão (...). Na beira da estrada, na cozinha do fazendeiro, nas fileiras dos sindicatos, nas diversas parcerias na terra do outro. Enfim, fora e dentro da terra, a luta pulsa numa mesma direção: a terra de trabalho. (ALMEIDA, 2003: 27)

De acordo com Leite (1995), os assentamentos promovem diferentes mudanças no território, como as que são ligadas ao poder local, às questões relacionadas à participação política e formação de políticas públicas, às formas de organização social e produtiva e às questões ambientais. O processo de formação do assentamento apresenta demandas por ações de saúde, educação, transporte, apoio à produção, que se somam e, às vezes, disputam com as de outras comunidades locais, não beneficiadas e sem nenhuma atenção pública especial. Como consequência, essa sobreposição de demandas pode dificultar a integração entre camponeses que lutam pela terra (assentados da reforma agrária) e moradores das comunidades nas quais ocorre a implementação dos assentamentos (comerciantes, pequenos produtores rurais).

O campo passa a comportar novas ruralidades criadas, entre outros, a partir do uso do espaço rural para atividades recreacionais e turísticas e pela valorização do potencial das populações rurais para contribuir para o desenvolvimento de formas sustentáveis de manejo da natureza e conservação do meio ambiente – a proposta da agroecologia nasce neste contexto. Também são engendradas novas formas de resistência e de luta.

Ainda mais do que outros setores, o campesinato e os povos indígenas na América Latina rural estão sendo esmagados pelo fardo da integração econômica internacional e a quimera da propriedade motivada pela abertura do mercado. Diferente de muitos outros grupos sociais, entretanto, muitas sociedades rurais estão



reinvidicando com sucesso seus próprios espaços, territorial e / ou político, onde eles estão procurando construir alternativas ao ataque da globalização (BARKIN *apud* PAULINO e FABRINI, 2008).

A emergência da luta pela reforma agrária é resultado, segundo Marques *in* Paulino e Fabrini (2008), de conflitos desencadeados no campo em uma fase caracterizada pelo forte crescimento econômico do país, com mudanças significativas na cidade. Sua ampla disseminação se dá, porém, quando o país reafirma a sua opção por um modelo de agricultura extremamente excludente e as oportunidades de trabalho na cidade tornam-se mais estritas. A reforma agrária surge como alternativa de trabalho, morada e reprodução social para um número crescente de trabalhadores pobres que, dada a baixa qualificação em relação às atuais exigências do mercado, dificilmente encontrariam melhor forma de inserção produtiva.

A base social que luta por reforma agrária mudou. Além de trabalhadores rurais sem terra residentes no campo, ela também reúne uma população urbana pobre formada por empregados ou desempregados do campo e/ou da cidade que buscam assegurar uma vida e um trabalho dignos e proteger a família da desestruturação econômica e social.

*“eu morava na cidade, em Catu. Eu era bastante namoradeira, gostava de ir para a escola, festa, espero aqui ter uma vida. Ainda não tenho, o que está pra gente aqui? Acho que nada né? Minha mãe fazia outras coisa lá, mas ficou sem trabalho, conseguiu este lote aqui, este pedaço de terra, mudou tudo isso”* (Aline, 14 anos).

Apesar de toda a heterogeneidade social dos sem-terras, os assentamentos de reforma agrária constituem espaços nos quais se tem verificado a recriação de formas de organização social, econômica e territorial camponesas. A criação do assentamento é acompanhada por um conjunto de medidas que formalizam o reconhecimento do Estado de seu dever de assegurar o acesso a direitos básicos. Há um processo de recriação e territorialização camponesa em curso que corta o território brasileiro e lhe impõe novos paradigmas, decorrentes das novas maneiras como se organizam e se auto-definem os diferentes grupos.

A imagem da Juventude Rural é marcada pela imagem de uma juventude do campo que é atraída para a cidade, através do fascínio da vida moderna. Esta imagem não é nova, atravessa as décadas de estudo sobre o tema, e não se

restringe ao Brasil, estando na ordem do dia nos chamados países em desenvolvimento. Este olhar consolida uma percepção de “jovens rurais” em oposição à “jovens urbanos” e a de que os “jovens rurais” têm como principal sonho tornarem-se “jovens urbanos. O “problema” do “êxodo” ganha força percebido a partir do processo de “reforma agrária” no Brasil, onde os “jovens”, filhos de assentados rurais estariam abandonando os campos. No entanto, apesar da grande importância das políticas voltadas para o meio rural, a “juventude rural” é alvo de pequenas iniciativas no que concerne às políticas públicas voltadas para juventude, que tendem a ter como público-alvo “jovens urbanos” (Silva, 2007).

*“rapaz, sonho o seguinte: a gente tem que melhorar, não pode ficar na mesma saca? Acho que eu podia estar lá fora e ajudar meu coroa aqui, tipo, já fiz isso, trabalhando na padaria, eu gostava, acho que vou ir de novo, lá eu tinha mais oportunidades, aqui, a gente ajuda a plantar mas é pouco, o que gente quer mesmo é desenvolver sem ter que plantar, fazendo outras coisas” (Chori, 16 anos).*

As dificuldades enfrentadas pelos jovens se assentam, em primeiro lugar, na falta de um modelo agrícola voltado para os pequenos agricultores de um modo geral, como o agricultor familiar e o assentado de reforma agrária. O modelo econômico vigente tem deixado o agricultor cada vez mais pobre. A diminuição da renda faz com que grande parte da população do campo abandone a área rural, dirigindo-se aos centros urbanos. A juventude sofre profundamente as conseqüências desse modelo perverso, não contando com possibilidades mínimas na área da educação e da ocupação produtiva, carecendo também de alternativas em equipamentos de lazer, cultura e saúde.

*“não acho ruim ser jovem no assentamento. As pessoas acham que nós jovens não queremos trabalhar, eu trabalho e quero trabalhar mais e mais, quero ter casa de farinha, ter projetos, participar das coisas relacionadas a agricultura e ter frutos, mas temos que ter algo pra ter, pra se divertir, pra também não achar que nossa juventude não teve, que não pudemos curtir” (Juba, 14 anos).*

O desafio é pensar juventude a partir destas diferentes realidades de vida, buscando políticas públicas que ultrapassem as muitas fronteiras e valorizem as diferentes formas de inserção dos jovens, sejam urbanos ou rurais. A juventude tem um papel fundamental como transformadora da realidade, para isso se faz premente a viabilização de políticas públicas para as populações do campo, a fim de que o meio rural possa oferecer condições de acesso a lazer, cultura, trabalho, geração de

renda com independência financeira, para ele tenha condições de realizar a opção de dar continuidade ou adquirir a sua propriedade no meio rural é premente.

O rompimento daquele isolamento parcial dos camponeses (chamado pelo autor de localocentrismo), que permitia uma resistência à cidade, e o conseqüente desaparecimento dos valores camponeses, vistos, a partir daí, como inferiores, explicitam a crise do modo de vida camponês. Esse fenômeno apresenta certa homologia com a realidade brasileira e com o caso em estudo (MELLO, 2008).

O processo de individualização na modernidade, descrito por Elias (1994), caracteriza-se pelo declínio do que o autor chamou de identidade “nós”, que tinha papel central nas sociedades antigas, diante da identidade “eu”, surgida no Renascimento. O que não significa ausência de conflito, mas que sobreviviam somente os grupos que conseguiam alcançar a um *modus vivendi* com certo equilíbrio entre a cooperação e o conflito. Tal processo se caracterizou pelo enfraquecimento das corporações, especialmente as relacionadas ao parentesco.

Aqui parece se configurar uma importante meta para o desenvolvimento dos assentamentos, ao nos darmos conta de que, mais do que uma questão econômica, a busca de um equilíbrio na sociabilidade parece ser crucial em locais conflituosos, como costumam ser os assentamentos. Em outras palavras, nos assentamento, à medida que a balança identitária pende para o “nós”, a perspectiva é o alcance de maior estabilidade e, com isso, uma menor evasão. Todavia adotar a idéia que aponta para a centralidade de valores tradicionais entre os assentados, como uma possível resistência do “mundo tradicional”, não vem no sentido de substancializar “o moderno e o arcaico”, mas sim de compreender o processo social de forma relacional e interdependente.

Como os assentados, diante do processo cada vez maior de atração urbana, conseguem construir laços sociais que minimizam a evasão? É, pois, na noção de reciprocidade que encontramos os mecanismos de sua construção. Ela é entendida aqui, conforme Sabourin (2004), como o ato de dar, receber e retribuir dádivas<sup>18</sup>, de

---

<sup>18</sup> Mauss (1874, p. 157) nota que as famílias, tribos, chefes e reis germânicos se comunicavam através de festas, alianças, penhores, hospedagens e presentes “tão grandes quanto possível”. Batismos, comunhões, noivados e casamentos incluíam banquetes nos quais os convidados poderiam ser “todo um povoado”. Um casamento real germânico lembraria o caso brâmane: o casal

forma, ao mesmo tempo, interessada e desinteressada, porém, reversível (MELLO, 2008).

Para Sabourin (2004), apoiado nas idéias de Marcel Mauss, a reciprocidade é a reprodução da dádiva numa relação reversível entre sujeitos, enquanto o intercâmbio é apenas uma permuta de objetos, ainda que consideremos essas duas categorias como modelos ideais que convivem na vida real. Embora com perspectivas diferentes, autores como Mauss, Levi-Strauss, Bourdieu e Caillé (2002) concordaram que a reciprocidade promove o laço social e a própria idéia de aliança.

*“rapaz, aqui vai ser bom quando eu só vir pra ver o coroa, sacou? Morar mesmo, aqui não é bom, quem diz isso é mentira, a gente passa necessidade aqui, não consegue crescer mesmo. Se aqui tivesse apoio, essas coisas, quem sabe aqui podia ser um lugar bom. Mas já que eu to aqui, saio ai pelos matos, caço, faço coisas pra passar o tempo, gosto de desenhar, assim... Eu viria aqui pra ver meu coroa, ele fez muito por mim, não posso esquecer ele” (Tripa, 17 anos).*

Consideramos que a reciprocidade, embora venha, por um lado, perdendo espaço para o intercâmbio mercantil, por outro, ainda mantém uma participação importante, com seus valores e práticas, como constata Sabourin (2005), em algumas comunidades rurais brasileiras. Mas nem toda reciprocidade é positiva; há relações de reciprocidades assimétricas, do tipo relação patrono-cliente (Wolf, 2003), que podem (assim como as rivalidades criminosas, como veremos num dos casos), ao contrário do proposto acima, prejudicar a formação de laços sociais, seja pelo desincentivo à reciprocidade positiva ou por gerar conflito e medo.

Uma análise dos resultados da reciprocidade entre os camponeses pode ser encontrada na obra de Wolf (2003), cujo conceito de comunidade corporada fechada, construído a partir de estudos com camponeses sul-americanos, revelou que, nas comunidades observadas, gerou-se uma estrutura comunitária coesa e normatizada, com sistema de poder fortemente ligado à religião e ligando-se ao mundo externo, muitas vezes, mediante relações de reciprocidade assimétrica, no caso, a patronagem. Cientes de que não temos como transportar tal conceito integralmente para a nossa discussão, utilizamos a noção de comunidade

---

real recebe não em nome da avareza mas do seu oposto, sua fertilidade sendo aquela de todo o reino; este, por sua vez, é representado pela soma das dádivas recebidas pelos nobres noivos. Como no caso dos tributos, os bens possibilitam ao rei representar o todo.

corporada, sem buscar sua substancialização, e sim nos ater à idéia de corporação, como sugere Woortmann (1995), calcada, fundamentalmente, no parentesco, como sua espinha dorsal. Para a autora (corroborada por Martins, 2003), o parentesco e a reciprocidade são componentes centrais em todas as formações camponesas ocidentais, fato constatado em nossas etnografias.

Um exemplo dos efeitos da coesão social foi apresentado por Elias e Scotson (2000), demonstrando como pessoas de um grupo eram estigmatizadas e hostilizadas (outsiders) por pessoas de outro grupo (estabelecidos), da mesma etnia e classe social, somente por serem mais novas e, portanto, menos relacionadas, na localidade. Os mais antigos se sentiam ameaçados no seu estilo de vida e reagiam com intolerância. Movidos por uma necessidade de ampliar a sua auto-estima, o faziam através da inferiorização do outro grupo. O elemento-chave era uma menor coesão social do grupo mais novo, que tinha laços menos sólidos, por conta da recente imigração e do próprio estigma que eles incorporavam. Situações como essa são recorrentes em assentamentos, incluindo os estudados aqui, de modo que a evasão foi compreendida melhor a partir da identificação desses grupos e de suas relações, inclusive com a observância do papel desempenhado pelos mediadores na potencialização ou contenção de processos de estigmatização.

As discussões em torno do tema suscitado não são recentes. Não há quem desconheça ou negue a existência da questão agrária no Brasil. É também inconteste que esta é uma antiga pendência social! Como afirma José de Souza Martins “esta é uma questão que parece distanciada das condições históricas de sua resolução” (1981, p. 93)

É equivocado que se confunda a questão agrária com as diferentes e sucessivas propostas de reforma agrária. É equivocado, também, que se analise a questão agrária isolando-a a partir dos seus desdobramentos atuais. Neste sentido, oportuno que se recorra, uma vez mais, às palavras de José de Souza Martins:

Ela não é uma questão monolítica e invariante: em diferentes sociedades, e na nossa também, surge em circunstâncias históricas determinadas e passa a integrar o elenco de contradições, dilemas e tensões que mediatizam a dinâmica social e, nela, a dinâmica política. (...) O próprio ato de intervir na questão, de um modo ou de outro, numa perspectiva ideológica ou noutra, já altera a questão

agrária. Não só a atenua ou a agrava como também muda-a qualitativamente, define as possibilidades de nela se continuar intervindo, as condições em que tal intervenção pode ser feita. (1981, p. 89)

Deste modo, é possível pensar a dificuldade de efetivação de um projeto de reforma agrária no Brasil pelo fato de que, os mais variados projetos elaborados nesse sentido, partem do que a questão agrária apresenta na superfície. Até o momento, não se tem trabalhado a questão agrária considerando as suas condições e conseqüências estruturais. Torna-se difícil, portanto, elaborar uma política agrária sem que se conheça a questão para a qual ela é uma resposta.

Inobstante os índices apresentados ao longo de várias décadas, ainda não se pode denominar as ações dos diferentes governos brasileiros, como sendo política de reforma agrária. *Atualmente, é possível falar em política de assentamentos* (RIBEIRO, 2004, p. 156), mantendo-se a dificuldade de efetivação de um plano mais amplo. Para compreender a real natureza dos impasses atuais é preciso remontar à gênese da luta pela reforma agrária e às peculiaridades de seus protagonistas.

Diversos trabalhos sobre populações camponesas no Brasil têm demonstrado a importância da relação entre território e parentesco. Nesta chave, o acesso à terra é garantido “pela via hereditária, isto quer dizer que alguém tem direito virtual de dono sobre a terra não simplesmente porque é um indivíduo, mas porque o é enquanto filho e herdeiro. Na definição da herança igualitária, assim, está imbricada uma definição estrita das relações de parentesco, seguindo o critério prioritário da filiação”(PAOLIELLO, 1992, p,158).

*“a terra aqui é do meu sogro... mais um dia eu terei a minha em outro assentamento ou aqui... eu tenho vontade de ter um lote aqui no assentamento, aqui não pode ter nada dividido, eu tenho que estar aqui, mas eu queria crescer lá fora e continuar aqui”* (Cristiano, 22 anos).

*“eu se tiver que ficar aqui, vou ficar com esse, se meu irmão não quiser... meu pai já trabalha aqui, está melhorando a terra”* (Tai, 13 anos).

Assim, parentesco e território, juntos, constituem identidade, na medida em que os indivíduos estão estruturalmente localizados a partir de sua pertença a grupos familiares que se relacionam a lugares dentro de um território maior. Se, por um lado, temos território constituindo identidade de uma forma bastante estrutural,

apoiando-se em estruturas de parentesco, podemos ver que território também constitui identidade de uma forma bastante fluída, pautada em mecanismos simbólicos no território. Esta concepção do território simbólico é transmitida por Haesbaert (2004, p. 121), é a relacionada com concepção de território simbólico – cultural, “que prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido”. Este espaço vivido tem relação de afeto em virtude da relação que os pais têm com o lote, a questão da conquista. Esta identidade da juventude do Assentamento, ligada ao território, trás características simbólicas, ligadas puramente ao subjetivo. O aspecto material é traduzido no dilema *ficar* ou *sair*.

Na oficina realizada, os jovens em primeiro momento, após um debate acerca do assentamento nos dias atuais, fizeram o seguinte desenho:

**Figura 3:** Representação do PA Ana Rosa nos dias atuais.



**Fotografia:** Davi Silva da Costa, 18/08/2009.

É possível observar elementos do rural de Raymond Williams, cercado por abundante natureza. É possível observar vegetação, rios, estradas com buracos (demonstrando pouca intervenção humana ou o descaso do poder público local no tocante a preocupação com a acessibilidade dos assentados através das estradas). As casas construídas em seus lotes e não se observa pessoas. Esta representação se relaciona com a identidade territorial simbólica que os jovens possuem, correlacionada com a representação de tranqüilidade, natureza, já mencionados. Quando perguntados sobre como imaginam<sup>19</sup> o Ana Rosa no futuro eles desenharam:

**Figura 4:** Representação do PA Ana Rosa no futuro, segundo os jovens do Assentamento.



**Fotografia:** Davi Silva da Costa, 18/08/2009.

Já neste desenho, a urbanização do Assentamento é representada, com fiações e postes e poucos elementos relacionados à natureza, como árvores e rios, vistos no desenho anterior. Este desenho exprime o desejo dos jovens, de terem

---

<sup>19</sup> Os jovens na Oficina, afirmaram que gostam de morar no Assentamento, que não se trata do Assentamento, mas da distância, das dificuldades enfrentadas. Por isso, se pudessem imaginar como seria o futuro, morando no Assentamento, trouxeram para o desenho, o que gostariam que melhorasse, e surge então, a urbanização dele. Quando perguntados sobre os plantios, afirmaram que o Assentamento seria para morar, que seus pais se quisessem plantariam e eles realizariam outras atividades.



acesso a bens urbanos, acesso ao conforto representado pela vida urbana. O desenho tornar-se menos colorido (eles mantinham os pincéis com as mesmas cores). Neste desenho, ainda, as casas encontram-se mais próximas, sem as divisões em lotes, que distanciam um lote do outro, visto atualmente no Ana Rosa, uma organização espacial que se aproxima do rural tradicional. A seguir, outro desenho, elaborado por outra equipe na mesma oficina:

**Figura 5:** Desenho representando o PA Ana Rosa, no futuro.



**Fotografia:** Davi Silva da Costa, 18/08/2009.

Neste desenho, outros elementos sugerem uma urbanização do Assentamento. A escola, igreja, posto de saúde e cemitério, não são encontrados atualmente no Ana Rosa, sugerindo a noção de adequação do Assentamento às necessidades atuais dos moradores. Outro elemento é o asfalto, que separa as casas da vegetação e dos rios. Todos estes desenhos remetem à *presentificação* já discutida, onde o Assentamento atualmente não condiz com os anseios. Nota-se ainda que em nenhum dos desenhos, as atividades agrícolas e as pessoas não foram simbolizadas, ou seja, o Assentamento ainda é distante do espaço de vida que se pretende quando a sua criação.

Assim, o conceito de apropriação parece estar mais ligada ao vivido pelos pais do que efetivamente o vivido pelos jovens no Ana Rosa, onde a transitoriedade, o pertencimento ligado mais à história das famílias do que sobre suas próprias vivências e sobretudo, de constatação de não continuidade, remetem à juventude do Ana Rosa uma identidade desfigurada, circunscrita a elementos simbólicos e subjetivos (quando trata-se do Ana Rosa) e de presentificação, quando se remete ao indivíduo, ao sujeito social.

Estamos, portanto, diante da incorporação de identidades que, em decorrência de eventos históricos, introduzem novas relações de diferença, as quais passam a ser fundamentais na luta dessas populações. Para Pochmann (2000) a juventude do/no campo é a que vem mais sentindo dificuldade de entrada no mundo do trabalho, o que a leva ao êxodo rural, na busca de alternativas de sobrevivência nas cidades.

*“meu futuro... ir pra zona urbana, viver sabe? Aqui eu não vejo futuro pra mim, não tem oportunidades, não tem muito o que fazer...” (Aline, 14 anos).*

*“eu quero por enquanto ficar aqui, depois em penso em sair e voltar pra cá... eu quero ser professora de biologia ou bióloga... eu vou aqui ajudando meu pai na roça, na zona rural... na roça mesmo! Seguindo a minha vida normal...” (Juba, 14 anos).*

Não se nega o fato dos/das jovens terem o desejo de ir às cidades. Desejo produzido pelo fascínio da vida urbana, que não diz respeito apenas às “melhores” oportunidades de emprego, mas também ao estudo, lazer, eventos culturais. Isto porque, a sociedade historicamente tem valorizado o mundo urbano subjugando o rural, havendo uma dominação e exaltação dos valores e costumes urbanos.

Por outro lado, o que importa destacar aqui é o fato de que, se em determinado momento da história, o êxodo rural configurou-se como uma possibilidade de melhoria nas condições de vida, neste século essas características não coexistem mais dessa maneira. A cidade não mais comporta nem absorve os/as trabalhadores/trabalhadoras vindos do campo. Segundo Janata (1992, pg. 2) “a semelhança dos países desenvolvidos, grande parte da migração rural-urbana é constituída de jovens que querem ingressar na força de trabalho e não encontram

oportunidade nos campos (...). Os jovens da zona rural hoje deixam de ser desempregados nos campos para serem desempregados urbanos”.

Ainda que pensemos que a juventude, por conta da supremacia dos valores urbanos, tenha o desejo de sair do campo, Abramovay *et alli* (1998), com base nos padrões de sucessão na agricultura familiar, levanta que, principalmente para os rapazes, o trabalho na agricultura tende a ser uma opção e não uma fatalidade.

A questão é que não há políticas públicas que busquem a permanência do/da jovem no meio rural, o que, por outro lado poderia evitar o processo de desumanização das pessoas que saem do campo ilusoriamente e, quando se deparam com a realidade das cidades, ficam sem perspectivas.

Dessa forma, a importância do parentesco neste estudo refere-se ao fato de ser ele condição para a reprodução social do campesinato. A “conquista da terra” é a base da estratégia de reprodução adotada por esses “camponeses”; nela, o patrimônio, não apenas material, é reproduzido ao longo do tempo.

Em segundo lugar, a família é compreendida como um elemento organizador da produção camponesa, já que o processo produtivo se dá na unidade familiar e envolve todos os seus membros de maneira hierárquica. Essa unidade produtiva e de consumo compreende as atividades domésticas e as agrícolas, realizadas, respectivamente, na “casa” — espaço feminino por excelência — e na “roça” — espaço masculino<sup>20</sup>. Além da hierarquia de gênero, há a divisão do trabalho familiar por idade. Assim, os filhos entram no processo produtivo de diversas maneiras segundo a sua faixa etária, como afirmam Woortmann & Woortmann (1997, p. 47):

O número de filhos conduz a uma contradição: são força de trabalho, mas são também herdeiros; num momento possibilitam a produção-reprodução e, em certos momentos do ciclo evolutivo, tornam

---

<sup>20</sup> A proposição “casa” e “roça” possui a mesma conotação de “casa” e roçado”, em Garcia Jr. (1983), enquanto a expressão “tocar roça” possui significado similar a “botar roçado”, no mesmo autor. Assim, o homem é responsável pelo trabalho na “roça”, é ele quem “toca a roça”, ou seja, organiza o processo produtivo por ser o detentor do saber ou do conhecimento necessário a essa atividade. Nesse sentido, observa-se que apenas homens adultos, os pais de família, forneceram informações a respeito da produção. Enquanto isso, o trabalho feminino separa-se do masculino, restringindo-se ao espaço da “casa”, correspondendo à esfera do consumo. As atividades femininas podem ser denominadas trabalho, mas geralmente referem-se a elas como “serviço”, uma categoria com significado diverso do trabalho propriamente dito, que é “tocar roça”. Esse espaço feminino é considerado complementar e dominado em relação ao masculino, mas ocorre também um nivelamento de sua importância, “fato devido à sua inevitável interdependência” (MOURA, 1978:19).

possível a produção de um excedente. Noutro momento, como herdeiros, podem levar a reprodução do campesinato à crise, pelo excessivo fracionamento da terra (1997, p. 47).

O segundo elemento, a terra, é um fator essencial para a reprodução da condição camponesa e disso decorre a extrema importância dada a ela no discurso local, no qual se expressa a relação com ela em termos de uma troca respeitosa, o que constitui o mais importante dos mandamentos — ter amor pela terra. Esta não possui apenas valor monetário, mas valor moral, e ter acesso à terra é condição de liberdade diante dos “grandes”. Portanto, a relação sociedade-natureza nessa área é de troca e respeito, baseada na construção e na aplicação de um “saber” específico; nele, “ecologia e simbolismo não são, pois, dimensões separadas” (Woortmann e Woortmann 1997:132).

Diretamente relacionado à terra está o trabalho, terceiro elemento, outro valor essencial desse universo. O trabalho é uma categoria central, incluída em um campo moral que também contém a terra e, por isso, os mesmos valores aplicáveis a ela também o são ao trabalho, como as noções de troca e respeito, os saberes necessários à sua realização e à sua imprescindibilidade.

Além disso, o trabalho pressupõe a terra para a sua realização e é condição para que ela seja adquirida, já que é por meio do produto desse trabalho que a terra é comprada. Dessa forma, o trabalho é o elemento mediador “por natureza” nesse universo, visto como uma categoria moral essencial, pois permite a realização da condição camponesa de forma plena. Devido a isso, o mandamento considerado como segundo em ordem de importância diz respeito ao valor do trabalho, e todos os esforços devem ser revertidos para a compra da terra.

Os assentamentos se organizam de maneira diferenciada pelo país. A organização da forma de ocupação pode ser resultado de uma escolha coletiva dos grupos de assentados, bem como por meio de indicação dos movimentos sociais, entre outros. A análise destas formas de organização torna-se importante no sentido de se pensar a respeito dos caminhos e alternativas que são implantadas na luta pela terra. Porém, é preciso decifrar a produção agropecuária nos assentamentos e assim indicar estratégias que possam ampliar as possibilidades de permanência e reprodução destes trabalhadores no campo.

Segundo Raffestin (1986) e Barel (1986), sobre o caráter simbólico dos elementos territoriais, onde o espaço geográfico e os elementos materiais e imateriais são referenciais de elaboração simbólica, cujo conteúdo varia conforme o contexto social e cultural. Nesse sentido, os territórios não são criações arbitrárias, mas construções elaboradas de acordo com um contexto social e cultural. Eles se compõem e decompõem conforme as posições dos atores sociais, vivenciadas na idéia de pertencimento ou de identificação com elementos culturais ou materiais. A identidade, nestas circunstâncias, orienta o comportamento dos atores sociais e dá sentido à mobilização.

A natureza das relações sociais, que levam à construção ou desconstrução dos territórios, é de afinidade e de alteridade. Isto é, a territorialidade é também uma relação de alteridade (Raffestin, 1986), é uma maneira de viver com os outros. Nas relações de alteridade, o Outro é tudo o exterior a ele mesmo. Os bens simbólicos e as percepções do espaço constituem-se em recursos através dos quais os atores sociais sustentam as diferenças, marcam a individualidade perante os outros. No simbolismo encontra-se a fronteira entre os mundos da identidade e da diversidade.

Em outros termos, as diferenças culturais utilizadas para assumir posições diante daqueles com que estão em processo de interação permanente implicam na construção de um conjunto de relações sociais e espaciais que conformam territórios. Para demarcar fronteiras sociais nas relações com outro ou o outro, e nas práticas cotidianas de inclusão e exclusão em territórios sociais são acionados os elementos identitários.

Melhor dizendo, as representações são manipuladas para justificar as ações, as ações modificam as representações e, nesta relação entre ações e representações do espaço e no espaço, constroem-se territórios. Daí a necessidade, assinalada por Diegues (1998), de analisar as representações que os sujeitos fazem de seu espaço, pois com base nelas eles agem. São representações diferenciadas, que significam entre outras que a percepção social do espaço não é feita somente das representações das limitações materiais ao funcionamento da economia, mas também de juízos de valor e de crenças.

Examinar o território implica em examinar os dispositivos sociais que levam a que os atores sociais conheçam e sintam os limites de seus territórios e se reconheçam dentro deles. Quer dizer, o território denota um espaço que o indivíduo conhece, onde se reconhece e é reconhecido. Fato que, como assinala Tizon (1996), remete à noção de *habitus* de Bourdieu. De acordo com essa noção, as práticas, as representações e as classificações do espaço e dos atores sociais nele, utilizando tipologias, resultam de um processo de aprendizagem social. Cada um, segundo as origens sócio-espaciais, posição social, status familiar e idade, dispõe de um leque amplo de práticas e representações que marcam as relações com os lugares, com suas raízes, e os novos arranjos nos espaços freqüentados.

Em geral a territorialidade se constitui e se vive segundo estes imperativos sociais. Apenas se transforma em elemento consciente da ação coletiva quando há necessidade de marcar uma identidade social territorializada, uma vinculação ao lugar em que se manifestam as relações sociais. Quer dizer, o significado atribuído aos espaços praticados e representados somente se revela de maneira consciente em situações extremas, entre elas, quando se impõe a necessidade de se afirmar territorializado para existir ou se defender diante de uma estratégia considerada exógena. É frente à afirmação de um “nós” diante dos “outros” que o “meu” exprime uma ancoragem territorial.

Tendo em conta a relação dialética implícita na construção do território como espaço referido e referencial ao mesmo tempo a escolha dos elementos territoriais e as combinações são processos sociais. No exame das representações, selecionamos alguns dos elementos que conformam os territórios, observando as relações entre estes elementos (uns atuam sobre os outros, modificando-se reciprocamente) e o sentido que lhes é atribuído.

Inspirados em Barel (1986) ressaltamos que cada pessoa se habitua a mais de um território. É raro que um único território seja suficiente para assumir todas as dimensões da vida de um ator social. Há um multi-pertencimento territorial. Os territórios são distintos por definição e por princípio de construção, podem ser organizados hierarquicamente a partir de critérios diferentes, se tocam, se interpenetram em certos pontos, porque têm elementos comuns.

Este multi-pertencimento cria um fenômeno de superposição territorial, que dificulta a possibilidade de delimitar com exatidão os limites. A esta análise subjaz o pressuposto de que o multi-pertencimento territorial se reflete socialmente em ambigüidades e contradições, próprias dos processos sociais e das transformações no campo contemporâneo. Por isso, enquanto os jovens do Ana Rosa, entender a importância da sua vida neste espaço, quando perguntados o que pensam sobre o futuro e o que sonham, como:

*“posso morar aqui, pode não ser, vou deixar rolar...”* (Junior, 16 anos).

*“se um dia eu sair daqui, ter algum trabalho digno, ter melhor condições pra ajudar a família aqui, tudo bem...”* (Junior, 16 anos).

*“eu quero seguir exemplos, por enquanto, o que me ocorre, eu quero seguir os lotes, eu queria ser um técnico agrônomo...”* (Cristiano, 22 anos).

*“eu quero que aqui esteja diferente, eu estarei diferente, eu tenho um sonho e quero que meu sonho se realize, eu quero ser jornalista, é assim, fazer entrevistas...”* (Nina, 13 anos).

*“sonho ser bióloga, trabalhar numa faculdade, ter uma boa casa e só! (risos)”* (Juba, 14 anos).

*“sair daqui, sonho ter uma vida melhor”* (Tripa, 17 anos).

Neste ambiente percebem-se confrontos entre os elementos simbólicos que geram tensões e conflitos nas relações sociais, sobretudo, conflitos identitários e geracionais. Ao mesmo passo em que o Assentamento é valorizado por ter sido um espaço de conquista dos pais, de ser um território ‘obrigatório’ de experiência e cotidiano enquanto ainda lá estiverem, é também visto como espaço transitório, mesmo que de forma subentendida, pois seus sonhos não se pautam em (re) construir o assentamento, mas viver a vida para além dos seus limites.

Por isso, afirma-se que as representações no espaço são construídas nos posicionamentos dos atores sociais na localidade fundamentados, principalmente em identidades construídas em torno da origem social, da religião, da família ou do parentesco. Percebe-se que, de um modo geral, as diferenças de origem social constituem um referencial simbólico utilizado para definir a classe de inserção na localidade. Deste modo, as diferenças de origem social (manifestas ao classificar as pessoas em duas categorias sociais: os “nascidos e criados” e os “de fora”). Na

localidade, tornam-se um componente territorial. A partir da mesma pergunta, alguns dos jovens com origem familiar rural responderam:

*“criar meus filhos aqui, com calma e tranqüilidade. Ensinar a eles a andar com os pés no chão, como eu aprendi com os meus pais...”*  
(Teta, 18 anos).

*“Eu acho aqui bom de viver, e quero sim ficar aqui, por enquanto só vejo coisas boas, penso que na cidade eu não conseguiria dormir como aqui, ouvindo a coruja, eu gosto de bichos, queria criar galinhas e cabras (risos), será que pode?”* (Nina, 13 anos)

Quanto às representações do espaço, elas apontam para as diversas formas de se colocar diante do espaço, são construídas a partir da percepção do espaço, como unidade física, valorizado segundo o uso que se faz dela. Ou seja, na análise das representações nos deparamos com diferentes lógicas de relações que permeiam os usos dos espaços. Entre elas destacamos as relativas ao meio ambiente, à natureza, à produção e ao poder.

Estas representações remetem à reflexão acerca de como e com que propósito o assentamento é criado. Para isso, observa-se a visão a seguir, onde o assentamento é entendido como:

um espaço de ações coletivas. As ações coletivas são atividades desenvolvidas pelos camponeses assentados em que se expressam politicamente passando pela representação do interesse de classe. São ações motivadas, sobretudo, por **uma identidade construída no processo de luta pela terra** e apresentam conteúdo político\ideológico que passa pelas relações de poder da estrutura da sociedade (FABRINI, 2003, p. 9, grifo meu).

Resgatando a trajetória de luta pela terra e a conquista da cidadania vivenciada pelos assentados, Guimarães (2002) afirma que:

[...] na constituição de novas territorialidades, baseadas em laços de parentesco, amizade, vizinhança e, sobretudo, em formas de organização que lhes são próprias, os trabalhadores constituíram uma nova identidade no interior do assentamento, ancorada no pertencimento à localidade. As reflexões a respeito da consolidação das identidades territoriais contradizem as tendências que preconizam a globalização como um processo inexorável à homogeneização, que dilui as singularidades das culturas locais. No que se refere às relações societárias, podemos afirmar que houve um processo de aprendizagem de formas organizativas pelos sujeitos sociais envolvidos neste estudo. As práticas de luta pela terra e de constituição do novo território proporcionaram experiências



de novas formas de participação e de sociabilidade entre os assentados da Nova Santo Inácio Ranchinho, possibilitando a abertura para concepções mais amplas de sociabilidade. (p. 148-149)

Para demonstrar as contradições que se explicitam nos assentamentos, Romano (1994) entende tais espaços como sendo um campo de lutas, onde se materializam os conflitos. Para esse autor, a ausência de conflito é apenas um estado almejado que se concretizaria em situações particulares. Segundo Romano (1994),

Enfocar o assentamento enquanto campo permite positivamente visualizar o “conflito” – e não o “equilíbrio” – como o estado “natural” das relações sociais nos assentamentos. O “equilíbrio”, a ausência de conflitos pode vir a ser uma característica de um estado almejado, mais na concretude da trajetória dos assentamentos, seria um resultado particular, restrito e conjuntural. Por sua vez, considerar o conflito como o estado natural dos assentamentos implica uma reviravolta de fundamental importância no planejamento dos assentamentos. Pelo geral, quando existe, o planejamento dos assentamentos de reforma agrária ainda se conforma com base no princípio ordinário do “equilíbrio” – ou, na sua versão progressista, da idealização da “harmonia” da comunidade dos excluídos -, assumindo os conflitos um caráter conjuntural, ocasional, extraordinário. (p. 252)

No seu ponto de vista está em jogo a distância estabelecida entre situação almejada e situação vivenciada. Os conflitos, no ponto de vista do planejamento dos assentamentos, não são comuns, são pouco presentes. Segundo o autor, isto dificulta o próprio planejamento do Estado. Mas o desentendimento advindo dos embates no assentamento não é apenas produto das relações entre camponeses organizados e mediadores e gestores da Reforma Agrária. Os conflitos de que Romano (1994) fala, referem-se aos que permanecem no interior dos grupos, entre indivíduos. Desse modo, torna-se importante, segundo Romano (1994), “[...] criticar e enriquecer questões que articulam, por exemplo, poder, valores e conflito num patamar analítico, por intermédio do qual possamos refletir melhor uma nova, e esperada, fase do processo de reforma agrária.” (p. 258).

Segundo Oliveira (2006),

[...] o assentamento pode ser considerado, de certa forma, um espaço construído de fora, ou seja, o assentamento foi formado por vários grupos que chegaram e passaram a conviver e a se constituir a partir do acampamento e, posteriormente, do assentamento. São

atores com trajetórias distintas, a não ser pelo fato de, em sua grande maioria, serem migrantes, e que nesse momento de suas vidas passam a viver num mesmo espaço, não só físico, mas também de relações sociais com características heterogêneas e individuais que, no assentamento, vão aflorar e contribuir para a construção de uma série de relações sociais. (p. 262)

Com isso, afirma-se como visto em Martins (2003), que existe um sujeito oculto, na Reforma Agrária, que não tem emergido nos discursos do Estado ou mesmo dos movimentos sociais de luta pela terra. Enfim, trata-se aqui do sujeito invisível desses processos sociais. O sujeito que é gestado no próprio processo da reforma e não o sujeito empírico que a precede. Isto é, o sujeito que não chega com nitidez à consciência do assentado e menos ainda do acampado, e que só se manifesta eventualmente quando a terra é objeto de transação. Um sujeito que os agentes de mediação da luta pela reforma agrária ignoram, pois se o reconhecessem poriam em risco a legitimidade e a difícil coerência de suas idéias e de sua ação. São os percalços da militância apoiada na doutrina superficial, improvisada e precária. (p. 10). Para tanto, é importante entender a partir dos seus relatos, sobre o que acham do assentamento no que diz respeito aos aspectos negativos:

*“devido ao colégio, pegar o carro, chegar tarde em casa...”* (Junior, 16 anos).

*“lá na cidade a coisa é mais fácil, não tem nada igual de lá e aqui... Eu acho bom aqui é as pessoas, o ônibus da escola, apesar da distância... ruim é que já está aparecendo drogas aqui, daqui a pouco aqui está que nem lá, isso não pode, eu acho ruim isso, mas fazer o que? A gente não pode embarcar nessa...”* (Aline, 14 anos).

*“estar isolado é muito ruim. A gente que tem criança e mãe doente sofre! Fico pensando como melhorar isso... Acho que tem que trabalhar muito aqui, pra juntar dinheiro e ter algo mais que só a carroça”* (Teta, 18 anos).

*“eu sai de Terra Nova, onde nasci, e estou aqui... pode melhorar, mas aqui a gente passa mais dificuldades”* (Guegueu, 17 anos).

*“tudo aqui é longe. A gente não pode sair porque não tem como voltar, aí, passa um tempo lá fora, porque não agüenta”* (Chori, 16 anos).

As suas opiniões de um lugar que em alguns aspectos, inviabiliza a sua permanência, são fundamentais. Por mais que as relações entre a família estabeleçam normas de reciprocidade e solidariedade, isto parece ser insuficiente,

pois para além dos limites da família, o conflito que se refere a buscar algo melhor não se apóia apenas na visão do jovem inconformado, se apóia, sobretudo, em ser o assentamento como um espaço de poucas possibilidades e de inúmeras dificuldades.

Weisheimer (...) destaca a visão de “tempo liminar” proposto em (BHABHA, 1998), na perspectiva de escolhas entre os projetos profissionais de permanência ou saída da agricultura, o que demanda a “formação reflexiva da auto-identidade” (GIDDENS, 2002) por parte deles, em meio a crescente pluralidade e heterogeneidade das relações no território do assentamento, sobretudo nos âmbitos familiares e geracionais.

Para compreender a família camponesa deve-se levar em consideração as alterações sociais e os novos espaços sociais criados nos últimos anos, principalmente, os assentamentos de reforma agrária. É fundamental considerar as especificidades de sua sociabilidade e, ainda, entender, por exemplo, as relações de parentesco e de vizinhança, o projeto familiar, o processo de produção e o mercado. Ao partir desse pressuposto, é importante analisar o conjunto de forças sociais que se articulam e compõem o quadro de relações marcadas por conflitos, como dito pelos jovens:

*“não temos chances, muitos aqui nem acreditam na gente... é difícil”*  
(Cristiano, 22 anos).

*“sonho ter uma vida melhor, algo que eu escolhi”* (Guegueu, 17anos).

Sabe-se que, historicamente, no campo se compôs um cenário de relações familiares combinadas e / ou fortalecidas com o trabalho na terra, constituindo espaços de continuidades e (des) continuidades de antigos laços familiares e / ou de amizades, de manifestações culturais e / ou de sociabilidade. É possível afirmar ainda, que a identidade em construção retrata que a terra não pode ser comprada ou vendida, o que justifica a luta pela reforma agrária como um direito. Portanto, a permanência na terra possibilita a existência e a sobrevivência da família.

Porém, a reforma agrária traz a possibilidade concreta de estas famílias terem a terra (o lote) que não conseguiriam comprar. E esta se torna o lugar de reconstrução da vida e, por isso, é redimensionada conforme os componentes da

memória camponesa de cada família. Isto é feito diante da experiência cotidiana entre os assentados, que apesar de terem acessado a terra, se vêem diante de um novo dilema: como dividir para a próxima geração? A constatação a partir da história das ocupações de terras demonstra que, a exclusão social transfere estes jovens não beneficiados pelos padrões sucessórios, tendo que deixar as famílias e buscar novos lotes.

## Considerações Finais

A presente pesquisa buscou analisar, através de elementos geográficos, antropológicos, psicológicos, sociais e políticos, como a juventude rural se confronta a partir da dita reforma agrária no Brasil. Através do processo artificial de colonização, famílias se reconfiguram identitariamente nos Assentamentos. Foi possível através das falas, identificar este dilema, o dilema da continuidade, do conflito e das representações sobre o território, o futuro e a dinâmica geracional no Assentamento.

Para Silva (2003), a construção do novo espaço social incorpora traços do mundo tradicional. Isso não significa simplesmente retornar ao passado, mas recriam-se valores do passado e do presente formando uma simbiose. Assim, a vida cotidiana é formada por laços de solidariedade com referência na tradição, no parentesco e na ajuda mútua.

Desta maneira os assentamentos tornam-se lugar para construção de novos elementos e de outros rearranjos sociais. Nesse sentido, como diria Carvalho (1999) o assentamento passa a ser uma encruzilhada social, onde novas formas de socialização, novos saberes serão adquiridos, e muito dos saberes que foram sendo acumulados ao longo de suas trajetórias de vida, poderão ser reproduzidos neste ambiente. A partir desse momento, passam a se encontrar “face a face” nesse espaço físico, social, político, ambiental e econômico que irão reproduzir seus meios de vida e de trabalho.

“O assentamento de Reforma Agrária é uma encruzilhada social onde a interação social entre as pessoas e famílias de grupos socialmente heterogêneos alcança considerável intensidade e novidades, se comparada com a rotina que o cotidiano dessas pessoas e famílias lhes proporcionava” (idem, 1999, p. 13).

Mas este cotidiano confronta-se com trabalhar a terra ou trabalhar *na* terra? O que fazer no lote? O que é possível fazer para que as gerações se integrem? Segundo Guaraná de Castro (2009, p. 204), a “cobrança” da permanência

e continuidade dos “jovens” no campo como valorização e possível reversão do quadro de esvaziamento do meio rural – recorrente em algumas pesquisas recentes sobre o tema e no âmbito das políticas públicas – deve problematizar esse olhar que percebe no jovem o ator heróico da transformação social. A mudança dessa realidade e da situação de desigualdade social que atinge “jovens” e “velhos” demandam ações coletivas e políticas públicas de longo alcance que gerem transformações mais profundas na realidade brasileira.

Neste sentido, a primeira consideração surge na perspectiva de pensar sobre as políticas públicas no meio rural, especificamente aquelas voltadas para a juventude rural.

O Consórcio da Juventude Rural, segundo Magela (2008), objetiva favorecer, a partir de um processo de capacitação, a criação de instrumentos de geração de emprego e renda para jovens rurais, enquanto mecanismo de empoderamento econômico, social, político e cultural. Este Consórcio foi criado através de protocolo entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério do Trabalho e Emprego, no âmbito do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego – PNPE.

Assim, destaca-se que Kempfer citado por Carneiro e Castro (2007), coloca que a respeito do Consórcio da Juventude Rural, o grande desafio é conseguir avançar nos processos de negociações, compreender melhor as reivindicações e demandas destes atores sociais.

Em segundo lugar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF é um programa do Governo Federal criado em 1995, com o intuito de atender de forma diferenciada os mini e pequenos produtores rurais que desenvolvem suas atividades mediante emprego direto de sua força de trabalho e de sua família. Tem como objetivo o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, de forma a integrá-lo à cadeia de agronegócios, proporcionando-lhe aumento de renda e agregando valor ao produto e à propriedade, mediante a modernização do sistema produtivo, valorização do produtor rural e a profissionalização dos produtores familiares. Segundo Guanzioli (2007), um dos principais impactos do Programa foi o de permitir que os agricultores familiares

investissem em sua atividade e ampliassem as áreas plantadas. As avaliações realizadas até o presente momento não são conclusivas, entretanto, no que diz respeito ao impacto na renda e a melhoria do padrão de vida da população rural beneficiada, necessitam pesquisas mais aprofundadas.

O PRONAF Jovem é uma modalidade de crédito especial de investimento relacionado com projetos específicos de interesse de jovens, de 16 a 25 anos, que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares de formação por alternância ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio ou que tenham participado de curso de formação profissional, filhos (as) dos agricultores familiares enquadrados nos Grupos C, D e E, que apresentem projeto técnico ou proposta contemplando as atividades agregadoras de renda e/ou novas atividades exploradas pela unidade familiar, observadas as condições: juros 1% ao ano e prazo de pagamento de até 10 anos, com 5 anos de carência e teto máximo de R\$ 6.000,00, limitado a um crédito em cada grupo, independentemente dos tetos de investimentos já concedidos a unidade familiar.

Por fim, o Projeto Nossa Primeira Terra, criada no âmbito do Projeto de Crédito Fundiário é desenvolvido pela Secretaria da Reforma Agrária do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Este componente do Projeto é destinado a viabilizar o acesso à terra por jovens do meio rural e apoiar seus projetos comunitários. Além disso, o Projeto pretende contribuir, segundo o MDA (2009) para: “a *fixação* de mão de obra qualificada no meio rural; a ampliação da oferta de serviços de assistência técnica para a agricultura familiar; a criação ou ampliação de redes de agricultores experimentadores ou de programas do tipo ‘de agricultores para agricultores’; a ampliação das oportunidades de acesso à inovação tecnológica na agricultura familiar”.

O Projeto tem como público específico: jovens rurais sem terra (assalariados permanentes ou temporários, diaristas, entre outros); jovens filhos (as) de agricultores (as) familiares; jovens oriundos de escolas agrotécnicas, escolas familiares rurais, casas familiares e casas por alternância e outras. Podem ser beneficiados pelo projeto jovens que, além das condições de elegibilidades previstas no Manual de Operações: tenham idade mínima de 18 anos (maioridade civil) e a máxima de 24 anos; cujos pais não forem proprietários de área até três vezes a

dimensão da propriedade familiar. A apuração de renda familiar e do patrimônio estabelecidas no Manual de Operações leva em conta apenas a renda do jovem candidato a projeto e não se considera a renda dos seus ascendentes, quando o jovem apenas participar do grupo familiar original.

Este plano pode ainda, ser desenvolvido na área da qualificação profissional, na realização de cursos com certificação, na capacitação de jovens para a formação de redes de cooperação técnica, o que chamamos de “Agricultores experimentadores”, na realização de intercâmbios. Também poderá ser previsto, nos planos, o apoio das Escolas agrotécnicas para a elaboração dos projetos dos grupos de jovens.

Estas três políticas objetivam capacitar, capitalizar e propiciar terra aos jovens, mas como cerne principal, elementos como: grupo, vocação, agricultura, parecem não dizer respeito à realidade encontrada, os jovens necessitam de políticas públicas que respeitem seus anseios, talvez estas políticas correspondam a uma parte da juventude, aquela com raízes rurais estabelecidas, sem o dito hiato entre uma identidade rural e outra urbana. Os jovens que acessam estas políticas, têm histórico de pais que acessaram o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (uma obrigatoriedade, um requisito), possuem estrutura financeira para assumir o risco. Os jovens dos assentamentos não possuem tais características, e nas suas falas, é possível entender que se sentem excluídos do processo, alguns, demonstram a vontade de se manter nas atividades agrícolas, em outras falas, de desenvolver atividades não agrícolas, na eminência de possibilidades e de um assentamento menos precário.

Outra questão importante surge das perguntas: qual (is) identidade (s) é (são) percebida (s), identificadas, nas falas dos jovens, há de fato uma identidade em construção? Ao longo da pesquisa foi possível identificar elementos identitários, contradizendo a afirmação de José de Souza Martins, que em assentamentos, não se constrói identidades. Para tanto, é importante entender como se formam os assentamentos.



Os assentamentos rurais são descritos por Germani (1999) como "projetos públicos", "ações aparentemente não-políticas" efetuados pelo Estado, responsável pela alocação das populações e pelo "traçado das rígidas regras de vocação agrícola e de produtividade", mas que representam interesses e relações de poder das classes envolvidas. Nesse processo, os programas de assentamentos idealizados pelo governo esvaziam o assentado de suas experiências anteriores e de suas aptidões, que não são considerados nem no planejamento nem na execução das políticas, onde também desaparece o fato de que a maioria dos assentamentos é fruto de um processo de luta, e os diversos interesses continuam a se defrontar no interior dos assentamentos. Um exemplo bastante ilustrativo dessa forma de atuação do Estado ocorreu por volta dos anos 60 e 70 do século passado com os projetos de colonização da Amazônia, pois, ao mesmo tempo que favorecia a criação de empresas rurais virtuais na Amazônia mediante crédito público, como forma de valorização do capital frente ao processo inflacionário acelerado, transferia terras de nordestinos para servirem de mão-de-obra explorada por tais empresas, evacuando assim as áreas de conflito por terra no Nordeste.

Esse espaço de disputa indica que os resultados das políticas sociais não podem ser definidos de antemão, mas que se definem no decorrer do processo e dependem das relações de força e da capacidade de organização dos interesses em jogo. Daí Medeiros & Leite (2004, p. 19) colocarem que o estudo das condições dos assentamentos não deve ser pautado pela idéia rígida de sucesso ou insucesso, mas sim levar em conta esses processos de lutas e de interesses nem sempre conciliatórios em constante construção. Germani, por sua vez, afirma que:

a criação do assentamento significa reconhecer uma situação de conflito, com agentes sociais envolvidos e suas respectivas demandas. Através da implantação dos assentamentos rurais se criou o lócus não só para o exercício do controle, mas também de disputas pela terra. Os conflitos se fazem presente na relação dos assentados com o poder local, ora recusando, ora aceitando as políticas a serem implantadas, o espaço social por sua vez é permanentemente reproduzido o que permite a adaptação, aceitação ou assimilação de forma diferente da que foi planejada pelo governo (GERMANI, 1999, p. 45).

Nesse sentido, conforme Claval (1999, p. 18) "[...] na construção de suas identidades, elementos materiais, pertencimentos territoriais e valores são calcados sobre o mesmo plano". Assim, a conquista da terra no contexto da crise agrária, representa a superação da segregação do camponês causada pela introdução do capitalismo no campo, aqui representada pela recriação da sua territorialidade.

Esse resgate materializado em forma de assentamento significa a prática social de pessoas antes à margem do processo produtivo, porém incluídas num modelo perverso de exclusão socioeconômica baseada em métodos sofisticados de exploração da força de trabalho. No entanto, os assentamentos rurais não representam *um fim em si mesmos*, mas antes de tudo, consiste em mais uma etapa do processo de territorialidade que se concluirá com a valorização e manutenção da identidade camponesa em um processo simultâneo de resistência e solidariedade. Ou seja, conforme Medeiros e Leite (2004), o assentamento pode ser visto sob a ótica do ponto de chegada, como resultado das lutas, e, como ponto de partida, pela (re) conquista de valores dentro de uma nova realidade.

Os estudos sobre os jovens rurais vistos em Guaraná de Castro, Maria Tereza Castelo Branco, sinalizam os jovens em seu processo atual de conflitos, futuramente, pesquisas que remetam à história de vida destes jovens após determinado período, dará respostas acerca das soluções encontradas para a sua sobrevivência e territorialização. Portanto, a presente pesquisa visou sinalizar elementos subjetivos dos jovens, sobretudo, elementos de identidade a partir de suas falas. Para Moreira (2002):

Falar em culturas e identidades rurais, em territorialidades e localismos não significa falar em determinações geossistêmicas<sup>21</sup> da sociedade, mas sim, nas condições de possibilidades ecossistêmicas da existência das comunidades (p. 9).

---

<sup>21</sup> Sob a influência das escolas russa e alemã, Bertrand (1968) propõe uma definição de geossistema e incorpora ao conceito original do "complexo territorial natural" a dimensão da ação antrópica. Nessa perspectiva, o geossistema é, para Bertrand, uma categoria espacial, de componentes relativamente homogêneos, cuja estrutura e dinâmica resultam da interação entre o potencial ecológico: processos geológicos, climatológicos, geomorfológicos e pedológicos (a mesma evolução); a exploração biológica: o potencial biótico (da flora e da fauna naturais) e a ação antrópica: sistemas de exploração socioeconômicos. Redefinido nas discussões teórico-metodológicas, o geossistema aproxima-se do conceito de paisagem como paisagem global, na qual se evidencia a preocupação com a interação natureza-sociedade. Na análise geossistêmica, o geossistema é uma categoria de sistemas territoriais regido por leis naturais, modificados ou não pelas ações antrópicas.

Esta afirmação implica na sustentabilidade dos assentamentos, da efetividade das políticas públicas e da manutenção do *ethos* camponês. Afetada por esta instabilidade conjuntural estão os jovens, neste ciclo vicioso da reforma agrária, como afirma Rosas (2007), “saindo para ficar”. O problema nesta estratégia são as significações impostas nesta dinâmica, onde o sair pode significar subjugar-se no meio urbano, engrossar a frente de movimentos sociais em busca do eterno acesso às terras, distanciamento da família. Outras vezes, o sair para ficar, está na busca de melhores condições para ajudar os pais, investir na agricultura. O jovem neste sentido tem o papel de manutenção da viabilidade econômica dos lotes dos assentamentos, pois permanecer nele implica em poucas oportunidades.

A identidade revelada por estes jovens, sobretudo de traços territoriais e geracionais, sinalizam a necessidade de uma política que efetivamente transpareça aos jovens, o assentamento como alternativa, o que não ocorre atualmente. No caso do assentamento Ana Rosa, por tratar-se de um assentamento novo, os elementos individuais emergem com mais clareza do que os de grupo.

Os elementos de grupo sinalizam no fato de que os jovens afirmam ainda suportarem a vida no assentamento, em virtude de possuírem amigos de mesma idade, que comungam das mesmas dificuldades. Já individualmente, as incertezas, as observâncias frente ao lote dos pais e a indivisibilidade. Como afirma Hall (2005), as noções de tempo e espaço são importantes para a análise da identidade, sobretudo ligadas à representação.

Portanto, o que os jovens representam sobre o espaço, em seu cotidiano, vistos na Oficina, simbolizam um espaço estático, ligado a uma natureza intocada, onde os assentados não são visibilizados. O seu lugar neste território é apenas como um morador, não como agente mobilizador, pois a única certeza revelada é a de que o lote pertence aos pais.

Portanto, a presente pesquisa sinaliza, que os jovens do Assentamento Ana Rosa estão conscientes acerca da lógica da reprodução da terra no Assentamento, preocupando-se com o seu futuro. Observam que o assentamento é um espaço de tranquilidade, de distanciamento da violência, de valorização da luta dos pais pela terra e até, de possibilidades econômicas na perspectiva agrícola. Em

contrapartida, a figuração de uma nova ruralidade e, sobretudo, de um *ethos* percebido na lógica das famílias, empurra os jovens para refletirem sobre o mundo “fora da porteira”. Esta visão sintagmática do rural em contradição ao urbano representa como uma necessidade da juventude, significada pela melhoria das condições do assentamento ligadas à pluriatividade paralelamente a uma solução da reprodução na terra.

Possivelmente, estratégias ligadas a pluriatividade e um projeto de assentamento que privilegie menos famílias no espaço, permitindo a divisão da terra pelas famílias, valorizando a vida e a reprodução social nos territórios, permitindo a mobilidade dos jovens para os estudos e o lazer, percebendo os traços identitários sociais, geracionais, de grupo, culturais como importantes para a intervenção estatal. Privilegiar a categoria juventude como importante para a dinamização das relações dentro do assentamento é permitir o futuro do assentamento. O risco do envelhecimento, do esvaziamento, da masculinização do assentamento perpassa pela valorização desta categoria. Assim, as regras já instituídas nas comunidades tradicionais (sangue, parentesco, reciprocidade) poderão ser possíveis nas áreas de assentamento. E contrapondo a lógica de José de Souza Martins, foi possível identificar elementos identitários nos jovens, e, sobretudo, não ligados a nenhum movimento, visto que o Assentamento demonstra uma autonomia neste sentido. A identidade que os jovens sinalizam se dá na relação de outridade estabelecida.

A negação do assentamento se dá na afirmação de melhores condições de vida neste; a valorização da luta dos pais se concretiza no reconhecimento e valorização da manutenção do lote, não atendendo a todos os filhos, inegavelmente; o assentamento é um espaço tranquilo, e o urbano, um lugar de violência. Por fim, na fala – título desta dissertação, seus sonhos se constroem fora do assentamento em virtude da própria lógica e como afirmam Guatarri e Rolnik: “a singularidade é um conceito existencial; já a identidade é um conceito de circunscrição da realidade a quadros de referência, quadros estes que podem ser imaginários.” (GUATARRI & ROLNIK, 1986: p.68). Portanto, por mais que se trata de uma referência imaginária, os jovens se vêm imersos na realidade do assentamento e valorizam elementos do cotidiano, da existência neste assentamento, uma identidade que transita entre reconhecer um futuro incerto e, sobretudo, reconhecer as certezas de uma reforma

agrária que até os dias de hoje, não valorizou a continuidade, a elaboração de sonhos que transpassem as gerações, que sejam viáveis às gerações, um projeto que preconize o rural como espaço de possibilidades, de viabilidade do campesinato e sobretudo, onde os jovens possam edificar seus sonhos de transformação.

Enfim, a construção identitária dos jovens rurais que vivem no assentamento é fruto dessa contradição inerente ao processo de reprodução da vida nesses espaços territoriais. Consiste, portanto, no confronto entre a valorização do lugar pelas significações e representações familiares e pela negação do assentamento em função do mundo externo que se apresenta e imprime suas marcas, seus símbolos nos assentamentos. Desta forma, reafirma-se a necessidade de políticas públicas sensíveis a essas especificidades, atentas aos anseios dos jovens assentados que querem se reproduzir no campo, que querem ir além do agrícola. Soma-se isso, a sensibilidade que estes elementos identitários sobrepujam-se ao marco político do Assentamento, ao projeto político da reforma agrária, que não delimita as subjetivações dos indivíduos, que são particulares, que se recriam, que buscam soluções simbólicas. O jovem do Assentamento Ana Rosa responde a esta lógica, recriando-se através do conflito entre seus sonhos e a realidade, resta saber, no futuro, como esta equação se resolverá.

## Referências

ABAD, Miguel. **Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil.** Última Década, Viña Del Mar: CIDPA, março, 2002.

ABRAMO, Helena. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil.** Revista Brasileira de Educação, São Paulo, N. 5-6, 1997.

ABRAMOVAY, Ricardo. Desenvolvimento rural territorial e capital social. In: SABOURIN, E. E TEIXEIRA, O.A. **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais – conceitos, controversas e experiências.** Brasília: Embrapa, 2002.

\_\_\_\_\_. *et alli.* **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios.** Brasília: UNESCO, 1998.

\_\_\_\_\_. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão.** São Paulo/Rio de Janeiro/Campinas. Hucitec / ANPOCS / Editora da UNICAMP, 1992.

ALBAGLI, Sarita. Território e territorialidade. In: LAGES, V., BRAGA, C., MORELLI, G. (orgs). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva.** Brasília: Sebrae, 2004.

ALBERONI, Francesco. **Movimento e istituzione: Teoria generale.** Bologna: Il Mulino, 1981.

ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil.** Porto Alegre: UFRGS, 1999.

ALMEIDA, Rosemeire A. de. **Identidade, Distinção e Territorialização: O processo de (Re) criação camponesa no Mato Grosso do Sul.** Tese (Doutorado em Geografia), Unesp, Presidente Prudente, 2003.

AMÂNCIO, Ligia. Identidade social e relações intergrupais. In: VALA, J. E MONTEIRO, M. B. (Org.). **Psicologia Social.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem do Nordeste.** 3<sup>o</sup> edição, Editora Brasiliense, São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_. Territorialidades, Desterritorialidades, Novas Territorialidades: O Limite do Poder Nacional e do Poder Local. In: SANTOS, Milton. & SOUZA, Maria Adélia A (Orgs), **Território: Globalização e Fragmentação.** 4a. edição, Editora Hucitec, ANPUR, São Paulo, 1998.

ARAÚJO, Carla. As marcas da violência na constituição da identidade de jovens da periferia. **Revista Educação e Pesquisa**, Vol.27, No. 1, p.141-160, jan./jun. 2001.

ARENSBERG, Conrad M.; Kimball, Solon T. **Family and community in Ireland.** Cambridge, MA: Harvard University Press, 1968.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **Cultura histórica: territórios e temporalidades historiográficas**. Sæculum Revista de Historia, Número 16, João Pessoa, jan/ jun. 2007.

ATTIAS-DONFUT, Claudine. Jeunesse et conjugaison des temps. Sociologie et Societés, v. 28, n. 1, 1996.

BAIARDI, Amilcar; OLALDE, Alícia Ruiz; NACIF, Paulo Gabriel Soledad. **A dimensão cultural institucional, educacional e a interdisciplinaridade no desenvolvimento local sustentável**. Cruz das Almas, Ba: UFBA/ Escola de Agronomia/ Programa de Pós-graduação em Ciências Agrárias, 2003.

BAREL, Yves. Le Social et ses territoires. In: MIRAC, F; BRUNET, R. **Espaces, jeux et enjeux**. Paris: Fondation Diderot/Fayard, 1986. p.129139.

BAUMAN, Zigmund. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BELEDELLI, Senira; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira de. **Assentamento, sua cultura, identidade e organização**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, Universidade de São Paulo, 2005.

BERTRAND, G. Paysage et géographie physique globale: esquisse méthodologique. **Revue géographique des Pyrénées et sud-ouest**, v. 39, fasc. 3, p. 249-272, 1968.

BETTELHEIM, Bruno. The problem of generations. **Daedalus Journal of the American Academy of Arts and Sciences**, 1962.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Trad. Myriam Avial, Eliane Lourenço de Lima Reis, Gláucia Gonçalves. Belo Horizonte:Ed.UFMG,1998.

BILLAUD, Jean-Paul. Des dimensions nouvelles por une identité sociele en question. In: JOLLIVET, M E EINZER, N. (Orgs) **L'Europe et sés campagnes**. Paris: Press de Sciences Politiques, 1996.

BLUME, Roberto. **Território e ruralidade: a desmistificação do fim do rural**. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural, 179 pg, 2004.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo, Cia. das Letras, 1994.

BOSI, Ecléa. "O que é desenraizamento? **Revista de Cultura Vozes**. Petrópolis, Ano 77, Vol. LXXVI, N°6, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

\_\_\_\_\_. **Sociologia y cultura**. México: CNCA – Grijalba, 1988.

\_\_\_\_\_. Estructuras, habitus y practices. In: GIMÉNEZ, G. (Comp.). **La teoria y el análisis de la cultura**. SEP/ COMECOSO/ Universidad de Guadalajara. Guadalajara, 1987.

\_\_\_\_\_. A juventude é apenas uma palavra. In: \_\_\_\_\_. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

\_\_\_\_\_. **Celibat et condition paysanne**. Em: *Etudes rurales*, 5/6, abril/setembro, pp.32-109, 1962.

BRANCO, Maria Tereza Castelo. **Jovens sem-terra: identidades em movimento**. Curitiba: UFPR, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRYCESON, Deborah. Peasant theories and smallholder policies: Past and present. In: Deborah Bruceson, Cristobál Kay and Jos Mooij (eds.) **Disappearing Peasantries? Rural Labour in Africa, Asia and Latin America**. Intermediate Technologies Publications, Lonon, 2000.

CAILLÉ, Alain. Dádiva e associação. In: MARTINS, P. H. **A dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social**. Petrópolis: Vozes, p.191- 205, 2002.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**. Ed. Livraria Duas Cidades, 7a ed., São Paulo/SP, 1987.

CARA, Roberto Bustos. Territorialidade e Identidade Regional no Sul da Província de Buenos Aires. IN: SANTOS, Milton & SOUZA, Maria Adélia A. (Organizadores), **Território: Globalização e Fragmentação**. 4ª Edição, Editora Hucitec, ANPUR, São Paulo, 1998.

CARDEL, Lídia Maria Pires Soares. Territorialidade, Liminalidade e Memória: um estudo de caso sobre o choque entre imaginários e (re) construção de identidades. **CS On line, Revista Eletrônica de Ciências Sociais**. Ano 2, Volume 3, 2008. Disponível em: <[www.csonline.ufjf.br/resenhas/cardel.pdf](http://www.csonline.ufjf.br/resenhas/cardel.pdf)>, acessado em 22/11/2009.

CARNEIRO, Maria José. **Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica**. CPDA/UFRRJ. Disponível em: <[www.cifers.t5.com.br/MJCarneiro\\_pluriatividade\\_nobrasil\\_critica.pdf](http://www.cifers.t5.com.br/MJCarneiro_pluriatividade_nobrasil_critica.pdf)>, acessado em 20/11/2009.

\_\_\_\_\_. GUARANÁ DE CASTRO, Elisa. (Org.) **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

\_\_\_\_\_. Juventude rural: projetos e valores. In Abramo, H.W. e Branco, P.P.M. (orgs), **Retratos da Juventude Brasileira**. Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F.C.T.; SANTOS, R.; COSTA, L.F.C. (Org.). **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.



CARRANO, Paulo César Rodrigues. Jovens na cidade. **Trabalho e Sociedade**, Rio de Janeiro, 2001.

CARVALHO, Horacio Martins de. **Interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. Ministério Extraordinário de Política Fundiária – MPF, Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento – NEAD, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, 1999. Disponível em: <[www.nead.org.br/download.php?form=.pdf&id=206](http://www.nead.org.br/download.php?form=.pdf&id=206)>, acessado em 13/01/2008.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade. A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura**. V. 2, São Paulo: Editora Paz e Terra, 2ª. Edição, 1999.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidade económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CIAMPA, Antônio da Costa. Identidade. *In*: CODO, W. E LANE, S.T.M (Org.). **Psicologia social: o homem em movimento** (pp. 58-75), São Paulo: Brasiliense, 1984.

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. **Geographia**. Revista de Pós Graduação em Geografia da UFF, Niterói/RJ, UFF/EDD, ano 1, n. ° 2 1999.

COSTA, Davi Silva da. **O Assentamento Menino Jesus - Água Fria / BA enquanto espaço de ressignificação e construção identitária: um olhar a partir dos jovens**. Monografia do Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo. UFPB, 2008.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução a antropologia social**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DIEGUES, Antonio. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

DURKHEIM, Emile. **Sociologia e filosofia**. Rio de Janeiro: Forense, 1970.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FABRINI, João Edmilson. **A contradição como parâmetro de compreensão da existência camponesa**. Geografia – Volume 13 – Número 2 – Julho/Dezembro - 2004. Disponível em <<http://www.geo.uel.br/revista>>, acessado em 13.03.2006.

FALKEMBACH, Elza Maria Fonseca. **Socialização e individuação: MST, uma estilística de resistência**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 279p, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FORACCHI, Marialice M. **A participação social dos excluídos. Parte II \_ A juventude: ascensão social e rebelião.** São Paulo: Hucitec, 1982.

\_\_\_\_\_. **A juventude na sociedade moderna.** São Paulo: Livraria Pioneira, 1972.

\_\_\_\_\_. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

FREITAS, M.V. E PAPA, F. C. (Org). **Políticas Públicas: Juventude em Pauta. Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação.** Fundação Friedrich Ebert, São Paulo: Cortez Editora, 2003.

FRIEDLAND, William. Agriculture and rurality: beginning the 'final separation'? **Rural Sociology.** 67, pp. 350-371, 2002.

FROMM, Eric. **The Fear of Freedom.** Londres: Routledge, 1960.

GAVIRIA, Margarita Rosa E MENASCHE, Renata. **A juventude rural no desenvolvimento territorial: análise da posição e do papel dos jovens no processo de transformação do campo.** Revista Estudo & Debate, Lajeado, volume 13, Numero 1, pg 69 – 82, 2006.

GERMANI, Guiomar Inês. **Assentamentos de reforma agrária: produção de novos espaços de vida e de conflitos.** Texto apresentado no 50º Congresso Internacional de Americanistas, realizado em Varsóvia, Polônia, em julho de 2000. (no prelo para publicação pela Editora Vozes), 1999.

GIDDENS, Antony. **Modernidade e Identidade.** Trad. Plínio Dentzen. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

\_\_\_\_\_. **As conseqüências da modernidade.** São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

GONÇALVES, Hebe Signorini. **Juventude brasileira, entre a tradição e a modernidade.** Revista Tempo Social, vol.17, No. 2, nov. 2005.

GROPPO, Luís Antonio. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas.** Rio de Janeiro: Difel, p. 7–27, 2000.

GUANZIROLI, Carlos E. **PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural.** RER, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 02, p. 301-328, abr/jun 2007.

GUARANÁ DE CASTRO, Elisa. **Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político.** Revista Latino americana de Ciências Sociais. 7(1): 179-208, 2009. Disponível em: <<http://www.umanizales.edu.co/revistacinde/index.html>>, acessado em 13/08/2009.

\_\_\_\_\_. **Ruralidade na Sociedade Contemporânea: desafios e perspectivas juventude rural: “apenas uma palavra” ou “mais que uma palavra”.** Anais XXIX Encontro Anual da ANPOCS, 2005.

GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis, Vozes, 1986.

GUIMARÃES, Leticia de Castro. **Luta pela terra, cidadania e novo território em construção: o caso da fazenda nova santo Inácio ranchinho, Campo Florido-MG (1989-2001)**. 170 p. (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. **Territórios alternativos**. São Paulo: EdUFF/Contexto, 2002.

\_\_\_\_\_. **Desterritorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 10ª. Edição, 2005.

HEIDRICH, A, L. Fundamentos da formação do território moderno. **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, n. 23, 1998.

HEILBORN, Maria Luiza et al. Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, Ano 8, n. 17, jun.2002.

HELLER, Agnes. **Sociología de la vida cotidiana**. Barcelona: Península, 1977.

HEREDIA, Beatriz, MEDEIROS, L. PALMEIRA, M., CINTRÃO, R. **Assentamentos rurais e perspectivas da reforma agrária no Brasil. Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**, Brasília: NEAD, 2004.

HEREDIA, Beatriz M. A.; GARCIA, Maria F.; GARCIA JR. Afrânio. O lugar das mulheres em unidades domésticas camponesas. *In*: AGUIAR, Neuma (coord.) **Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Análises Qualitativas**. Petrópolis: Vozes, p. 29-44, 1984.

HOLZER, Werther. **O lugar na geografia humanista**. Território, Rio de Janeiro, n.7, p.7-78, jul./dez. 1999.

JACQUES, Maria da Graça Correa. Identidade. *In*: STREY, M.N. et al. **Psicologia social contemporânea**. (pp. 159-167), Petrópolis: Vozes, 1998.

JANATA, Natacha Eugênia. **Juventude, gênero, trabalho e cultura lúdica do/nos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: “fuxicos” construídos no campo de investigação**. Disponível em: <[www.rizoma.ufsc.br/pdfs/411-of11a-st1.pdf](http://www.rizoma.ufsc.br/pdfs/411-of11a-st1.pdf)>, acessado em 13/10/2009.

\_\_\_\_\_. **Fuxicando sobre a cultura do trabalho e do lúdico das meninas – jovens – mulheres e de assentamentos do MST**. Centro de Desportos. Programa de Pós Graduação em Educação Física. Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, 2004.

JEAN, Baptiste. La question rurale: comprende le rural et construire la ruralité. *In: \_\_\_\_\_*. **Territoires dávenir – pour une sociologie de la ruralité**. Québec: PUQ, 1997.

JENTSCH, Birgit; BURNETT, J. **Experiences of rural youth in the “risk society”:** **the transition from education to employment**. Rio de Janeiro: X Congresso Mundial de Sociologia Rural, mimeo, 2000.

JOLLIVET, Mahieu. **Le developpement local, mode ou mouvement social?** Paris: Societé Française d’Economie Rurale, 1984.

KOLLING, Jorge Edgar; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. (Org). **Educação do campo: Identidade e Políticas Públicas**. Por uma educação do campo, v. 4, 2002.

LECCARDI, Carmen. Por um novo significado do futuro; mudança social, jovens e tempo. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, v. 17 (2): 35-57, nov. 2005.

LEFEBVRE, Henri. **La presence et l’absence: contribution à la théri des représentations**. Paris: Casterman, 1980.

LEITE, Sérgio. **Impactos regionais da Reforma Agrária no Brasil: aspectos políticos, econômicos e sociais**. NEAD - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 1995. Disponível em: <[http://www.nead.gov.br/home/impactos\\_reg.htm](http://www.nead.gov.br/home/impactos_reg.htm)>. (Acessado em 01/11/2003).

LEITE, Sérgio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, Rosângela. **Impactos dos Assentamentos: Um Estudo sobre o Meio Rural Brasileiro**. 1.ed. São Paulo: UNESP, 392p, 2004.

LITTLE, Paul E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por Uma Antropologia da Territorialidade. **Revista Antropológica**. UNB, Brasília, 2002.

MAGELA, Geralda. **Consórcio da Juventude Rural**. Assessoria de Comunicação da SRA. Disponível em: <<http://creditofundiario.org.br/comunicacao>>, acessado em 04/01/2008.

MAJEROVÁ, V. **Future of youth in Czech countryside**. Rio de Janeiro: X Congresso. Mundial de Sociologia Rural, mimeo, 2000.

MALAGODI, Edgard Afonso. **Marx e a Questão Agrária**. *In: ABRA, Brasileira de Reforma Agrária*. Campinas, ABRA, v. 22, 1993.

MANNHEIM, Karl. Funções das gerações novas. *In: FORACCHI, M. Educação e sociedade*. São Paulo: Ed. Nacional, 1970.

MARDSEN, Terry. Restructuring rurality, from order to disorder in agrarian political economy. **Sociologia Ruralis**, vol.29, n.3 e 4, 1989.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. REVISTA NERA – ANO 11, No. 12 – JANEIRO/JUNHO, 2008.

MARTINS, José de Souza. O Bolsa-Família e o crediário de geladeiras e lavadoras. **Folha de São Paulo**, 09/03/2008.

\_\_\_\_\_. O MST e um movimento autônomo? Não. **Folha de São Paulo**, 21/05/2005.

\_\_\_\_\_. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a história possível. **Revista Tempo Social**. São Paulo: USP, Vol. 11, numero 2, pag. 97 – 128, 2000.

\_\_\_\_\_. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, Karl. **O capital: Crítica da Economia Política**. Volume 3, São Paulo: Difel, 1985.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In : \_\_\_\_\_. **Sociologia e Antropologia**. v. II. São Paulo : Edusp, 1974.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. de & LEITE, Sérgio (orgs.) et alii. **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro, Mauad Ed., 2004.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Camponeses, cultura e inovações.**: América Latina: cidade, campo e turismo. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, São Paulo. 2006.

MELLO, Paulo Freire. Coesão Social e evasão em assentamentos rurais no extremo sul do Brasil. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 595-610, Set./Dez, 2008.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2001.

\_\_\_\_\_. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, No. 5/6, 1997.

MOREIRA, Roberto José; COSTA, Luís Flavio de Carvalho (Organizadores). **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

MORGAN, David. Focus group as qualitative research. **Qualitative Research Methods Series**. 16. London: Sage Publications, 1997. Disponível em: <sites.ffclrp.usp.br/paideia/artigos/24/03.doc>, acessado em 13/04/2007.

MORIN, Edgard. **O paradigma perdido: a natureza humana**. 4a. edição, Portugal: Nova América, 2001a.

\_\_\_\_\_. **O Método**. 4. As idéias. Porto Alegre: Editora Sulina, 2001b.

\_\_\_\_\_. **O paradigma perdido: a natureza humana**. 4ª. edição, Portugal: Nova América, 1973.

MORISSAWUA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. 2ª Ed. São Paulo: Ática, 1988.

\_\_\_\_\_. **Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural**. São Paulo: Hucitec, 1978.

NASCIMENTO, A.B. **Trajetória da Juventude Brasileira: dos anos 50 ao final do século**. Salvador: Edufba, 1999.

NEVES, Delma Peçanha. **A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional**. Inédito: 2001.

OLIVEIRA, Marcelo L. Romarco. Assentamentos rurais: um espaço em construção de famílias de origem migrante no entorno do distrito federal. *In*: FEITOSA, Antônio M.; ZUBA, Janete A. G.; CLEPS JR, João. **Debaixo da lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil**. Goiânia: Ed. Da UCG, p. 255-277, 2006.

PAIS, José Machado. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993.

PAOLIELLO, Renata Medeiros. **Conflitos Fundiários na Baixada do Ribeira: A Posse como direito e Estratégia de Apropriação**. Campinas. PPGAS/UNICAMP, dissertação de mestrado, 1992.

PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PECQUEUR, Bernard. Qualite et développement – L'hypothese du panier de biens. *In*: **Symposium sur le développement regional**. INRA-DADP. Montpellier, 2000.

\_\_\_\_\_. **De l'espace fonctionnel à l'espace-territoire: essai sur le développement local**. Grenoble, Université des Sciences Sociales, Thèse de doctorat, 1987.

PEREIRA, Jorge Luíz de Goes. **Juventude: entre o rural e o urbano**. Rio de Janeiro. Curso de Pós- Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Tese de doutorado. UFRRJ: 2004.

POCHMANN, Marcio. Emprego e desemprego juvenil no Brasil: as transformações nos anos 1990. *In*: **Revista Movimento**, nº 1, maio de 2000.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a Ética na História Oral *In*: ANTONACCI M. A.; PERELMUTTER, D. **Projeto História**. Nº15. São Paulo, 1997.

PUTNAM, Robert. **Making democracy work**. New Jersey: Princeton University Press, 1993.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Bairros rurais paulistas; dinâmica das relações bairro rural-cidade**. S. Paulo, Duas Cidades. 1973.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

\_\_\_\_\_. Écogénèse territoriale et territorialité. *In*: MIRAC, F.; BRUNET, R. **Espaces, jeux et enjeux**. Paris: Fayard, 1986.

RIBEIRO, Ana Maria Marques. **O caráter político da lei agrária brasileira**. São Luís: UFMA, 2004.

ROIO, Marcos Del. **A questão russa para Marx e Engels**. Disponível em: <[www.unicamp.br/cemarx/marcos.htm](http://www.unicamp.br/cemarx/marcos.htm)>, acessado em 17/11/2009.

ROMANO, Jorge Osvaldo. Poder, valores e conflito nos processos de organização no interior dos assentamentos. Comentários a um debate. *In*: MEDEIROS, Leonilde et. al (Organizadores). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, p. 249-258, 1994.

ROSAS, Eduardo Nunes Leite. Do campo para a cidade: saindo para ficar. *In*: CARNEIRO, Maria José e GUARANÁ DE CASTRO, Elisa. **Juventude Rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

ROSSATO, Alexania; RONSINI, Veneza V. Mayora. **Juventude, mídia e movimentos sociais camponeses: encontros e desencontros**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação / UnB, 2006.

SABOURIN, Eric. Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas. **Tomos**, São Cristóvão: Sergipe, n. 7, p. 75-104, 2004.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento rural e abordagem territorial. *In*: SABOURIN E TEIXEIRA (org) **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais**. DF: Embrapa, 2002.

SABOURIN, Eric. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. *In*: **Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural**, 1, Porto Alegre, 2005. Anais... CD-Rom. Porto Alegre: GEPAD, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. (5 ed.), São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, J. V TAVARES DOS. **Colonos do vinho; estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. Campinas: Hucitec, 1978.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. **O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI**. 5ª edição. Rio de Janeiro, Editora Record, 2003.

SANTOS, Milton. **Por uma utra Globalização: Do Discurso Único à Consciência Universal**. Rio de Janeiro, Editora Record, 2000.

SAWAIA, Balder. O Sofrimento Ético Político uma Análise da Dialética da Exclusão-Inclusão Exclusão. *In*: SAWAIA, Balder. **As artimanhas da exclusão**. Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social, Vozes, Rio de Janeiro. 2001.

SEYFERTH, Giralda. Herança e Estrutura Familiar Camponesa. **Boletim do Museu Nacional**. Rio de Janeiro: Museu Nacional / CAPES / UFRJ, n.52, maio, 1985.

\_\_\_\_\_. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). *In*: **Anuário Antropológico 91**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p.31-63, 1993.

SHANIN, Teodor. **La classe incómoda: sociología política del campesinato en una sociedad en desarrollo (Rússia 1910-1923)**. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

\_\_\_\_\_. **Campesinos y sociedades campesinas**. México, Fondo de Cultura Económica, 1979.

SILVA, José Graziano da. O Novo rural Brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, ano 7, v. 1, p. 43-81, mai. 1999.

SILVA, Regina Lúcia Paulino. **Aspectos organizacionais de cooperativas tradicionais e de movimentos sociais rurais: um estudo de caso**. *In*: XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2003, Juiz de Fora. Exportações, Segurança Alimentar e Instabilidade de Mercados. Brasília : SOBER, 2003.

SILVA, Vanda. **Jovens de um rural brasileiro: socialização, educação e assistência**. Cad. CEDES, vol.22, No.57, ago. 2002.

SILVA, Vera T.C. **O Jovem Rural como ator principal para a construção de um novo modelo rural, promovendo um espaço de qualidade de vida, sustentabilidade social e ambiental**. Ridelc, Porto Alegre, 2007.

SILVESTRO, Milton Luiz. et alli. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis:Epagri:Brasília, Nead/MDA, 2001.

SIMONETTI, Mirian Claudia L. **A longa caminhada: (re) construção do território camponês em Promissão**. São Paulo, Depto. de Geografia da USP. (tese de doutorado), 1999.

SOLARI, Aldo. O Objeto da sociologia rural. *In*: Szmrecsányi, Tamás e Queda Oriowaldo. **Vida Rural e mudança social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

SOUZA, Marcelo J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, I. et al. (Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SPOSITO, Marília Pontes. Educação e juventude. Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 29, jun. 1999.

\_\_\_\_\_. A instituição escolar e a violência. Cadernos de Pesquisa: Revista de Estudos e Pesquisa em Educação, São Paulo, n.104, 1998.



\_\_\_\_\_. Estudos sobre juventude em educação. Revista Brasileira de Educação. Juventude e Contemporaneidade, n. 5-6, 1997.

STROPASOLAS, Valmir L. **O Mundo Rural no Horizonte dos Jovens**. Tese de Doutorado, Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas/UFSC, 2002.

TAJFEL, Henri, TURNER, John C. An integrative theory of intergroup conflict. In: AUSTIN. W. G. E WORCHEL, S (Org). **The Social Psychology of Intergroup Relations**, Monterey, Brooks, 1979.

TEDESCO, José J. **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês**. Passo Fundo: UPF Editora, 1999.

TEIXEIRA, Marco Antônio; LAGES, V. N. Transformações no espaço rural e a geografia rural: idéias para discussão. In: **Revista Geografia**, São Paulo, V. 14, p. 9 - 33, 1997.

TIZON, Philippe. Qu'est-ce que le territoire? In: **Lês territoires du Quotidien**. Sous lè direction de Guy Di Méo. L' Harmattan, Paris, France, 1996.

TORRENS, João. **Gênero e associativismo na agricultura familiar**. CEMTR / Deser: Curitiba, 2000.

VAN GENNEP, Arnold. **Os Ritos de Passagem**. Petrópolis: Vozes, 1977.

VEIGA, José Eli da. A Relação Rural/Urbano no Desenvolvimento Regional. In: **CADERNOS DO CEAM**. Brasília-DF, Vol. 17, pp. 9-22, 2005.

VEIGA, Luciana; GONDIM, Sonia Maria Guedes. **A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político**. **Opinião Pública**. 2(1), 1-15, 2001.

VELHO, Gilberto. **Subjetividade e sociedade: Uma experiência de geração**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

VIEIRA, Rosângela Steffen. **Juventude e sexualidade no contexto (escolar) de assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra**. Florianópolis, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Dissertação de Mestrado, 2004.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. Olhares sobre o "rural" brasileiro. **Revista Raízes**. Vol. 23, Nº 01 e 02, jan.–dez./2004.

\_\_\_\_\_. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. Caxambu, 1996. (texto apresentado no XX Encontro Anual da ANPOCS, GT 17- Processos Sociais Agrários)

WEIL, Simone. **A condição operária e outros estudos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WEISHEIMER, Nilson. **Jovens Agricultores: intersecções entre relações sociais de gênero e projetos profissionais.** Disponível em: <[www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/.../Nilson\\_Weisheimer\\_01.pdf](http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/.../Nilson_Weisheimer_01.pdf)>, acessado em 13/08/2008.

WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade, na história e na literatura.** São Paulo: Companhia das Letras, 439 p, 1990.

WOLF, Eric. R. Comunidades camponesas corporadas fechadas na Mesoamérica e em Java Central. *In*: FELDMANBIANCO, B.; RIBEIRO, G. L. (Org.). **Antropologia e poder.** Brasília: UNB, p. 145-164, 2003.

\_\_\_\_\_. **Sociedades camponesas.** São Paulo: Zahar Editores, 1976.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do Nordeste.** São Paulo: Hucitec; Brasília: EDUNB, 1995.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klass. **O trabalho da terra. A lógica e a simbólica da lavoura camponesa.** Brasília, Ed. UNB, 192 p, 1997.

WOORTMANN, Klass. Com parente não se *neguceia*: o campesinato com ordem moral. **Anuário Antropológico 87.** Brasília, ano 03, pp.11-73, 1990.

## **ANEXO**

## ANEXO 1

**Figura 1:** Localização do município de Pojuca no Estado da Bahia.



## APÊNDICE

## **Roteiro de Entrevistas**

### **Dimensão 1: Território**

- Você se considera sem-terra ou assentado?
- Como era a sua vida antes do assentamento?
- Como imagina o seu futuro no assentamento?
- O que é diferente na vida do assentamento? E igual?
- O que é bom no assentamento? E ruim?
- O que melhorou na sua vida depois do assentamento? E piorou?
- Se pudesse escolher, seria assentado?
- Qual a maior dificuldade da vida no campo?
- Como se relaciona com os recursos naturais?

### **Dimensão 2: Gerações**

- Que futuro imagina para a sua família?
- O que acha da história vivida pelos pais e avós?
- Qual a história de vida dos pais?
- Pensa em seguir o caminho deles?
- Idade? Idade dos pais? Quando os pais se assentaram?
- Seus pais trabalham no campo? Sempre/nunca trabalharam?
- De quem é o lote que mora? Gostaria que fosse seu ou preferia ter outro?

### **Dimensão 3: Identidade**

- O que é ser do campo?
- Símbolos do campo? Símbolos da idade?
- O que pensa sobre o campo?
- Já esteve em outro assentamento? O que achou?
- Diferenças entre urbano e rural: qual a identificação?
- Qual o melhor momento da vida no assentamento? E o pior?
- O que é ser assentado?

### **Dimensão 4: Família**

- Pretende se casar? Ter filhos?
- Onde pretende morar?

- Histórico familiar: rural ou urbano?

## **Dimensão 5: Juventude**

- O que é ser jovem?
- Ser jovem é ruim no assentamento? É ruim ser jovem no assentamento?
- O que deseja para os jovens do assentamento?
- O que os pais acham sobre a juventude no assentamento?
- Até que momento se é jovem?
- Participa dos processos decisórios?
- Você trabalha no campo? Já trabalhou? Pretende?
- Qual o seu maior sonho?
- O que te deixa triste em ser jovem? E feliz?
- O que faz para se divertir no assentamento?
- Estuda no assentamento? Já estudou?

## Lista dos Informantes

---

<b>Apelido</b>	<b>Idade</b>
Junior	16 anos
Cristiano	22 anos
Juba	14 anos
Aline	14 anos
Nina	13 anos
Teta	18 anos
Guegueu	17 anos
Tai	13 anos
Chori	16 anos
Tripa	17 anos

---